

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Fábio André de Assunção Carreto

**OBSTÁCULOS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
ASSOCIADA AO FUTEBOL POR PARTE DAS
FORÇAS DE SEGURANÇA
O CASO DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Orientadora:
Professora Doutora
Maria Salomé Fernandes Martins Marivoet

LISBOA, 27 DE ABRIL DE 2011



Estabelecimento de Ensino *Instituto Superior de Ciências Policiais
e Segurança Interna*

Curso *Mestrado Integrado em Ciências
Policiais*

Orientadora *Professora Doutora Maria Salomé
Fernandes Martins Marivoet*

Título *Obstáculos à Prevenção da Violência
Associada ao Futebol por Parte das
Forças de Segurança - O Caso da
Polícia de Segurança Pública*

Autor *Fábio André de Assunção Carreto*

Local de edição *Lisboa*

Data de edição *Abril 2011*

EPÍGRAFE

**Algumas pessoas acreditam que o futebol é uma questão de vida ou morte,
eu estou muito decepcionado com essa atitude.
Posso assegurar-vos que é muito,
muito mais importante do que isso.**

William Shankly

AGRADECIMENTOS

Com a presente Dissertação finaliza-se um longo e sinuoso caminho percorrido com trabalho árduo e dedicação extrema. Ao debruçar-me sobre as minhas memórias recordo-me com saudade de um caminho intenso em que partilhei lágrimas e sorrisos, nuns momentos, de felicidade, e noutros, de consolação. Neste momento de reflexão sinto-me feliz pois vejo que nunca caminhei sozinho e por essa razão quero aqui expressar os meus agradecimentos a todos os que caminharam comigo.

À Sra. Professora Doutora Salomé Marivoet, pela orientação metódica, dedicação, disponibilidade, paciência e apoio prestado na elaboração do presente trabalho expresso aqui o meu profundo agradecimento

Ao Sr. Comissário João Pestana, ao Sr. Subcomissário Sérgio Soares, ao Sr. Chefe Paulo Almeida e aos restantes elementos policiais pertencentes à UMID e à bolsa de *spotters* do COMETLIS da PSP por todo o apoio e colaboração prestados quer aquando da observação dos jogos, quer na resposta aos inquéritos o meu agradecimento sincero.

Ao Sr. Subintendente Luís Guerra e ao Sr. Subintendente Francisco Costa Ramos pela disponibilidade e pelo valioso contributo que deram a este trabalho com as entrevistas que concederam o meu muito obrigado.

Ao Sr. Comissário Ângelo Sousa da Divisão de Policiamento e Ordem Pública do Departamento de Operações da Direcção Nacional da PSP pela celeridade e prontidão demonstrada na disponibilização dos documentos necessários à elaboração deste trabalho o meu obrigado.

Ao XXIII CFOP um grande abraço de amizade e estima por estes cinco anos vividos intensamente que jamais se apagarão das nossas vidas e que se reflectem no nosso lema: *Entrámos como desconhecidos, saímos como irmãos.*

À PSP, Instituição à qual pertenço orgulhosamente e ao ISCPSI, a Casa que me formou e que me deu as condições imprescindíveis para que a realização do presente trabalho se tornasse possível. Por ambas demonstro aqui o meu apreço.

Ao Carlos Godinho e à Ana Godinho pela amizade, estima e preocupação demonstradas ao longo destes anos o meu indelével obrigado.

Ao Joaquim Leitão e à Maria José Leitão pela amizade e apoio incondicional dados ao longo da minha vida os quais não esqueço e agradeço humildemente.

À Zélia e ao Nuno pela presença e apoio constante em todos os momentos da minha vida, o meu muito obrigado.

À Ana Filipa por tudo. Pelo apoio, pelo carinho e pela força, pela palavra meiga e de esperança nos momentos menos bons. Pela compreensão e paciência demonstradas

em todos estes anos. Pelo sorriso ao final do dia e pelo amor demonstrado o meu imenso agradecimento.

Aos meus grandes pais que sempre me acompanharam e apoiaram em toda a minha vida. Nestes cinco anos, muitos foram os momentos complicados pelos quais passámos e em alguns dos quais não pude estar fisicamente presente. Só o vosso apoio e compreensão permitiram que eu conseguisse concentrar-me para alcançar um objectivo muito ambicionado, não só por mim, mas também por todos aqueles que gostam de mim: Concluir este curso e tornar-me Oficial da PSP.

Por último, agradeço a todos aqueles que directa ou indirectamente participaram e contribuíram para a minha formação enquanto Homem e enquanto Polícia.

Sem Vós, este sonho não se tornaria realidade!

A Todos, sem excepção, o meu **MUITO OBRIGADO!**

RESUMO

Nas últimas décadas o fenómeno da violência associada ao futebol tem vindo a ganhar cada vez mais relevância em diversos países, incluindo Portugal.

No presente estudo, verificámos que a violência associada ao futebol tem aumentado nos últimos anos. Para este aumento contribuem um conjunto de obstáculos e dificuldades que não permitem que as forças de segurança, e em particular a PSP, consiga prevenir a ocorrência de acções violentas por parte dos adeptos de futebol.

Através deste estudo, são apontados como os cinco principais obstáculos, a inexistência de ordens de interdição de adeptos com antecedentes de violência, o comportamento dos adeptos das claques não legalizadas, o comportamento dos adeptos dos GOA, a dificuldade em detectar os autores dos ilícitos no interior dos estádios e as deficiências nas revistas de prevenção e segurança efectuadas à entrada dos estádios.

PALAVRAS-CHAVE: VIOLÊNCIA, FUTEBOL, FORÇAS DE SEGURANÇA, PREVENÇÃO, OBSTÁCULOS

ABSTRACT

On the last decades, the phenomenon of violence associated to football has been gaining more relevance in several countries, including in Portugal.

In this study, it was possible to verify that violence associated to football has increased in the last years. This increase is due to a set of obstacles and difficulties that do not allow the security forces and in particular the PSP to prevent the occurrence of violent actions by football fans.

Through this study, the five major obstacles are the inexistence of banning orders to supporters with history of violence, the behavior of the members of non-legalized sides (claques), the behavior of the organized groups of supporters, the difficulty in detecting the authors of illicit crimes inside the stadiums and the problems of the searches for prevention and safety that take place in the entrance of the stadium.

KEYWORDS: VIOLENCE, FOOTBALL, SECURITY FORCES, PREVENTION, OBSTACLES

LISTA DE SIGLAS

- AAC** – Associação Académica de Coimbra
- ARD** – Assistente de Recinto Desportivo
- AN** – Associação Naval
- CCTV** – *Closed Circuit of Television*
- CDB** – Comando Distrital de Braga
- CDC** – Comando Distrital de Coimbra
- CDF** – Comando Distrital de Faro
- CDL** – Comando Distrital de Leiria
- CDN** – Clube Desportivo Nacional
- CDS** – Comando Distrital de Setúbal
- CFB** – Clube de Futebol “Os Belenenses”
- CFOP** – Curso de Formação de Oficiais de Polícia
- CESD** – Conselho para a Ética e Segurança no Desporto
- CNCF** – Comissão Nacional de Coordenação e Fiscalização
- CNVD** – Conselho Nacional Contra a Violência no Desporto
- COMETLIS** – Comando Metropolitano de Lisboa
- COMETPOR** – Comando Metropolitano do Porto
- CRM** – Comando Regional da Madeira
- CRP** – Constituição da República Portuguesa
- CSM** – Clube Sport Marítimo
- FCP** – Futebol Clube do Porto
- FCPF** – Futebol Clube Passos de Ferreira
- FIFA** – *Fédération Internationale de Football Association*

FPF – Federação Portuguesa de Futebol

GNR – Guarda Nacional Republicana

GOA – Grupo Organizado de Adeptos

IDP – Instituto do Desporto de Portugal

ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional

LSC – Leixões Sport Clube

MAI – Ministério da Administração Interna

NEP – Norma de Execução Permanente

PSP – Polícia de Segurança Pública

RAFC – Rio Ave Futebol Clube

SCB – Sporting Clube de Braga

SCP – Sporting Clube de Portugal

SCO – Sporting Clube Olhanense

SEI – Sistema Estratégico de Informação e Gestão Operacional

SLB – Sport Lisboa e Benfica

UDL – União Desportiva de Leiria

UEFA – *Union of European Football Associations*

UMID – Unidade Metropolitana de Informações Desportivas

VFC – Vitória Futebol Clube

VSC – Vitória Sport Clube

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	IX
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1 – SURGIMENTO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO FUTEBOL.....	4
1.2 – O PODER ECONÓMICO, OS <i>MEDIA</i> E A MASCULINIDADE	6
1.3 – SUBCULTURAS DE ADEPTOS – <i>HOOLIGANS/CASUALS</i> E <i>ULTRAS</i>	8
1.3.1 – SUBCULTURA <i>HOOLIGAN/CASUAL</i>	9
1.3.2 – SUBCULTURA <i>ULTRA</i>	10
1.4 – OBSTÁCULOS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO FUTEBOL.....	10
1.4.1 – OS <i>MEDIA</i>	10
1.4.2 – OS ADEPTOS E AS CLAQUES.....	12
1.4.3 – OS CLUBES E SEUS DIRIGENTES	13
1.4.4 – A LEGISLAÇÃO E OS REGULAMENTOS.....	13
1.4.5 – AS EMOÇÕES DO JOGO	15
1.4.6 – PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO, OBJECTO E HIPÓTESES DE TRABALHO	16
CAPÍTULO II – ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO	18
2.1 – METODOLOGIA OU MODELO DE ANÁLISE	18
2.2 – MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	20
2.3 – UNIVERSO DE ANÁLISE	21
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO LEGAL	23
3.1 – NOTA INTRODUTÓRIA	23
3.2 – A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA DA VIOLÊNCIA NO DESPORTO	24
3.3 – A LEI N.º 39/2009, DE 30 DE JULHO	33
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	38
4.1 – EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO FUTEBOL ENTRE AS ÉPOCAS DESPORTIVAS 2004/2005 E 2009/2010.....	38
4.1.1 – ÉPOCA DESPORTIVA 2004/2005	38
4.1.2 – ÉPOCA DESPORTIVA 2005/2006	40
4.1.3 – ÉPOCA DESPORTIVA 2006/2007	40
4.1.4 – ÉPOCA DESPORTIVA 2007/2008	41
4.1.5 – ÉPOCA DESPORTIVA 2008/2009	41
4.1.6 – ÉPOCA DESPORTIVA 2009/2010	42
CONCLUSÃO PARCELAR	42
4.2 – INCIDENTES REGISTADOS NA ÉPOCA 2009/2010 POR TIPO DE INCIDENTES	44

CONCLUSÃO PARCELAR	45
4.3 – RESULTADOS DOS INQUÉRITOS EFECTUADOS AOS <i>SPOTTERS</i>	46
4.3.2 – OS ADEPTOS E AS CLAQUES.....	48
4.3.3 – OS CLUBES E OS SEUS DIRIGENTES	49
4.3.4 – A LEGISLAÇÃO E OS REGULAMENTOS	49
4.3.5 – AS EMOÇÕES RESULTANTES DO PRÓPRIO JOGO	51
CONCLUSÃO PARCELAR	51
4.3.6 – OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	52
4.3.6.1 – SEGURANÇA DAS INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS	52
4.3.6.2 – REVISTAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA.....	53
4.3.6.3 – BILHÉTICA.....	54
4.3.6.4 – COMUNICAÇÃO E TROCA DE INFORMAÇÕES.....	54
4.3.6.5 – CONTROLO DE ADEPTOS NO EXTERIOR DO RECINTO DESPORTIVO	55
4.3.6.6 – INTERDIÇÕES DE ACESSO AO RECINTO DESPORTIVO	55
4.3.6.7 – MAIORES OBSTÁCULOS PARA OS <i>SPOTTERS</i>	55
4.3.6.8 – OBSTÁCULOS MAIS FREQUENTES PARA OS <i>SPOTTERS</i>	56
4.3.6.9 – MEDIDAS PARA ULTRAPASSAR OS OBSTÁCULOS	56
CONCLUSÃO PARCELAR	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
BIBLIOGRAFIA	63
ANEXOS	69

ÍNDICE DE DOCUMENTAÇÃO ANEXA

ANEXO A - RELATÓRIOS DE OBSERVAÇÃO DOS JOGOS

ANEXO B - INQUÉRITO SOBRE OS OBSTÁCULOS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO FUTEBOL POR PARTE DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

ANEXO B1 - RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

ANEXO B2 - RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ABERTAS

ANEXO C - ENTREVISTAS

ANEXO D - TIPOS DE ILÍCITOS POR ÉPOCA DESPORTIVA

ANEXO E – GRELHA DE ANÁLISE DOS ACTOS VIOLENTOS OCORRIDOS NA LIGA ZON SAGRES – ÉPOCA DESPORTIVA 2009/2010

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS INCIDENTES REGISTRADOS POR ÉPOCA DESPORTIVA	39
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO TIPO DE INCIDENTES (2004/2005 – 2009/2010)	43
GRÁFICO 3 – GRAU DOS OBSTÁCULOS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO FUTEBOL	47

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – NÚMERO TOTAL DE INCIDENTES E PERCENTAGEM POR TIPO DE INCIDENTE.....	39
---	----

INTRODUÇÃO

O futebol em Portugal tem ao longo dos anos suscitado um interesse tremendo em grande parte da população, abrangendo todos os estratos sociais, desde os de menores posses, até às mais altas individualidades do nosso país.

Actualmente, a popularidade do futebol no nosso país é inegável, servindo a sua existência para acesas discussões, quer seja numa simples mesa de café, quer seja num estúdio de televisão.

Tal popularidade tem vindo a despertar, cada vez mais frequentemente, o interesse dos *media*, não só pela elevada quantidade de adeptos que seguem a par e passo os seus clubes, mas também pelos episódios menos positivos que vão manchando a imagem desta modalidade desportiva, quer dentro, quer fora dos recintos desportivos.

A ocorrência crescente e sistemática destes episódios de violência em torno do futebol, tão divulgados pelos *media*, veio alertar todas as entidades com responsabilidades, quer no âmbito desportivo, quer no âmbito da garantia da segurança das populações e da manutenção da ordem e tranquilidade públicas para um fenómeno que tem, ano após ano, ganho proporções preocupantes no nosso país, obrigando actualmente a um extraordinário empenhamento de meios materiais e de recursos humanos por parte das forças de segurança, nomeadamente da PSP.

Encontra-se consagrado no Artigo 272.º da CRP, que as forças de segurança têm a obrigação de “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”.

Nesta senda, o Artigo 3º, alínea l) da Lei n.º53/2007, de 31 de Agosto, estatui que a PSP tem a missão de “garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, (...), nos termos da lei”.

Com base nestas atribuições legais, cabe à PSP, nas áreas em que seja a força territorialmente competente, desenvolver esforços e procurar soluções que, em consonância com a legislação vigente respeitante a esta matéria, permitam prevenir a existência de incivildades e de ilícitos criminais por parte dos adeptos.

Como refere Gomes (514:2005):

(...) num espaço de liberdade, segurança e justiça, em que o futebol representa talvez a mais importante actividade desportiva, atraindo grandes multidões de adeptos e envolvendo regularmente deslocações de massas de adeptos (...) é essencial que as autoridades policiais (...), assim como os organizadores das competições desportivas, assegurem aos espectadores um ambiente de espectáculo seguro e livre de actos violentos ou de medo da violência.

Pela evolução do fenómeno, parece-nos, que tanto os esforços, como as soluções apresentadas, não têm surtido o efeito desejado, dado que o objectivo está longe de ser alcançado, ou seja, erradicar a violência dos espectáculos de futebol e devolver a imagem sã e salutar que deve ser a essência dos espectáculos desportivos.

Posto isto, questionamo-nos acerca de quem será a culpa deste insucesso? Será da FPF? Da LPFP? Dos clubes promotores e dos seus dirigentes? Dos *media*? Dos adeptos? Da legislação existente? Ou será, em última instância, das forças de segurança? Existirá um só culpado?

Crentes na premissa de que o método científico é o mais credível e viável na procura e obtenção de soluções sólidas e duradouras que têm como *última ratio* a resolução dos problemas do presente, de modo, a que os mesmos não persistam no futuro, propomo-nos neste trabalho, estudar quais as dificuldades com que os elementos policiais pertencentes às forças de segurança, e em especial à PSP, se deparam aquando da realização de um jogo de futebol. Assim, pretendemos identificar os obstáculos que não têm permitido evitar a efectivação de actos de violência por parte dos adeptos de futebol, com especial relevo para os adeptos pertencentes às claques ou aos Grupos Organizados de Adeptos.

Para tal, efectuaremos no Capítulo I, intitulado *Enquadramento Teórico*, uma retrospectiva histórica da evolução da violência associada ao futebol, abordaremos as subculturas de adeptos existentes, o seu surgimento, as suas características, filosofias e formas de actuação, e de seguida, uma identificação exaustiva dos obstáculos mencionados em diversa bibliografia sobre esta temática.

Na metodologia do presente trabalho, como veremos no Capítulo II, intitulado *Estratégia de Investigação*, efectuámos também um conjunto de observações de diversos jogos, aplicámos inquéritos, analisámos diversa documentação, e realizámos entrevistas informais e formais de modo a identificar os inúmeros obstáculos que a verificarem-se representam uma dificuldade acrescida para os elementos policiais no terreno.

No Capítulo III (*Enquadramento Legal*), levaremos também a cabo uma análise acerca da evolução da legislação em geral e em específico dos aspectos que mais controvérsia e embaraço causam, quer às forças de segurança, quer às Autoridades Judiciárias e Administrativas com competências nesta matéria.

Por fim, na *Análise e Discussão de Resultados*, Capítulo IV, realizaremos em simultâneo uma análise da evolução da violência associada ao futebol na principal liga de futebol em Portugal entre as épocas desportivas 2004/2005 e 2009/2010, a fim de verificar de que forma este fenómeno tem estado a evoluir, e quais os actos ilícitos que são praticados com maior regularidade.

Por último, após identificarmos os obstáculos, tentaremos no presente estudo encontrar um conjunto de soluções que se possam revelar úteis na forma como as forças de segurança previnem e actuam relativamente ao fenómeno da violência associada ao futebol.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 – SURGIMENTO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO FUTEBOL

A construção da identidade cultural dos diferentes povos tem-se desenvolvido ao longo de séculos através de longas batalhas e disputas sangrentas onde a violência assumiu, desde sempre, uma presença constante. Verificamos portanto que a violência é algo indissociável da condição humana, revelando-se nas mais diversas formas e contextos da vida social, independentemente das condições de tempo e de lugar. Deste modo, o desporto, e o futebol em concreto, sendo marcas da identidade cultural dos povos, constituem-se como meios privilegiados tanto para a afirmação destas identidades, como para a execução de actos de violência. Segundo Marivoet (2007:511),o futebol:

(...) apresenta-se como um espaço potenciador da afirmação de identidades socioculturais, que tanto se têm vindo a exprimir em torno da galvanização dos sentidos de afiliação de comunidades locais, regionais ou nacionais, como na afirmação de subculturas de adeptos que incorporam de forma exacerbada os seus sentidos identitários.

Esta constatação é igualmente apontada por outros autores (Elias e Dunning, 1986; Lassalle, 1997; Dunning, 1999; Giulianotti, 2000, 2002; Armstrong e Giulianotti, 2001; Giulianotti e Finn, 2000; Dunning *et al.*, 2002).

Inicialmente, o futebol surgiu como qualquer outra modalidade desportiva tendo por objectivo a prática de exercício físico conjugada com um convívio salutar entre os seus praticantes onde imperavam as regras de boa conduta desportiva (*fair play*). Com o aparecimento de factores exteriores ao jogo como as tensões raciais e nacionais, as pressões dos *media*, dos dirigentes, dos treinadores e dos adeptos gerou-se nos praticantes da modalidade uma obrigação de ganhar a todo o custo, quer fosse através de formas ilícitas contrárias às regras vigentes, quer fosse utilizando a violência como meio intimidatório do adversário.

Com o aparecimento desta competitividade associada a uma conflitualidade e emotividade, muitas vezes exacerbadas e doentias, foram-se criando e cimentando ligações estreitas entre o futebol e a violência, das quais resultaram, como veremos a seguir, actos de violência graves e nefastos.

Actualmente o futebol é o desporto mais praticado e admirado em todo o mundo. Kitchin afirmava que “o futebol é o único idioma global para além da ciência” (Kitchin,

1966; Ap. Dunning *et al.*,1994:5), tal era a dimensão que esta modalidade tinha já nessa altura, à escala planetária. Segundo Pereira (2007:2)¹:

(...) a violência associada ao desporto, e, particularmente ao futebol, é, por definição, uma forma específica de comportamento anti-social. Ela tem a particularidade de ocorrer no contexto de competições, que, pela forte carga emotiva que geram, acabam por servir, com frequência de pretexto ou oportunidade situacional para comportamento desviantes.

Desde o surgimento do futebol tal como hoje o conhecemos, em 1863, (Dunning *et al.*,1994:7) em Inglaterra, que esta modalidade desportiva tem sido assolada por alguns dos mais violentos incidentes na história do desporto, alguns dos quais sobejamente conhecidos, como a tragédia ocorrida no estádio de *Heysel Park* durante a final da Liga dos Campeões entre o Liverpool e a Juventus, a 29 de Maio de 1985, em Bruxelas, na Bélgica. Esta foi a primeira grande tragédia ocorrida no seio desta modalidade e veio alertar os Governos, assim como todas as instâncias reguladoras da actividade futebolística, para a necessidade de se implementarem medidas de controlo e prevenção deste tipo de incidentes.

Segundo Dunning *et al.* (2002:5), “*Heysel and the overall reaction to it also represented a peak in the politicization of the English hooligan problem*”.

A tragédia de *Heysel Park* não teve apenas repercussões a nível nacional e no campo político, mas também a nível europeu e na área policial. Segundo Gomes (513:2005), “a cooperação policial na segurança de eventos desportivos formalizou-se pela primeira vez, no âmbito do Conselho da Europa, na sequência da tragédia do estádio de *Heysel*, em 1985”.

Faleceram naquele fatídico dia 39 pessoas e resultaram inúmeros feridos. Como descreve Marivoet (2007:454):

(...) inicialmente as desordens e os tumultos deram-se nas bancadas. De seguida, os ingleses entraram numa área ‘neutra’ com forte presença de italianos, agredindo-os e empurrando-os contra uma parede que se veio a desmoronar, após terem sido lançados foguetes e petardos na bancada onde se concentravam os adeptos da Juventus. Ao desabamento da parede, que provocou a morte dos adeptos por esmagamento e asfixia, na sua maioria italianos (32 dos 39), seguiu-se a onda de violência e o estabelecimento do pânico geral.

Quatro anos mais tarde, a 15 de Abril de 1989, aquando do jogo entre o Liverpool e o *Nottingham Forest*, no estádio de *Hillsborough*, em *Sheffield*, ocorreu outra grande tragédia estando os adeptos do Liverpool novamente envolvidos. Marivoet (2007:454) refere ainda que os incidentes foram tão graves que:

¹ <http://www.eu2007-pt/NR/rdonlyres/0CF505CA-20B9-4379-A0C8-97AF672E5494/0/20071129DiscursodoMAIviolencianodesporto.pdf>

(...) a polícia viu-se obrigada a abrir os portões de uma das entradas no estádio, devido a fortes tumultos no seu exterior, o que levou ao desabamento da arquibancada do sector, por excesso de lotação, provocando 170 feridos e 95 mortes.

Como resultado destes incidentes foram tomadas algumas medidas, umas delas punitivas, como a proibição imposta aos clubes ingleses de participarem em qualquer competição europeia desde a data dos factos até ao ano de 1989 e outras preventivas e relacionadas com a adopção de medidas de segurança, como, por exemplo, a instalação de assentos em todos os estádios ingleses, evitando assim, as sobrelotações das bancadas. Estas medidas de segurança e prevenção resultaram de um relatório elaborado pelo Juiz conselheiro Taylor.

Desde essa altura, outros incidentes aconteceram, contudo, de menor gravidade, fruto da sucessiva produção legislativa e regulamentar direccionada para a implementação e execução de medidas e procedimentos desde o controlo e condução de adeptos aquando das deslocações realizadas por estes, às revistas de prevenção e segurança, impedindo que os adeptos acedam ao interior dos estádios com objectos que possam servir para a prática de actos ilícitos que ponham em causa a vida ou a integridade física, quer de outros adeptos, quer dos agentes desportivos, passando pela melhoria das condições infra-estruturais dos estádios em matéria de segurança, à implementação de circuitos fechados de televisão como medida dissuasora e de identificação de possíveis autores de actos proibidos no interior dos estádios, à utilização de assistentes de recinto desportivo (*Stewards*) e, em última análise, à forma de actuação das forças de segurança, quer na sua vertente preventiva, quer repressiva.

Apesar da implementação e execução de todas estas medidas os actos de violência associados ao futebol parecem ocorrer cada vez em maior número – o que é preocupante – contudo, até hoje não se verificaram incidentes de tamanha gravidade como os ocorridos no jogo entre o Liverpool e a Juventus no estádio de *Heysel Park*, em Bruxelas ou em Sheffield, no estádio de *Hillsborough*, aquando do encontro entre o Liverpool e o *Nottingham Forest*.

1.2 – O PODER ECONÓMICO, OS MEDIA E A MASCULINIDADE

O futebol enquanto modalidade desportiva dominante no panorama mundial reúne três ingredientes fundamentais que levam a que esta modalidade esteja numa posição privilegiada para ser palco de actos de violência. O primeiro prende-se com a dimensão económica deste desporto que permite a realização de algumas excentricidades por parte

dos clubes, como por exemplo, a realização de transferências milionárias², a atribuição de salários astronómicos³ a alguns jogadores e a construção de infra-estruturas imponentes⁴ que servem de suporte a esta modalidade, tais como os estádios, as academias ou os centros de treino e formação onde são investidos largos milhões de euros. Perante esta situação, é possível verificar que os clubes de futebol que outrora não passavam de associações desportivas, nos últimos anos têm vindo a ganhar uma importância e notoriedade, tanto a nível social, como a nível económico que faz com que hoje em dia contribuam para o que correntemente se tem vindo a designar de uma indústria – a grande indústria do futebol –, que através das academias dos clubes transforma "matéria-prima", ou seja, jovens com talento, num produto final, que são os jogadores profissionais. Assim, depois de transformada, esta "matéria-prima" pode ser comercializada, gerando receitas para os clubes.

Os clubes têm também a trabalhar para si em a tempo inteiro um conjunto de funcionários especializados, como os treinadores, preparadores físicos, directores desportivos, directores de marketing, directores financeiros, entre outros, que contribuem activamente para a saúde económico-financeira do clube, para a melhoria e aperfeiçoamento dos seus jogadores de futebol, e para a "boa imagem" dos clubes que as cenas de violência praticadas pelos adeptos dos mesmos muitas vezes vêm denegrir. Como vemos, estamos perante autênticas empresas, muitas delas, cotadas na bolsa, que movimentam milhões e milhões de Euros e que alimentam toda esta "grande indústria" em que se tornou o futebol.

Esta excentricidade económica associada ao facto desta modalidade ser uma modalidade apaixonante, quer pela sua simplicidade⁵, quer pelo conjunto de emoções e sentimentos que a mesma desperta nos seus adeptos, levou ao surgimento do interesse dos *media*⁶, dando estes cada vez maior ênfase a todos os acontecimentos que ocorrem no âmbito do futebol, onde se inserem naturalmente os actos de violência praticados pelos adeptos desta modalidade. Dados que comprovam esta importância são, a título de exemplo, as exorbitantes quantias pagas pelos *media* para terem a exclusividade dos direitos de transmissão⁷ dos jogos ou os inúmeros jornais e espaços informativos que dedicam a sua actividade a esta temática, quer através da difusão dos jogos, quer

² Segundo o *futebolfinance.com*, na época desportiva 2009/2010 as 10 maiores transferências mundiais envolveram valores na ordem dos 437.900.000 Euros.

³ Os 10 jogadores mais bem pagos do mundo totalizaram um ordenado mensal de 7.998.000 Euros.

⁴ A construção e remodelação dos estádios para a realização do FIFA World Cup 2014 no Brasil irá custar 806.500.000 Euros.

⁵ Inicialmente o futebol começou por ter apenas 14 regras básicas enquanto o rúgbi tinha 59, o que facilitava a compreensão e aprendizagem desta modalidade.

⁶ Roger Ingham refere o poder económico e os *media* como dois factores determinantes para a existência de violência no futebol (Vieira, 2003:18).

⁷ Segundo o *site futebolfinance.com*, o valor proveniente da venda colectiva dos direitos de transmissão televisiva de Liga Inglesa na época desportiva 2009/2010 atingiu um total de 893 milhões de Euros.

através do debate, da discussão e análise dos mesmos. Inúmeras vezes as aberturas dos espaços noticiosos, como os telejornais, são feitas com notícias relacionadas com o futebol, tal é a importância que este desporto reveste para os *media*.

Por último, temos os protagonistas da maioria dos actos de violência associados ao futebol, ou seja, os adeptos. Tendo como referência o estudo realizado por Nogueira (2007:121), os protagonistas dos actos de violência eram 96% do sexo masculino e 4% eram do sexo feminino. Esta constatação leva-nos a aceitar o facto de que esta modalidade desportiva é maioritariamente apreciada por indivíduos do sexo masculino. Deste modo, podemos afirmar que associada ao futebol está uma ideia de masculinidade e segundo Murphy *et al.* (1994:6), “a persistente e continuada definição do futebol como sendo um jogo de homens pode muito bem estar na origem de muitos dos seus actuais problemas”.

Esta ideia de masculinidade é bastante visível nas claques dos clubes de futebol. Segundo Marivoet (2007:550):

(...) os seus membros[das claques]transportam uma forte incorporação dos valores tradicionais masculinos, que impellem ao resgate da honra, quando esta é ameaçada, encontrando-se assim os ingredientes para a confrontação violenta entre as partes, já que, assumidamente, provocam e ao mesmo tempo se sentem impelidos a ripostar as afrontas que recebe.

Como referem estes autores, os valores tradicionais masculinos ligados ao futebol, sobretudo, através das claques são elementos geradores de actos de violência. Este facto ajuda-nos a compreender as subculturas de adeptos, onde, como vários autores têm vindo a salientar, os comportamentos esperados se encontram associados à masculinidade como factor gerador de violência.

1.3 – SUBCULTURAS DE ADEPTOS – HOOLIGANS/CASUALS E ULTRAS

As subculturas de adeptos existentes têm estado desde sempre ligadas a actos de violência. Para este facto contribuem um conjunto de características comuns às subculturas de adeptos existentes, nomeadamente, um forte envolvimento emocional, uma forte identificação e afiliação com os seus clubes e uma incorporação de valores da cultura tradicional masculina ocidental, nomeadamente a associação da força física à virilidade e superioridade e a reprodução de um código de honra que constrange à vingança quando esta é afrontada (Williams, Dunning e Murphy, 1984; Williams, 1992; Murphy, Williams e Dunning, 1994; Comeron, 1997; Dunning, 1999; Finn e Giulianotti, 2000; Armstrong e Giulianotti, 2001; Dunning *et al.*, 2002; Marivoet, 2007:512).

Actualmente, estas subculturas contêm também membros de todas as classes

sociais, todavia, no caso da subcultura *Hooligan* ainda se verifica uma predominância das classes sociais com menores recursos. Quanto à idade dos seus membros, inicialmente as subculturas de adeptos estavam associadas às franjas mais jovens da população, contudo, actualmente, são constituídas por membros de quase todas as classes etárias. São ainda comuns às duas subculturas a existência de membros que perfilham ideais de extrema-direita, o nacionalismo extremo, a xenofobia e o racismo, todavia, existem pequenas diferenças de país para país dependendo dos contextos culturais e históricos de cada um. Estas subculturas de adeptos diferem ao nível da organização. Enquanto a subcultura *Hooligan* é constituída por gangs pouco estruturados em que os actos de violência são premeditados, a subcultura Ultra constitui-se por organizações que possuem uma direcção definida com um líder formal e encontram-se inseridas no associativismo desportivo.

1.3.1 – SUBCULTURA *HOOLIGAN/CASUAL*

A subcultura de adeptos *Hooligan* surgiu na década de 60 em Inglaterra. Esta subcultura surgiu na periferia das cidades inglesas, dado que estas zonas eram zonas onde habitavam pessoas mais desfavorecidas quer a nível social, quer economicamente (Dunning, Murphy e Williams, 1988; Murphy, Williams e Dunning, 1994). Como refere Marivoet (2007: 511), a subcultura foi "criada por gangs de skinheads que viviam em zonas urbanas desfavorecidas onde imperava a *street culture* associada à rixa e à confrontação entre bairros rivais".

Posteriormente, os ideais desta subcultura alastraram-se a outros países do Norte da Europa, nomeadamente, Bélgica, Holanda e Alemanha. Este alastramento da subcultura *Hooligan* a outros países, segundo Van Limbergen, "constituiu uma forma de resistência ao comportamento desafiador dos *Hooligans* ingleses, aquando das deslocações ao continente, por ocasião das competições internacionais" (Limbergen, 1997; Ap. Marivoet, 2007:511).

Mais tarde, na década de 80, destacou-se desta subcultura uma nova subcultura, a designada subcultura *Casual*. Os membros desta subcultura caracterizam-se por serem portadores de um comportamento discreto em público, observando com distanciamento e premeditando estrategicamente os seus actos. Utilizam as novas tecnologias tais como as mensagens escritas através do telemóvel e os *emails* para marcarem as acções de confrontação. Estas acções de confrontação normalmente passam pela luta *corpo a corpo*. Outra das características dos *Casuals* é o facto de vestirem roupas de determinadas marcas, nomeadamente, *Armani*, *Stone Island*, *Burberrys*, *Ralph Lauren* e *Lacoste* (Marivoet, 2006:72).

1.3.2 – SUBCULTURA ULTRA

A subcultura Ultra surgiu um pouco mais tarde, em Itália, na década de 70 num contexto de luta e crítica social (Marivoet, 2007:511). Inicialmente, como refere a autora, encontrava-se associada a membros de extrema-esquerda que se envolviam em lutas urbanas. Mais tarde, agregaram-se a esta subcultura membros da extrema-direita. Esta subcultura nascida em Itália como já referimos, estendeu-se aos países do Sul da Europa, nomeadamente a Portugal. Apenas na década de 90 começaram a surgir em Portugal as primeiras claque identificadas com a subcultura Ultra (Marivoet, 2007:519).

Esta subcultura caracteriza-se por uma forte coesão entre os seus membros, por um forte apoio ao clube, quer através de cânticos, quer através de bandeiras e cachecóis contendo as insígnias da subcultura Ultra. Durante os jogos apresentam uma imagem dura revelada através de *mosh's*, rebentamento de artefactos pirotécnicos e de efeitos sonoros. Marivoet (2007:550) refere a este propósito que:

(...) a mentalidade Ultra, caracteriza-se (...) por valores de identidade exacerbados, de entrega total ao colectivo clubístico, de defesa das cores do clube até às últimas consequências e de uma atitude provocatória demonstrada através de cânticos e mensagens.

As formas de violência utilizadas pelos membros da subcultura Ultra são difusas e podem passar pelo arremesso de objectos e pelos actos de vandalismo.

Em Portugal, algumas das claque seguidoras desta subcultura são a *Juve leo* e a *Torcida Verde*, ambas do SCP, os *Super Dragões*, do FCP, os *White Angels*, do VSC e os *No Name Boys* e os *Diabos Vermelhos*, ambas do SLB.

1.4 – OBSTÁCULOS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO FUTEBOL

Embora haja por parte das forças de segurança um esforço constante de aperfeiçoamento e melhoria das medidas policiais de prevenção e de combate ao fenómeno da violência associada ao futebol, parecem existir um conjunto de obstáculos que dificultam a efectivação de uma prevenção eficaz por parte destas. De seguida iremos abordar um conjunto de factores que parecem contribuir para dificultar a erradicação da violência associada aos espectáculos de futebol.

1.4.1 – Os MEDIA

O mediatismo de que o futebol é alvo, tal como referimos anteriormente, é um dos elementos que pode levar à existência de actos de violência. Pretendemos agora, de uma

forma mais profunda, analisar de que forma os *media* contribuem para a existência desses actos de violência.

Em primeiro lugar gostaríamos de referir a atenção dada pelos *media* aos actos de violência perpetrados pelos adeptos de futebol. Neste âmbito, constatamos que:

(...) the intense media searchlight led to large numbers of incidents being regularly observed and reported, amplifying the problem in two senses: first perceptually, by making it appear that more (and more serious) incidents were occurring than was objectively the case; and secondly by providing the oxygen of anonymous publicity which so many Hooligans crave, in that way helping to sustain and even to increase the frequency of their Hooligan involvements. (Dunning et al., 2002:5)

Como vemos, a dimensão que os *media* atribuem aos actos de violência executados pelos adeptos faz com que, por um lado, esses actos pareçam ser mais graves do que são na realidade e, por outro, motiva e leva os adeptos violentos a executarem novos actos de violência.

Cohen refere também que "no campeonato do mundo de 1966 a imprensa popular começou a enviar jornalistas aos jogos com a exclusiva finalidade de relatarem o comportamento dos espectadores e não o jogo em si" (Murphy *et al.*, 1994:117).

Já Clark (1978) refere que:

(...) os jornais prosperam, não simplesmente porque imprimem as histórias mais interessantes em relação às notícias, mas porque põem em evidência o aspecto mais cativante de uma história através das notícias. Há, por isso, uma tendência progressiva em tratar as notícias de forma a isolar e identificar a perspectiva mais dramática. (Ap. Vieira, 2003:20)

Esta publicidade constante feita ao longo dos anos pelos *media* dos incidentes de violência perpetrados pelos adeptos, em geral, e pelas claques, em particular, acaba por "atrair" delinquentes para o seio das mesmas. Segundo Seabra (2009:302), a difusão:

(...) de algumas notícias sensacionalistas atraíram para as claques alguns jovens já com carreiras de delinquência no seu quotidiano e que perspectivaram a pertença a estes grupos como uma oportunidade para continuarem tais actividades, sendo estas facilitadas pela percepção de um certo anonimato e desresponsabilização decorrente da inserção num grupo numeroso.

Como observamos, este "recrutamento" involuntário de delinquentes feito pelas claques é fruto do contributo dado pelos *media* no que concerne à "publicidade" dos actos de violência associados ao futebol. Este facto tem vindo a desvirtuar a finalidade das claques, ou seja, apoiar o clube de forma entusiástica e constante. Deste modo, a actividade de alguns *media* ajudou a transformar as claques que até então se dedicavam a apoiar o clube, em grupos com um número considerável de delinquentes na sua

estrutura, que têm como objectivo fundamental, não apoiar o clube, mas sim praticar actos de violência encobertos pela restante multidão pertencente à claque. Este encobrimento dos membros da claque faz com que os delinquentes inseridos na mesma pratiquem os actos ilícitos e raramente sejam descobertos ou identificados pelas forças policiais. Tal facto traduz-se num sentimento de impunidade por parte dos prevaricadores, levando-os a continuar a sua actividade e a agravar a natureza dos actos praticados.

Outro contributo dos *media* para a existência de actos de violência encontra-se relacionado com a difusão das mensagens que os presidentes dos clubes emanam e cujo conteúdo das mesmas poderá levar à execução de actos menos correctos por parte dos adeptos. Exemplo desta situação é o recente arremesso de maçãs no jogo que opôs o SCP ao FCP e que se deu devido ao facto do Presidente do SCP ter dito aquando da transferência de um jogador deste clube para o FCP que o mesmo era uma “maçã podre”.

1.4.2 – OS ADEPTOS E AS CLAQUES

O anonimato e o sentimento de impunidade de que falámos anteriormente associados a uma forte coesão existente nas claques levam a que os indivíduos pertencentes às mesmas possam praticar actos ilícitos e dificilmente serem detectados e identificados pelas forças de segurança, resultando este facto das designadas *solidariedades mecânicas*⁸. Como refere Marivoet (2007:552):

(...) o reforço da coesão no seio das claques foi-se, também, manifestando quer de forma simbólica, quer nas acções de violência. Os rituais de mobilização das claques comportam, regra geral, manifestações de demarcação provocatória e de hostilidade, accionando solidariedades mecânicas que garantem a coesão dos colectivos para o apoio, a afronta, ou a luta.

Como forma de combater a violência resultante do anonimato e sentimento de impunidade vivido no seio das claques foram recentemente introduzidas no quadro legal algumas medidas de detecção dos elementos prevaricadores pertencentes às mesmas. Exemplo destas medidas são o “incremento da vigilância nos estádios através de CCTV, a introdução de elementos policiais à civil (*spotters*) no seio dos adeptos e a existência de um maior controlo na identificação dos membros das claques” (Marivoet, 2009:292).

Por último, outra das dificuldades com que as forças de segurança se deparam, resulta da presença das claques junto dos adeptos. A polícia é vista como um inimigo e a sua presença junto dos adeptos pode por si só potenciar a ocorrência de actos de

⁸ Laços entre semelhantes portadores de valores comuns (Marivoet, 2007:552).

violência, daí o surgimento dos *spotters*, elementos à civil, embora identificados, pouco ostensivos que fazem um controlo e um contacto eficaz com os adeptos.

1.4.3 – OS CLUBES E SEUS DIRIGENTES

Os dirigentes dos clubes em determinadas ocasiões constituem também um obstáculo à prevenção de actos violentos para as forças de segurança dado que por diversas ocasiões assistimos os dirigentes de alguns clubes a incitarem numa fase inicial, quer directamente, quer indirectamente os seus sócios, adeptos e claques a desencadearem comportamentos violentos como meio de reacção a um sentimento de injustiça. Assistimos também a uma atitude antagónica e contraditória por parte dos dirigentes dos clubes, que relativamente a um mesmo acto praticado pela claque do seu clube e pela claque do clube adversário tendem a desvalorizar os danos causados pela sua claque e a enfatizar os danos causados pela claque adversária. Juntamos a isto a conivência de algumas direcções ao facilitarem, por exemplo, a introdução de objectos proibidos no interior do recinto desportivo. Como refere Marivoet (2009:290):

(...) os factos sugerem que as relações de hostilidade foram sendo empreendidas pelos respectivos elencos directivos dos clubes, tendo as claques vindo a corporalizá-los de forma autónoma e violenta, sem que daí tivesse resultado qualquer agravamento das mesmas. A este propósito são elucidativas as posições que foram tomadas pelos dirigentes desportivos, principalmente na segunda metade dos anos noventa, em que, apesar de condenarem e de se demarcarem das práticas de violência das claques, terão desvalorizado os incidentes provocados pelas mesmas afectas aos seus clubes, em detrimento da sobrevalorização dos cometidos pelos clubes rivais, aproveitando-os regra geral, como argumento de acusação.

Tal como referimos anteriormente, as palavras dos dirigentes só surtem efeito devido à ampla divulgação das mesmas por parte dos *media*.

Um segundo e último contributo dos dirigentes dos clubes para a existência de actos de violência encontra-se relacionado com o contributo activo para o aumento do sentimento de injustiça e desconfiança em relação à verdade desportiva, o que desperta nos adeptos uma vontade de fazer justiça pelas próprias mãos. Esta justiça acaba invariavelmente em actos de violência contra os adeptos de um clube adversário, contra a equipa adversária, contra os agentes desportivos e, em última instância, contra as forças policiais.

1.4.4 – A LEGISLAÇÃO E OS REGULAMENTOS

Com o decorrer dos anos e com o aumento dos actos e violência no interior dos recintos desportivos tornou-se imperativo legislar sobre esta matéria, contudo,

constatamos, que a legislação vigente apresenta em certos aspectos limitações à actuação das forças de segurança e parece ser ineficaz em outros aspectos.

Vejamos neste âmbito, as revistas de prevenção e segurança realizadas pelos assistentes de recinto desportivo. Ao abrigo do Artigo 25.º, n.º4 da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, as revistas de prevenção e segurança só são obrigatórias para os GOA, logo se existir uma claque que não esteja registada como GOA, os clubes não têm obrigação legal de providenciar para que os membros dessa claque sejam sujeitos a essa revista, cabendo nesses casos às forças de segurança providenciar nesse sentido, se assim entenderem.

O facto das claques não se encontrarem registadas constitui também um obstáculo, pois dificulta o trabalho preventivo das forças de segurança, pois não estando registadas não há a obrigatoriedade de terem um corpo directivo e, por consequência, um líder formal identificado, que aquando da realização dos jogos seria o elo de ligação entre o GOA e os elementos policiais. Verificando-se nas claques, especialmente nas pertencentes à subcultura Ultra, uma determinada hierarquia, torna-se mais fácil para as forças de segurança controlarem os líderes dessas claques, e por consequência os restantes elementos da claque, o que permite prevenir e dissipar a ocorrência de actos de violência perpetrados pelas mesmas.

Outro aspecto a ter em conta, no que à legislação diz respeito, está ligado à aplicação efectiva de medidas punitivas para quem tenha uma conduta que incite à execução de actos de violência, especialmente os dirigentes desportivos. Embora estejam previstas no Artigo 14.º, n.º4 e n.º6 da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, penas para os comportamentos de incitamento e apoio à violência por parte dos corpos directivos dos clubes, a verdade é que não se assiste a uma aplicação efectiva dessas penas, em Portugal.

Por último, outro dos principais problemas que se tem vindo a alastrar tem a ver com a deslocação dos incidentes do interior do estádio para o exterior e para os percursos dos adeptos. De acordo com vários autores, esta realidade deve-se ao aumento da regulamentação e implementação de medidas preventivas no acesso e interior dos mesmos (Stott *et al.*, 2001; Adang e Cuvelier, 2001; Dunning *et al.*, 2002; Marivoet, 2006). Segundo Marivoet (2007:553), esta tendência tem vindo a abrir:

(...) espaço ao surgimento de práticas de violência mais difusas e pouco previsíveis, por vezes assumindo formas de retaliação, suscitando pânicos e sentimentos de insegurança, a par do aumento dos confrontos com as próprias forças policiais (...) Esta realidade (...) é resultado de processos dinâmicos, em articulação com as medidas de segurança e estratégias policiais.

Estes factos deram lugar às designadas “esperas” que consistem numa barricada feita aos elementos da equipa e adeptos adversários na sua deslocação para o estádio.

Não existindo uma delimitação geográfica da possibilidade de ocorrerem actos de violência, torna-se muito complicado para as forças de segurança conseguir evitar que estas situações aconteçam.

1.4.5 – AS EMOÇÕES DO JOGO

O futebol caracteriza-se por ser um desporto que *mexe com a nossa personalidade* (Dunning *et al.*, 1994:6), pois dele advêm um conjunto de emoções e sentimentos tanto para quem o pratica, como para o público que assiste à prática desta modalidade. Para Hopcraft, “há algo no futebol que desperta as paixões” (Hopcraft; *Ap. Dunning et al.*, 1994:7).

Como referimos anteriormente, as emoções fazem parte do desporto em geral, e do futebol em particular. Tudo o que envolve emotividade representa uma dificuldade acrescida para as forças de segurança, dado que um individuo quando se encontra exaltado encontra-se simultaneamente predisposto para praticar actos de violência, e tende também a desobedecer ou não acatar as ordens dos elementos policiais. Isto faz com que as forças de segurança tenham de fazer uso da força física, o que por si só já é considerado um acto de violência. Como sabemos, violência gera mais violência, o que dificulta o trabalho das forças de segurança, pois com a sua atitude repressiva com recurso ao emprego da violência geram mais violência.

Pelas razões referidas anteriormente podemos então afirmar que a sociedade vê no futebol uma forma de catarse social, ou seja, uma descarga emocional de agressividade muito grande. Esta característica imputada ao futebol faz com que a sociedade seja uma das principais culpadas da violência associada ao futebol, porque tem vindo a reconhecer neste desporto uma grande conflitualidade. Também, quanto mais a sociedade permitir ou tolerar o uso da força física, mais violência ocorrerá nas diferentes esferas da vida social, sendo que o futebol é uma delas.

Outro facto que pode desencadear actos de violência tem a ver com as decisões do árbitro no decorrer do encontro, ou seja, se houver uma decisão mal acolhida pelos adeptos pode levar a um sentimento de revolta por parte destes, levando-os a reagir com actos de violência, que podem passar pelo arremesso de objectos para o campo de jogo ou invasão do mesmo. Esta realidade coloca em evidência a importância da percepção do sentido de justiça na prevenção do uso da força física por parte dos indivíduos, sendo que, quando as desconfianças são grandes, como não raras vezes acontece no futebol, e sobretudo quando estas são alimentadas pelos dirigentes e pelos *media* como acima

referimos, os adeptos tendem a sentir-se legitimados para agirem em defesa dos seus clubes, através de actos de violência que pretendem fazer "justiça pelas próprias mãos", o que cria enormes obstáculos à acção preventiva das forças de segurança no terreno.

1.4.6 – PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO, OBJECTO E HIPÓTESES DE TRABALHO

A violência associada aos espectáculos de futebol parece aumentar ano após ano, o que faz com que haja uma preocupação crescente não só para as instâncias reguladoras desta modalidade, mas também para os adeptos e para a sociedade em geral. Com a realização do presente trabalho pretende-se saber quais os obstáculos à prevenção da violência associada ao futebol por parte da PSP.

Da análise bibliográfica que efectuamos no presente capítulo podemos constatar de forma resumida um conjunto de obstáculos.

Relativamente aos *media* verificamos que a difusão, muitas vezes exagerada e repetitiva dos actos de violência praticados pelos adeptos e pelas claques no âmbito das competições de futebol, captam a atenção de delinquentes que vêem nas claques o sítio ideal para praticarem ilícitos criminais sem serem identificados e levados à justiça (Seabra, 2009:302). Também as mensagens dos dirigentes dos clubes que são amplamente difundidas pelos *media* em determinadas ocasiões, incitam à violência por parte dos seus associados e adeptos, tendo sempre por base um sentimento de injustiça desportiva (Marivoet, 2007:553) que permite, segundo eles, que se utilizem formas de protesto violentas para pôr cobro a essas supostas situações de injustiça para com os seus clubes, revelando-se assim como um factor gerador de violência.

No que diz respeito aos adeptos e claques, verificamos que a forte coesão existente no seio dos adeptos, principalmente os pertencentes às claques, e a visualização das forças de segurança como inimigas os impele à afronta, à luta e ao resgate da honra quando esta é ameaçada, transmitindo uma sensação de impunidade (Marivoet, 2007:552) que dificulta o trabalho de detecção e identificação dos autores dos ilícitos por parte das forças de segurança, constituindo, por essa razão, um obstáculo à prevenção de actos de violência.

Relativamente à legislação e aos regulamentos desportivos, constatamos, que a obrigatoriedade de revista de prevenção e segurança apenas para os GOA faz com que os clubes não tenham obrigatoriedade de providenciar, no sentido de que sejam efectuadas revistas de prevenção e segurança para as claques não registadas como GOA, cabendo então às forças de segurança providenciar nesse sentido. A falta de registo das claques como GOA dificulta a comunicação entre as forças policiais e essas mesmas claques, dado não existir um líder formal, nem uma direcção que dirija os

membros da claque. Outro obstáculo que verificamos foi a falta de efectivação de medidas punitivas quer para os dirigentes, quer para as claque e adeptos, isto é, a legislação prevê a punição dos autores de determinados comportamentos, contudo, não há uma aplicação efectiva de nenhuma punição para os mesmos.

Verificámos também que a produção legislativa e regulamentar em torno dos espectáculos desportivos, em especial do futebol, veio provocar uma deslocalização dos actos ilícitos do interior para o exterior dos estádios (Marivoet, 2007:553) resultando isto num novo obstáculo à prevenção da violência por parte das forças de segurança.

Por último, verificamos na bibliografia consultada, que o futebol é um desporto que desperta paixões (Dunning *et al.*, 1994:6). Deste modo, o conjunto de emoções que se vivem em torno de uma partida de futebol fazem com que muitos adeptos se exaltem caso o jogo não esteja a correr de forma positiva para a sua equipa. Esta exaltação, associada ao facto das pessoas reconhecerem no futebol uma forma de catarse social e associada também a uma decisão menos correcta do árbitro pode, em certas ocasiões, levar à consumação de actos de violência graves e nefastos por parte dos adeptos, quer no interior, quer no exterior do estádio. Este facto, pela sua imprevisibilidade, torna-o em algo muito difícil de ser controlado e prevenido pelas forças de segurança.

Posto isto, de forma a darmos resposta à nossa pergunta de partida, e tendo por base as contribuições dos autores referenciados neste capítulo, definimos como objecto de estudo da presente investigação, identificar e aprofundar os obstáculos com que as forças de segurança se deparam aquando da realização de um jogo de futebol, e em particular, os que colocam mais dificuldades à eficácia da prevenção.

Para podermos analisar melhor o nosso objecto de estudo levantamos as seguintes hipóteses:

Continua a verificar-se uma tendência para o aumento dos actos de violência associados ao futebol (Hipótese I). Os obstáculos identificados na análise bibliográfica e mencionados neste capítulo apenas se constituem em parte como obstáculos na prática. (Hipótese II). Na operacionalização prática das medidas de segurança estabelecidas legalmente, existirão a saber, obstáculos que não se encontram abordados na bibliografia existente (Hipótese III).

Por fim, após identificarmos os obstáculos no terreno, tentaremos encontrar soluções, se possível, para superá-los de modo a reduzir a ocorrência de actos de violência associados ao futebol. Assim, com a presente investigação pretendemos identificar quais os obstáculos que se colocam no terreno à acção preventiva das forças de segurança.

CAPÍTULO II – ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo será apresentada toda a metodologia a utilizar no desenvolvimento do presente estudo. Serão expostos os procedimentos utilizados na concepção do modelo de análise, que operacionaliza as hipóteses, de modo a aprofundar o objecto em estudo, os métodos e técnicas de investigação e a caracterização do universo de análise.

2.1 – METODOLOGIA OU MODELO DE ANÁLISE

Para o estudo do presente tema mostrou-se pertinente levantar um conjunto de hipóteses que nos permitissem aferir em que medida a violência associada aos espectáculos de futebol está a evoluir, se os obstáculos já inúmeras e repetidas vezes mencionados por diversos autores se verificam efectivamente, quer seja na sua totalidade ou em parte, e por último, se houve um surgimento de novos obstáculos ou se existem obstáculos que têm sido ignorados pelos diversos autores nos estudos realizados em torno deste fenómeno.

Tendo em vista o estudo e verificação das hipóteses, mostrou-se necessário consultar um conjunto de documentação de natureza estatística, assim como, criar um conjunto de mecanismos de análise que permitissem, não só qualificar, mas principalmente quantificar, de forma sistemática, a incidência com que ocorrem determinados factos que dificultam em grande medida o trabalho de prevenção da violência levada a cabo pela PSP, no âmbito dos espectáculos de natureza desportiva, mais concretamente, dos espectáculos de futebol.

Tendo por base o que foi acima descrito, de seguida, serão mencionadas as hipóteses em investigação, e o modo como as mesmas irão ser operacionalizadas no terreno. Assim, na verificação da primeira hipótese, que pressupunha que continuaria a verificar-se uma tendência para o aumento dos actos de violência associados ao futebol (Hipótese I), analisaremos de que forma a violência associada aos espectáculos de futebol tem evoluído, e ainda a variação que os tipos de incidentes considerados nos relatórios oficiais da PSP a seguir descritos, têm tido ao longo das últimas épocas desportivas:

- Invasão de campo;
- Agressões/injúrias às forças de segurança;
- Posse/uso de artefactos pirotécnicos;
- Arremesso de objectos;
- Vandalismo;
- Posse/consumo de estupefacientes;
- Adeptos alcoolizados;

- Desordem entre adeptos;
- Colocação de faixas ofensivas;
- Roubo/furto a adeptos;
- Furto em estabelecimentos; e,
- Outros.

No presente trabalho levantámos também a hipótese de que os obstáculos identificados na análise bibliográfica apenas se constituem em parte como obstáculos na prática (Hipótese II). Da análise bibliográfica levada a cabo no capítulo I deste trabalho, verificaram-se os seguintes obstáculos:

- A actuação dos *media*;
- A actuação dos adeptos e das claques;
- A actuação dos clubes e dos seus dirigentes;
- A legislação e os regulamentos;
- As emoções do jogo.

De modo a verificarmos a veracidade desta hipótese, serão feitas observações no terreno, quer numa perspectiva policial, quer numa perspectiva do adepto. Será também efectuada uma análise sistemática de todos os relatórios de policiamento desportivo elaborados pela PSP em que existiram incidentes, de modo a verificar se, de facto, os obstáculos mencionados no Capítulo I se corroboram, na totalidade ou em parte no terreno, e de que forma se manifestam.

Em terceiro e último lugar, considerámos que na operacionalização prática das medidas de segurança estabelecidas legalmente, existirão a saber, obstáculos que não se encontram abordados na bibliografia existente (Hipótese III). Para aferir a existência e veracidade desta hipótese far-se-á, mais uma vez, uma análise sistemática aos relatórios de policiamento desportivo elaborados pela PSP, e ter-se-á em consideração as observações dos jogos, as entrevistas informais feitas no terreno aos elementos policiais e os inquéritos feitos aos *spotters* pertencentes à UMID do COMETLIS da PSP, de modo a verificar se existem outros obstáculos que não os mencionados no Capítulo I do presente trabalho.

Tendo por base as fontes de informação, tais como os relatórios de policiamento desportivo, observações dos jogos e entrevistas informais, foi-nos possível identificar os seguintes obstáculos à prevenção da violência associada ao futebol por parte das forças de segurança:

- Problemas/deficiências ao nível das infra-estruturas e equipamentos;
- Falta de comunicação entre o IDP e as forças de segurança;
- Problemas relacionados com a bilhética;

- Comunicação ineficaz antes do início dos jogos entre os diversos responsáveis pela segurança do evento;
- Inexistência de tampões de segurança ou zonas limpas de separação dos adeptos;
- Existência de barreiras ténues entre os GOA e os restantes adeptos;
- Deficiências nas revistas de prevenção e segurança à entrada dos estádios;
- Deficiências nos sistemas de videovigilância dos estádios;
- Dificuldade em detectar os infractores/prevaricadores;
- Dificuldade no controlo de grupos de adeptos violentos autores de actos de vandalismo no exterior dos estádios;
- Difícil identificação dos autores de arremesso de objectos e de engenhos pirotécnicos tanto no exterior como no interior dos recintos desportivos.

Decorrentemente, pretendemos indagar em que medida estes obstáculos se constituem ameaças à prevenção policial dos incidentes de violência nos jogos de futebol, recorrendo para o efeito a técnicas de investigação como veremos de seguida.

2.2 – MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

No presente estudo, como já foi referido anteriormente, serão usados alguns métodos e técnicas de análise, nomeadamente, a recolha documental, que consistirá:

i) Análise de bibliografia e documentação, nomeadamente de 72 relatórios de policiamento desportivo em que ocorreram incidentes na época desportiva transacta, de modo a identificar possíveis obstáculos ao desempenho eficaz das forças de segurança na prevenção da violência associada aos espectáculos de futebol.

ii) Análise dos dados estatísticos oficiais da PSP que nos permitiu analisar qual a evolução deste fenómeno na sua área de actuação, e quais os tipos de incidentes que mais frequentemente ocorrem aquando da realização de um jogo de futebol. Esta análise estatística foi feita com base nos dados disponibilizados pelo SEI, sistema informático da PSP. Os dados recolhidos são relativos ao expediente elaborado pelos elementos policiais aquando dos jogos de futebol.

iii) Observação participante que consistiu no acompanhamento dos *spotters* da UMID do COMETLIS da PSP, em todas as suas vertentes, desde o acompanhamento e controlo de adeptos, ao acompanhamento das equipas nas suas deslocações, à comunicação com os elementos responsáveis pelas claques e pelos clubes, à participação em reuniões em parte destinadas à discussão dos problemas relacionados com *safety* e *security* no decorrer dos jogos, entre outras tarefas. A observação participante foi realizada do ponto de vista do adepto, ou seja, acompanhando os jogos no seio da massa adepta de modo a visualizar obstáculos que não seria possível vislumbrar estando identificado como polícia. Por último, esta observação foi levada a

cabo na perspectiva do Comandante do policiamento desportivo, tendo em conta a recolha de possíveis dificuldades que o mesmo tenha na prevenção de actos de violência aquando da realização de um jogo de futebol. Para esta observação foi elaborado um protocolo de observação para cada jogo (ver Anexo A).

iv) Entrevistas informais aos elementos policiais que estão no terreno, de modo a identificar possíveis obstáculos que tenham vivido ou constatado através da sua própria experiência. Estas entrevistas informais, permitiram-nos também, a construção do questionário referido no ponto seguinte.

v) Foram aplicados por via informática, inquéritos por questionário (ver Anexo B, B1 e B2) aos *spotters* pertencentes à UMID do COMETLIS da PSP. Escolhemos os *spotters* deste Comando, por serem os que em nossa opinião têm maior experiência relativamente ao fenómeno em estudo. O inquérito foi aplicado a todos os 99 *spotters* actualmente em actividade, tendo sido recebidos 50 inquéritos após várias insistências. Ainda assim, podemos considerar a nossa amostra representativa numa margem de erro médio de 4,9, numa margem de [2,94; 6,8] para intervalos de confiança de 95% (Bosscher e Claeys, 1986; Ap. Marivoet, 2001: 177)⁹. Estes questionários destinam-se à identificação de obstáculos com que os elementos policiais se deparam no desempenho da sua missão, e que dificultam a actuação policial no sentido de prevenir actos de violência, quer no exterior, quer no interior dos estádios de futebol.

vi) Por último, realizámos entrevistas em profundidade (ver Anexo C) a interlocutores privilegiados do comando policial.

2.3 – UNIVERSO DE ANÁLISE

O universo de análise do presente estudo incide sobre a violência associada aos espectáculos de futebol policiados pela PSP. No estudo deste fenómeno procedeu-se a uma análise da evolução da violência associada aos jogos de futebol profissional da primeira liga (na presente época desportiva designada de Liga *Zon Sagres*), desde a época desportiva 2004/2005 até à época desportiva 2009/2010 (ver Anexo D). Procedeu-

9

$$\sqrt{\frac{(N-n) \times P \times Q}{N \times n}} \pm 1,96$$

Sendo:

N= Universo da população

n= Tamanho da Amostra

P= Probabilidade de ser escolhido (50)

Q= Probabilidade de não ser escolhido (50)

1,96= Área da normal para inferir em intervalos de confiança de 95%.

se também a uma análise dos relatórios de policiamento desportivo elaborados pela PSP nos jogos da Liga *Zon Sagres* na época desportiva 2009/2010 em que ocorreram incidentes (ver Anexo E).

Por último foram objecto de observação participante (ver Anexo F), no período compreendido entre 27 de Novembro de 2010 e 02 de Março de 2011, os seguintes jogos da Liga *Zon Sagres*, da Taça de Portugal, da Taça da Liga, da Liga dos Campeões e da Liga Europa:

- Sporting Clube de Portugal (SCP) vs. Futebol Clube do Porto (FCP) - Liga *Zon Sagres*;
- Sporting Clube de Portugal (SCP) vs. LOSC Lille – Liga Europa;
- Sport Lisboa e Benfica (SLB) vs. Schalke 04 – Liga dos Campeões;
- Sport Lisboa e Benfica (SLB) vs. Sporting Clube de Braga (SCB) – Taça de Portugal;
- Sport Lisboa e Benfica (SLB) vs. Sport Clube Olhanense (SCO) – Taça de Portugal;
- Sport Lisboa e Benfica (SLB) vs. Clube Desportivo Nacional (CDN) - Liga *Zon Sagres*;
- Futebol Clube do Porto (FCP) vs. Sport Lisboa e Benfica (SLB) – Taça de Portugal;
- Sporting Clube de Portugal (SCP) vs. Associação Naval 1º de Maio (AN 1º de Maio) - Liga *Zon Sagres*;
- Vitória Futebol Clube (VFC) vs. Sport Lisboa e Benfica (SLB) - Liga *Zon Sagres*;
- Sport Lisboa e Benfica (SLB) vs. Vitória Sport Clube (VSC) - Liga *Zon Sagres*;
- Sport Lisboa e Benfica (SLB) vs. Estugarda – Liga Europa;
- Sporting Clube de Portugal (SCP) vs. Sport Lisboa e Benfica (SLB) - Liga *Zon Sagres*;
- Sport Lisboa e Benfica (SLB) vs. Sporting Clube de Portugal (SCP) – Taça da Liga.

Através da estratégia de investigação acima delineada, tentaremos verificar em que medida os obstáculos mencionados anteriormente ocorrem no terreno.

CAPITULO III – ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1 – NOTA INTRODUTÓRIA

Como pudemos observar no Capítulo I do presente trabalho, desde o início do Século XX que o desporto em geral, e o futebol em particular, têm vindo a alcançar uma dimensão planetária que não permite de modo nenhum que os governos dos diferentes países fiquem alheios a este fenómeno.

Como resultado da atenção captada relativamente ao fenómeno desportivo, da popularidade do mesmo, dos incidentes ocorridos anteriormente, e em particular os de *Heysel Park* como vimos, houve necessidade de se concertar esforços no sentido de dar continuidade ao espírito salutar da actividade desportiva, através da introdução de medidas de prevenção da violência, sendo para esse efeito colocada à ratificação dos Estados-membros do Conselho da Europa a 19 de Agosto de 1985, a Convenção Europeia sobre a Violência e os Excessos dos Espectadores por Ocasão das Manifestações Desportivas e nomeadamente de Jogos de Futebol. Apesar da assinatura de Portugal ainda em 1985, a sua ratificação ocorreu dois anos mais tarde (Resolução da Assembleia da República n.º 11/87, de 10 de Março).

Esta Convenção visava fundamentalmente vincular os Estados signatários de modo a obrigá-los a tomar, "dentro do limite das suas respectivas disposições constitucionais as medidas necessárias no sentido de prevenir e dominar a violência e os excessos dos espectadores por ocasião de jogos de futebol" (Artigo 1.º).

Estas medidas passavam essencialmente pela criação de órgãos de cariz público que estavam sob a alçada dos ministérios que os tutelavam, e que tinham por missão ao abrigo do Artigo 3.º, n.º1, desenvolver políticas e coordenar acções contra a violência e os excessos dos espectadores, nomeadamente:

- a) Garantir a mobilização de forças da ordem suficientes para fazer face às manifestações de violência e aos excessos, quer nos estádios, quer nas proximidades, e também ao longo das vias de acesso utilizadas pelos espectadores;
- b) Estabelecer uma cooperação estreita e uma troca de informações apropriadas entre as forças da ordem das várias localidades envolvidas ou susceptíveis de o ser;
- c) Aplicar ou, se necessário, adoptar uma legislação na qual se imponham às pessoas reconhecidamente culpadas de infracções relacionadas com violência ou com excessos de espectadores penas adequadas ou, quando necessário, medidas administrativas apropriadas;

Os Estados signatários comprometeram-se, não só a encorajar a organização responsável e o bom comportamento dos adeptos (Artigo 3.º, n.º2), mas também a legislar (Artigo 3.º, n.º4) no âmbito da violência associada ao desporto de forma a responsabilizar todos os intervenientes desportivos, por um lado, e por outro, dar-lhe um

conjunto de mecanismos que permitissem tomar medidas no sentido de prevenir a prática de actos violentos ou excessos por parte dos espectadores, e a aumentar o níveis de segurança, nomeadamente:

- a) Assegurando que a concepção e a estrutura dos estádios garantam a segurança dos espectadores, não facilitem a violência entre eles, permitam um controle eficaz da multidão, disponham de barreiras ou vedações adequadas e permitam a intervenção dos serviços de socorros e das forças da ordem;
- b) Separando eficazmente os adeptos rivais, colocando-os em blocos distintos;
- c) Garantindo esta separação, controlando rigorosamente a venda de bilhetes e tomando precauções especiais durante o período imediatamente anterior ao jogo;
- d) Expulsando dos estádios e dos jogos ou impedindo o acesso, na medida em que for juridicamente possível, aos conhecidos ou potenciais desordeiros e às pessoas sob a influência do álcool ou de drogas;
- e) Dotando os estádios de um sistema eficaz de comunicação com o público e velando pela sua plena utilização, assim como distribuindo programas de jogos e outros prospectos, para persuadir os espectadores a comportarem-se correctamente;
- f) Proibindo a introdução pelos espectadores de bebidas alcoólicas nos estádios, restringindo e de preferência proibindo a venda e qualquer distribuição de bebidas alcoólicas nos estádios e garantindo que todas as bebidas disponíveis sejam vendidas em recipientes não contundentes;
- g) Assegurando controles de modo a impedir que os espectadores introduzam nos recintos desportivos objectos susceptíveis de possibilitar actos de violência, ou fogo-de-artifício ou objectos similares;
- h) Fazendo com que os agentes de ligação colaborem antes dos jogos com as autoridades competentes sobre as disposições a tomar para controlar o público, de modo que os regulamentos pertinentes sejam aplicados através de uma acção concertada.

Como podemos observar, estão presentes na *Convenção Europeia sobre a Violência e os Excessos dos Espectadores por Ocasão das Manifestações Desportivas e nomeadamente de Jogos de Futebol* todos os princípios que viriam a servir de base para a elaboração da legislação e regulamentos desportivos vigentes em Portugal os quais iremos abordar de seguida, sendo que o Comité Permanente de acompanhamento desta Convenção tem vindo a actualizar as recomendações de prevenção e segurança da violência no desporto, de acordo com as tendências da evolução do fenómeno.

3.2 – A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA DA VIOLÊNCIA NO DESPORTO

Em Portugal, dois anos após a aprovação da *Convenção Europeia sobre a Violência e os Excessos dos Espectadores por Ocasão das Manifestações Desportivas e nomeadamente de Jogos de Futebol* surgiu o primeiro diploma legislativo com vista a regular sobre esta matéria, o Decreto-Lei n.º 270/89, de 18 de Agosto, que se destinava especialmente tal como refere o seu Artigo 1.º, a "prevenir e controlar as manifestações de violência associada ao desporto, [estabelecendo] (...) normas de disciplina e ordenamento dentro dos complexos, recintos desportivos e áreas de competição".

Constatamos que a elaboração deste diploma resultou de uma preocupação premente do Governo Português em pôr cobro às acções de violência que até então vinham a acontecer com alguma regularidade, dando para isso neste diploma um conjunto de poderes que permitissem, quer às instâncias reguladoras do futebol, quer às forças de segurança, clubes e outros agentes desportivos, dispor de uma base legal para desenvolver a sua missão no sentido de prevenir tais práticas violentas.

Para tal, no diploma em análise foram definidos os espaços de prática desportiva em que o mesmo podia ser aplicado, nomeadamente, dentro dos complexos desportivos, recintos desportivos e áreas de competição, definindo, ainda que de forma pouco criteriosa, cada um deles. Foi criada a medida de interdição dos recintos desportivos e definidas as situações em que os mesmos podiam ser interditos, e definidas também as condições de segurança que as infra-estruturas deviam oferecer, ainda que muito rudimentares, tais como, a vedação e o túnel de acesso aos balneários. Foi criado um órgão de supervisão e de fiscalização, a CNCF. O Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 270/89, de 18 de Agosto, dava as seguintes atribuições à CNCF:

- a) Dar parecer sobre todos os projectos de construção ou obras em instalações desportivas abertas ao público, sem prejuízo de demais legislação aplicável;
- b) Garantir a fiscalização da instalação dos dispositivos de segurança dos recintos desportivos, bem como as alterações a que houver lugar em consequência da aplicação da medida de interdição;
- c) Detectar nas instalações desportivas irregularidades que comprometam a segurança e comodidade dos espectadores, nomeadamente através da imposição progressiva de lugares sentados e numerados;
- d) Dar parecer sobre a conveniência de instalação de bancadas suplementares, fixas ou amovíveis;
- e) Definir os limites dos complexos desportivos, mediante proposta dos clubes que os utilizam;
- f) Decidir as questões técnicas que resultem da aplicação das medidas de protecção nos recintos desportivos;
- g) Promover campanhas de fomento do desportivismo junto do público e dos intervenientes no fenómeno desportivo;
- h) Apoiar a educação ética e desportiva no ensino, no âmbito da formação pessoal e social dos alunos e das actividades desportivas de complemento curricular;
- i) Tomar conhecimento da verificação das ocorrências mencionadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º [do referido diploma] e dar parecer sobre o cumprimento pelas federações e associações do disposto neste diploma e legislação complementar, podendo para o efeito colher as informações necessárias.

Este diploma veio classificar pela primeira vez o risco dos jogos, sendo os mesmos divididos em três categorias – jogos sem risco/risco reduzido, jogos de risco e jogos de alto risco –, cabendo à respectiva federação classificá-los como tal, e impor com base no Artigo 12.º, aos clubes que tomassem medidas especiais de segurança nestes dois últimos, nomeadamente:

- a) Reforçando o policiamento, quer em número de efectivos quer pela adopção de planos de actuação a concertar com as forças de segurança;
- b) Separando os adeptos rivais, reservando-lhes zonas distintas;
- c) Controlando a venda de bilhetes, a fim de assegurar a referida separação;
- d) Aplicando medidas de vigilância e controlo, de modo a impedir o excesso de lotação em qualquer zona do recinto e a assegurar que as vias de acesso estejam desimpedidas;
- e) Controlando obrigatoriamente os acessos, de modo a impedir a introdução de objectos proibidos ou susceptíveis de possibilitarem actos de violência;
- f) Acompanhando e vigiando os grupos de adeptos, nomeadamente nas deslocações para assistir a jogos disputados fora do recinto próprio.

O referido diploma deu ainda às forças de segurança, com base no Artigo 13.º, o poder de testar os indivíduos suspeitos de estarem alcoolizados, podendo inclusive impedi-los de entrar e de permanecer dentro do recinto desportivo caso o teste desse positivo ou estes se recusassem a efectuá-lo, assim como, expulsar do recinto desportivo quem praticasse ou incitasse à violência.

O Decreto-Lei n.º 270/89, de 18 de Agosto, obrigava ainda através do seu Artigo 14.º, os clubes a ter uma atitude salutar de *fair play* e de promoção do espírito ético e desportivo dos seus adeptos, a expulsar os adeptos que praticassem actos de violência, e a proteger os indivíduos alvos de ameaça em colaboração com as forças de segurança.

Relativamente às sanções, este Diploma previa somente sanções de âmbito contra-ordenacional. O Artigo 15.º estatuiu como contra-ordenações:

- a) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas nos recintos desportivos, bem como dentro dos limites do complexo desportivo a estabelecer nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 10.º deste diploma;
- b) A introdução e venda nos recintos desportivos de bebidas ou outros produtos contidos em recipientes que não sejam feitos de material leve e não contundente;
- c) A introdução, venda e aluguer ou distribuição nos recintos desportivos de almofadas que não sejam feitas de material leve e não contundente;
- d) O arremesso dentro de qualquer recinto desportivo de almofadas ou de objectos contundentes, ainda que de tal facto não resulte ferimento ou contusão para qualquer pessoa;
- e) A simples entrada de qualquer pessoa na área de competição durante o decurso de um encontro desportivo sem prévia autorização do árbitro ou do juiz da partida;
- f) A utilização nos recintos desportivos de buzinas alimentadas por baterias, corrente eléctrica ou outras formas de energia, bem como quaisquer instrumentos produtores de ruídos instalados de forma fixa, com excepção da instalação sonora do clube desportivo;
- g) A introdução e utilização de buzinas de ar ou de outros utensílios estridentes em recintos desportivos cobertos;
- h) A introdução ou utilização de material produtor de fogo-de-artifício ou objectos similares.

Mais tarde, e a complementar a legislação anterior, o Decreto-Lei n.º 238/92, de 29 de Outubro, veio estabelecer o regime de policiamento dos espectáculos desportivos. Este diploma introduziu a definição de organizador do espectáculo desportivo, e no seu Artigo 2.º incumbia o organizador do espectáculo desportivo de requisitar a força policial

se esta se revelasse necessária, pois caso esta não fosse requisitada cabia ao organizador do espectáculo desportivo garantir a segurança do mesmo (Artigo 2.º).

Este Decreto-Lei obrigava ainda, nos termos do seu Artigo 2.º, n.º 3, a requisitar força policial nos recintos que viessem a ser considerados interditos, e a partir do momento da interdição até ao final da época desportiva.

Uma inovação importante que foi trazida por este diploma no seu Artigo 6.º foi a qualificação, de forma criteriosa, dos espectáculos desportivos relativamente ao seu grau de risco, dividindo-os em internacionais e nacionais.

O n.º1 deste Artigo estipulava como jogos considerados de risco elevado, a nível internacional:

- a) Aqueles que correspondam à fase final de um campeonato europeu ou mundial;
- b) Aqueles que sejam como tal declarados pelas organizações internacionais, a nível europeu e mundial, das respectivas modalidades, com base em incidentes ocasionados pelos adeptos de pelo menos uma das equipas ou, ainda, por razões excepcionais;
- c) Aqueles em que os adeptos da equipa visitante presumivelmente venham a ultrapassar os 10% da capacidade do estádio ou os 3000;
- d) Aqueles em que o recinto desportivo esteja presumivelmente repleto ou em que o número provável de espectadores seja superior a 50 000.

No âmbito nacional, o n.º 2 qualificava como espectáculos de risco elevado os seguintes:

- a) Aqueles em que o número de espectadores previstos perfaça 65% da lotação do recinto;
- b) Aqueles em que o número provável de adeptos da equipa visitante perfaça 20% do número de espectadores previsto;
- c) Aqueles em que se verifique um clima de declarada hostilidade entre os clubes intervenientes;
- d) Aqueles cujo árbitro seja alvo de forte contestação;
- e) Aqueles em que os adeptos dos clubes intervenientes hajam ocasionado incidentes graves em jogos anteriores;
- f) Os encontros que sejam decisivos para ambas as equipas na conquista de um troféu, acesso a provas internacionais ou mudança de escalão divisionário.

Outra inovação neste diploma foi a estipulação do número de elementos policiais por jogo consoante a competição a ser policiada. Embora coubesse ao comandante das forças policiais encarregues da segurança do jogo determinar o efectivo para policiar o espectáculo desportivo, foi definido que nos jogos das categorias seniores considerados de risco elevado deveria ser respeitada a relação de 1 elemento policial para 200 adeptos, e nos jogos considerados de risco normal deveria haver 1 elemento policial por cada 400 adeptos (Artigo 7.º).

A Lei n.º 38/98, de 4 de Agosto revogou integralmente o Decreto-Lei n.º 270/89, de 18 de Agosto, tendo sido o primeiro diploma elaborado pela Assembleia da República

destinado a legislar sobre a violência associada ao desporto e nos termos do seu Artigo 1.º teve como objecto:

(...) prevenir e controlar as manifestações de violência associadas ao desporto, através do estabelecimento de normas de disciplina e ordenamento dentro dos complexos, recintos desportivos e áreas de competição, por forma a permitir que os eventos desportivos decorram em conformidade com os princípios éticos inerentes à prática do desporto.

Neste diploma foi referido pela primeira vez o promotor do espectáculo desportivo e foi criada a figura do coordenador de segurança (Artigo 3.º).

Este articulado, no seu Artigo 4.º, obrigou pela primeira vez também a que as federações desportivas e as ligas profissionais elaborassem regulamentos ou normas de prevenção da violência, devendo tais regulamentos contemplar:

- a) Procedimentos preventivos a observar na organização das competições desportivas;
- b) Enumeração tipificada das situações de violência que determinem a aplicação de sanções disciplinares aos promotores do espectáculo desportivo;
- c) Indicação das sanções aplicáveis pela federação ou pela liga profissional aos promotores do espectáculo desportivo que incorram nas infracções previstas na alínea anterior;
- d) Tramitação do procedimento disciplinar para aplicação das sanções previstas no regulamento.

Relativamente aos promotores do espectáculo desportivo foram atribuídos os seguintes deveres:

- a) Incentivar o espírito ético e desportivo dos seus adeptos, especialmente dos grupos organizados de apoiantes;
- b) Tomar medidas contra os seus associados envolvidos em desordens, expulsando os que comprovadamente pratiquem ou incitem à prática de violência nos recintos desportivos;
- c) Proteger os indivíduos que sejam alvo de ameaças, nomeadamente facilitando-lhes a saída segura do recinto desportivo, em coordenação com os elementos das autoridades policiais.

Também aqui foram mencionados pela primeira vez os grupos organizados de adeptos, obrigando este diploma ao registo dos mesmos por parte dos clubes.

Relativamente aos procedimentos preventivos estatuídos no Artigo 7.º do diploma em análise, e com base nos graus de risco estabelecidos no Decreto-Lei n.º 238/92, de 29 de Outubro, foram contempladas as seguintes medidas preventivas:

- a) O reforço do policiamento, quer em número de efectivos quer pelo estabelecimento de planos de actuação;
- b) A separação dos grupos de adeptos dos promotores do espectáculo desportivo intervenientes, reservando-lhes zonas distintas;

- c) O controlo da venda de bilhetes, a fim de assegurar a separação mencionada na alínea anterior;
- d) A aplicação de medidas de vigilância e controlo, de modo a impedir o excesso de lotação em qualquer zona do recinto e a assegurar que as vias de acesso estejam desimpedidas;
- e) A adopção obrigatória de controlo no acesso, de modo a impedir a introdução de objectos proibidos ou susceptíveis de possibilitar actos de violência;
- f) O controlo pelas autoridades policiais de estados de alcoolemia e utilização de estupefacientes;
- g) O acompanhamento e vigilância de grupos de adeptos, nomeadamente nas deslocações para assistir a jogos disputados fora do recinto próprio do promotor do espectáculo desportivo;
- h) A definição das condições de trabalho e circulação a facultar aos meios de comunicação social.

Este diploma contemplou também o controlo e venda de bilhetes através de sistemas informatizados (Artigo 8.º), a lotação e a homologação dos recintos desportivos (Artigo 9.º), a obrigatoriedade de lugares sentados, individuais e numerados e equipados com assentos nas competições profissionais (Artigo 10.º), e a adopção de sistemas de videovigilância (Artigo 11.º).

Com base no Artigo 16.º, foi proibida a entrada no recinto desportivo de indivíduos com uma taxa de alcoolemia igual ou superior a 1,2 g/l, ou que indiciem estar sob a influência de substâncias estupefacientes, cabendo às forças de segurança fazer os referidos testes de despistagem.

No Artigo 17.º foi pela primeira vez também referida a revista, cabendo ao abrigo deste diploma exclusivamente às autoridades policiais efectuar tal revista aos espectadores quando a mesma se revelasse necessária de modo a evitar a introdução de objectos proibidos no interior do recinto desportivo.

Constituíam contra-ordenações, nos termos do Artigo 21.º:

- a) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas nos recintos desportivos, bem como dentro dos limites do complexo desportivo;
- b) A introdução e venda nos recintos desportivos de bebidas ou outros produtos contidos em recipientes que não sejam feitos de material leve não contundente;
- c) A introdução, venda e aluguer ou distribuição nos recintos desportivos de almofadas que não sejam feitas de material leve não contundente;
- d) O arremesso no recinto desportivo de quaisquer objectos, ainda que de tal facto não resulte ofensas corporais para qualquer pessoa;
- e) A entrada, não autorizada, de qualquer pessoa na área da competição, enquanto nela permanecerem os membros da equipa de arbitragem, ou do juiz da partida, ou de qualquer dos intervenientes no jogo;
- f) A prática de actos, no recinto ou complexo desportivo, que incitem à violência, ao racismo e à xenofobia;
- g) A utilização nos recintos desportivos de buzinas alimentadas por baterias, corrente eléctrica ou outras formas de energia, bem como quaisquer instrumentos produtores de ruídos instalados de forma fixa, com excepção da instalação sonora do promotor do espectáculo desportivo;
- h) A introdução e utilização de buzinas de ar ou de outros utensílios estridentes em recintos desportivos cobertos;

- i) A introdução ou utilização de material produtor de fogo-de-artifício ou objectos similares, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

Com este diploma, a CNCF criada pelo Decreto-Lei n.º 270/89, de 18 de Agosto, foi substituída pelo CNVD, ao qual foram dados mais poderes e alargadas as áreas de intervenção. De acordo com o Artigo 30.º da Lei n.º 38/98, de 4 de Agosto, o CNVD tinha como funções:

- a) Dar parecer sobre todos os projectos de construção ou de obras em instalações desportivas abertas ao público, sem prejuízo da demais legislação aplicável;
- b) Garantir e fiscalizar a instalação nos recintos desportivos dos dispositivos de segurança previstos neste diploma;
- c) Fixar a lotação dos recintos desportivos;
- d) Classificar os jogos em função de graus de risco, quando se verificarem indícios da provável ocorrência de distúrbios, após ouvir a federação ou liga competentes;
- e) Pronunciar-se sobre as convenções internacionais celebradas pelo Estado Português ou por outras organizações internacionais em que o Estado Português seja parte, em matéria de segurança nas manifestações desportivas, por forma a assegurar a sua melhor adequação à realidade nacional;
- f) Analisar a evolução do fenómeno da violência associada ao desporto, designadamente através do estudo estatístico e sociológico, com vista ao aconselhamento da adopção de medidas preventivas;
- g) Dar parecer sobre a conveniência de instalação de bancadas suplementares, fixas ou amovíveis e aprovar os regulamentos antiviolação previstos no presente diploma e decidir as questões técnicas que resultem da aplicação das medidas de protecção nos recintos desportivos;
- h) Promover campanhas de fomento do desportivismo junto do público e dos intervenientes no fenómeno desportivo;
- i) Tomar conhecimento da verificação das ocorrências mencionadas nas alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 18.º, bem como no n.º2 da mesma disposição, mediante comunicação efectuada pela competente federação, liga profissional ou associação desportiva, e dar parecer sobre o cumprimento por estas entidades do disposto neste diploma e legislação complementar, podendo para o efeito colher as informações necessárias;
- j) Promover a concertação com as autoridades policiais, particularmente no tocante a disposições, medidas e precauções a tomar para maior garantia de pessoas e bens envolvidos em espectáculos desportivos;
- l) Pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe sejam submetidos pelo membro do Governo responsável pela área do desporto e exercer as demais competências conferidas no âmbito do presente diploma.

Nos jogos de risco elevado (Artigo 35.º)

- a) O reforço do policiamento, quer em número de efectivos quer através da adopção de planos de actuação a concertar com as autoridades policiais;
- b) A separação dos adeptos rivais, reservando-se-lhes zonas distintas;
- c) O controlo de venda de bilhetes, a fim de assegurar a referida separação;
- d) A adopção obrigatória de controlo no acesso, de modo a impedir a introdução de objectos proibidos ou susceptíveis de possibilitarem actos de violência;
- e) O acompanhamento e vigilância de grupos de adeptos, nomeadamente nas deslocações para assistir a jogos disputados fora do recinto próprio.

Com a Portaria n.º 1522-B/2002, de 20 de Dezembro, nos termos do seu Artigo 1º, assistiu-se à criação de um novo interveniente nos jogos de futebol, o ARD (*Steward*), com a função de auxiliar as forças de segurança no sentido de "garantir a segurança e o conforto dos espectadores nos recintos desportivos e anéis de segurança". Para tal foram-lhe atribuídas as seguintes missões:

- a) Vigiar o recinto desportivo e anéis de segurança, cumprindo e fazendo cumprir o regulamento de utilização do recinto pelos espectadores;
- b) Controlar os acessos, incluindo detectar e impedir a introdução de objectos e substâncias proibidas ou susceptíveis de possibilitar actos de violência;
- c) Controlar os títulos de ingresso e o bom funcionamento das máquinas destinadas a esse fim;
- d) Vigiar e acompanhar os espectadores nos diferentes sectores do recinto bem como prestar informações referentes à organização, infra-estruturas e saídas de emergência;
- e) Prevenir, acompanhar e controlar ocorrências de incidentes, procedendo à sua imediata comunicação;
- f) Orientar os espectadores em todas as situações de emergência, especialmente as que impliquem a evacuação do recinto;
- g) Acompanhar, para colaboração na segurança do jogo, grupos de adeptos que se desloquem a outro recinto desportivo;
- h) Inspeccionar as instalações, prévia e posteriormente a cada espectáculo desportivo, em conformidade com as normas e regulamentos de segurança;
- i) Impedir que os espectadores circulem, dentro do recinto, de um sector para outro;
- j) Evitar que, durante a realização do jogo, os espectadores se desloquem dos seus lugares de modo a que, nomeadamente, impeçam ou obstruam as vias de acesso e de emergência.

A Lei n.º 16/2004, de 11 de Maio foi criada em grande medida devido à realização do UEFA EURO 2004TM em Portugal. Com a presença de inúmeros visitantes de outras nacionalidades e com o receio da vinda de adeptos violentos de outros países surgiu a necessidade de criar uma legislação capaz de fazer face a possíveis acções violentas praticadas pelos adeptos de futebol em território nacional.

Este diploma veio introduzir e redefinir um conjunto de definições, tais como, complexo desportivo, recinto desportivo, área do espectáculo desportivo (até então designada área de competição), anel ou perímetro de segurança, títulos de ingresso, interdição dos recintos desportivos, ARD, coordenador de segurança, GOA, promotor do espectáculo desportivo e organizador da competição desportiva (até então designado de organizador do espectáculo desportivo).

Como podemos observar, foi dada uma redacção mais complexa na Lei à figura do coordenador de segurança sendo esse elemento:

(...) a pessoa com formação adequada designada pelo promotor do espectáculo desportivo como responsável operacional pela segurança no recinto desportivo e anéis de segurança para, em cooperação com as forças de segurança, as entidades de saúde, o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC) e o organizador da competição

desportiva, coordenar a actividade dos assistentes de recinto desportivo e zelar pela segurança no decorrer do espectáculo desportivo.

Foram estabelecidas as condições de acesso (Artigo 10.º) e permanência (Artigo 11.º) no recinto desportivo, e foi introduzida através do Artigo 12.º a revista de prevenção e segurança a ser realizada pelos assistentes de recinto desportivo (*Stewards*).

Foi também imposto pelo Artigo 13.º ao promotor do espectáculo desportivo a adopção de um regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso ao público, onde devem ser tidos em conta os seguintes aspectos:

- a) Separação física dos adeptos, reservando-lhes zonas distintas;
- b) Controlo da venda de títulos de ingresso, com recurso a meios mecânicos, electrónicos ou electromecânicos, a fim de assegurar o fluxo de entrada dos espectadores, impedindo a reutilização do título de ingresso e permitindo a detecção de títulos de ingresso falsos;
- c) Vigilância e controlo destinados quer a impedir o excesso de lotação em qualquer zona do recinto quer a assegurar o desimpedimento das vias de acesso;
- d) Adopção obrigatória de sistemas de controlo de acesso, de modo a impedir a introdução de objectos ou substâncias proibidos ou susceptíveis de possibilitar ou gerar actos de violência, nos termos previstos na presente lei;
- e) Especificação da proibição de venda de bebidas alcoólicas, substâncias estupefacientes e substâncias psicotrópicas no interior do recinto desportivo, bem como da adopção de um sistema de controlo de estados de alcoolemia e de estupefacientes;
- f) Acompanhamento e vigilância de grupos de adeptos, nomeadamente nas deslocações para assistir a espectáculos desportivos disputados fora do recinto próprio do promotor do espectáculo desportivo;
- g) Definição das condições de trabalho e circulação a facultar aos meios de comunicação social;
- h) Elaboração de um plano de emergência interno, prevendo e definindo, designadamente, a actuação dos assistentes de recinto desportivo, se os houver;
- i) Reacção perante situações de violência, no quadro das correspondentes sanções a aplicar aos associados, previstas na presente lei.

Relativamente ao regime sancionatório, este diploma trouxe uma alteração muito importante nomeadamente a criminalização de algumas práticas como iremos ver de seguida.

No que concerne às contra-ordenações, ao abrigo do Artigo 31.º, constituem contra-ordenações as seguintes práticas:

- a) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas nos recintos desportivos;
- b) A introdução, transporte e venda nos recintos desportivos de bebidas ou outros produtos contidos em recipientes que não sejam feitos de material leve não contundente;
- c) A introdução, venda e aluguer ou distribuição nos recintos desportivos de almofadas que não sejam feitas de material leve não contundente;
- d) O incitamento à violência, ao racismo e à xenofobia e outras formas de discriminação, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis;
- e) A utilização nos recintos desportivos de buzinas alimentadas por baterias, corrente eléctrica ou outras formas de energia, bem como quaisquer instrumentos produtores de ruídos instalados de forma fixa, com excepção da instalação sonora do promotor do espectáculo desportivo;

- f) A introdução e utilização de buzinas de ar ou de outros utensílios estridentes em recintos desportivos cobertos;
- g) A introdução ou utilização de substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos ou objectos que produzam efeitos similares, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

Como referimos, uma das medidas com mais ênfase neste diploma foi a criminalização de algumas práticas, nomeadamente, a distribuição irregular de títulos de ingresso (Artigo 21.º), o dano qualificado por deslocação para ou de espectáculo desportivo (Artigo 22.º), a participação em rixa na deslocação para ou de espectáculo desportivo (Artigo 23.º), o arremesso de objectos (Artigo 24.º), a invasão da área do espectáculo desportivo (Artigo 25.º) e os tumultos (Artigo 26.º).

3.3 – A LEI N.º 39/2009, DE 30 DE JULHO

A Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, veio revogar a Lei n.º 16/2004, de 11 de Maio, sendo o diploma que regula actualmente toda a actividade desportiva no que à violência diz respeito.

A Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, veio estabelecer no seu Artigo 1º, “o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança e os princípios éticos inerentes à sua prática”.

Relativamente à Lei n.º 16/2004, de 11 de Maio, este diploma veio introduzir algumas alterações significativas, tendo redefinido na letra da lei a grande maioria dos conceitos presentes na Lei n.º 16/2004, de 11 de Maio, tais como, anel ou perímetro de segurança, ARD, complexo desportivo, coordenador de segurança, GOA, promotor de espectáculo desportivo, organizador da competição desportiva e realização de espectáculos desportivos. Manteve as definições de área de espectáculo desportivo, interdição de recintos desportivos, recinto desportivo e de títulos de ingresso, tendo somente definido pela primeira vez espectáculo desportivo.

Outra das alterações que este diploma veio introduzir através do seu Artigo 4.º, foi a criação do CESD (até então CNVD), que tem por função “promover e coordenar a adopção de medidas de combate às manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espectáculos desportivos”.

Esta Lei veio também obrigar, através do seu Artigo 5.º, os organizadores das competições desportivas a elaborarem regulamentos de prevenção da violência, tendo estes de preencher um conjunto de requisitos e ser obrigatoriamente aprovados pelo CESD.

Podemos constatar que foram introduzidas, através do Artigo 7.º, algumas alterações relativamente aos regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de

acesso ao público, obrigando ao controlo da venda de títulos de ingresso, com recurso a meios mecânicos, electrónicos ou electromecânicos, à vigilância e controlo destinados a impedirem o excesso de lotação em qualquer zona do recinto, à instalação de anéis de segurança, e à adopção de sistemas de controlo que impeçam a introdução de objectos ou substâncias proibidos susceptíveis de possibilitar ou gerar actos de violência, à criação de áreas no interior do recinto desportivo onde é permitido o consumo de bebidas alcoólicas, à vigilância dos grupos de adeptos nas deslocações para assistir a jogos de risco elevado, à definição do exercício da actividade dos órgãos de comunicação social e, por último, à elaboração de um plano de emergência interno prevendo a actuação dos assistentes de recinto desportivo, caso existam, estando estes regulamentos sujeitos também a registo junto do CESD.

Neste diploma, o Artigo 8.º estatui que os promotores do espectáculo desportivo têm como missão:

- a) Assumir a responsabilidade pela segurança do recinto desportivo e anéis de segurança, sem prejuízo do disposto no artigo 13.º;
- b) Incentivar o espírito ético e desportivo dos seus adeptos, especialmente junto dos grupos organizados;
- c) Aplicar medidas sancionatórias aos seus associados envolvidos em perturbações da ordem pública, impedindo o acesso aos recintos desportivos nos termos e condições do respectivo regulamento ou promovendo a sua expulsão dos mesmos;
- d) Proteger os indivíduos que sejam alvo de ameaças e os bens e pertences destes, designadamente facilitando a respectiva saída de forma segura do complexo desportivo, ou a sua transferência para sector seguro, em coordenação com os elementos da força de segurança;
- e) Adoptar regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo;
- f) Designar o coordenador de segurança, nas situações previstas na lei.

Neste diploma é mantida a figura do coordenador de segurança já criada anteriormente na Lei n.º 16/2004, de 11 de Maio. Este elemento pertence ao clube promotor, e é o responsável operacional pela segurança no interior do recinto desportivo e anéis de segurança, revelando-se como um importante elo de ligação entre o clube promotor e as forças de segurança. Deste modo, segundo o n.º 4 do Artigo 10.º da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, “competem ao coordenador de segurança coordenar a actividade dos assistentes de recinto desportivo com vista a em cooperação com o organizador da competição desportiva, com as forças de segurança, com a Associação Nacional de Protecção Civil, e com as entidades de saúde, zelar pelo normal decurso do espectáculo desportivo”.

No que concerne à qualificação dos espectáculos desportivos, verificamos que há uma qualificação ainda mais criteriosa do que na Lei n.º 16/2004, 11 de Maio, considerando-se de risco elevado a nível internacional:

- a) Que correspondam à fase final de um campeonato europeu ou mundial, nas modalidades a definir anualmente pelo CESD, ouvidas as forças de segurança;
- b) Que sejam como tal declarados pelas organizações internacionais, a nível europeu e mundial, das respectivas modalidades, com base em incidentes ocasionados pelos adeptos de pelo menos uma das equipas ou, ainda, por razões excepcionais;
- c) Em que os adeptos da equipa visitante presumivelmente venham a ultrapassar 10 % da capacidade do recinto desportivo ou sejam em número igual ou superior a 2000 pessoas;
- d) Em que o recinto desportivo esteja presumivelmente repleto ou em que o número provável de espectadores seja superior a 30 000 pessoas.

E de risco elevado a nível nacional:

- a) Que forem definidos como tal pelo CESD, ouvida a força de segurança territorialmente competente e a respectiva federação desportiva ou, tratando-se de uma competição desportiva de natureza profissional, a liga profissional;
- b) Em que esteja em causa o apuramento numa competição por eliminatórias nas duas eliminatórias antecedentes da final;
- c) Em que o número de espectadores previstos perfaça 80% da lotação do recinto desportivo;
- d) Em que o número provável de adeptos da equipa visitante perfaça 20% do número de espectadores previsto;
- e) Em que os adeptos dos clubes intervenientes hajam ocasionado incidentes graves em jogos anteriores;
- f) Em que os espectáculos desportivos sejam decisivos para ambas as equipas na conquista de um troféu, acesso a provas internacionais ou mudança de escalão divisionário.

Relativamente à realização dos jogos, este diploma sobreleva de tal forma a segurança, que dá, em matéria de segurança, competências ao comandante do policiamento desportivo para que caso este considere que não estão reunidas as condições de segurança adequadas para que o espectáculo desportivo se realize poderá contactar o Director Nacional da PSP ou o Comandante Geral da GNR (consoante a força de segurança territorialmente competente na área onde se realiza a competição) de tal facto, cabendo a estes informar o organizador da competição desportiva no sentido de ordenar ao promotor do espectáculo desportivo a correcção das falhas detectadas na segurança, ou providenciar no sentido de proporcionar condições de segurança para que seja possível realizar o espectáculo desportivo. Caso esta decisão não se verifique o espectáculo desportivo não se poderá realizar, sendo tal determinação dada pelo organizador da competição desportiva.

A Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, no n.º4 do seu Artigo 13.º, dá a possibilidade ao comandante do policiamento de “assumir a todo o tempo a responsabilidade pela segurança no recinto desportivo cabendo a decisão de evacuação, total ou parcial, do recinto desportivo, exclusivamente, ao comandante da força de segurança presente no local”.

Da análise do diploma em vigor, verificamos a existência de apenas uma lacuna que se prende com o facto de não haver uma definição criteriosa do que é efectivamente um GOA para que seja possível classificá-lo como tal, isto é, um conjunto de características que permitam afirmar que se trata claramente de um GOA mesmo não estando registado como tal. Algumas dessas características poderiam ser, por exemplo, a posse de um símbolo próprio, a entoação de cânticos próprios em conjunto, a colocação desse grupo de forma contínua e sistemática no mesmo local do estádio, a identificação de um líder mesmo que não formal, a percepção de uma determinada organização, o facto de ter uma sede, entre outros.

Esta lacuna, constitui a nosso ver, um obstáculo às forças de segurança, porque apenas é considerado GOA aquele que está registado no CESD como tal. Posto isto, à luz da legislação actual, independentemente da atitude e organização verificadas, estes adeptos não podem ser alvo de um tratamento por parte das forças de segurança como se tratassem de um GOA.

Este diploma apresenta sanções em dois âmbitos, contra-ordenacional e criminal.

No contra-ordenacional, nos termos do Artigo 39.º, constituem contra-ordenações os seguintes actos:

- a) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas no anel ou perímetro de segurança;
- b) A introdução, transporte e venda nos recintos desportivos de bebidas ou outros produtos contidos em recipientes que não sejam feitos de material leve não contundente;
- c) A introdução, venda e aluguer ou distribuição nos recintos desportivos de almofadas que não sejam feitas de material leve não contundente;
- d) A prática de actos ou o incitamento à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis;
- e) A utilização nos recintos desportivos de buzinas alimentadas por baterias, corrente eléctrica ou outras formas de energia, bem como quaisquer instrumentos produtores de ruídos instalados de forma fixa, com excepção da instalação sonora do promotor do espectáculo desportivo;
- f) A utilização de dispositivos luminosos tipo luz laser, que, pela sua intensidade, seja capaz de provocar danos físicos ou perturbar a concentração e o desempenho dos atletas;
- g) A introdução ou utilização de substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos ou objectos que produzam efeitos similares, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis;
- h) O arremesso de objectos, fora dos casos previstos no artigo 31.º

Neste diploma são criminalizadas a distribuição e venda de títulos de ingresso falsos ou irregulares (Artigo 27.º), a distribuição e venda irregulares de títulos de ingresso (Artigo 28.º), o dano qualificado no âmbito de espectáculo desportivo (Artigo 29.º), a participação em rixa na deslocação para ou de espectáculo desportivo (Artigo 30.º), o arremesso de objectos ou de produtos líquidos (Artigo 31.º), a invasão da área do espectáculo desportivo (Artigo 32.º) e as ofensas à integridade física actuando em grupo (Artigo 33.º).

Pela análise efectuada verificamos que no decorrer dos últimos 20 anos tem havido uma preocupação crescente relativamente ao fenómeno da violência associada aos espectáculos desportivos. Resultado disso são os sucessivos diplomas que abordamos neste capítulo e que demonstram uma atitude cada vez mais repressiva das práticas violentas, criminalizando inclusive algumas delas. Verificamos também, com alguma naturalidade, um aumento da complexidade dos diplomas, havendo uma clara intenção do legislador em regulamentar e catalogar praticamente tudo, desde a definição dos espaços e intervenientes desportivos, passando pela qualificação dos espectáculos relativamente ao seu grau de risco, e terminando na responsabilização quer dos promotores dos espectáculos desportivos, quer dos organizadores das competições desportivas.

Em última análise, verificamos que a legislação actualmente em vigor é uma legislação adequada à realidade do desporto dando as condições legislativas necessárias para que haja uma vivência salutar do desporto em Portugal.

CAPITULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 – EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO FUTEBOL ENTRE AS ÉPOCAS DESPORTIVAS 2004/2005 E 2009/2010

A análise que efectuaremos neste ponto, será levada a cabo com base no relatório estatístico elaborado pela Divisão de Análise e Cooperação do Departamento de Informações Policiais da Direcção Nacional da PSP referente aos incidentes desportivos ocorridos na principal liga de futebol em Portugal entre as épocas desportivas 2004/2005 e 2009/2010 (ver Anexo D). Os resultados aqui apresentados e analisados têm como base o expediente elaborado pelos elementos policiais no terreno, revelando somente os actos detectados e participados, e não a totalidade dos actos ilícitos que ocorreram na realidade. Constitui objectivo desta análise a discussão da nossa hipótese 1, que pretendia saber se continua a verificar-se uma tendência para o aumento dos actos de violência associados ao futebol.

4.1.1 – ÉPOCA DESPORTIVA 2004/2005

Começamos a nossa análise pela época desportiva 2004/2005¹⁰ em que se registou a ocorrência de 146 incidentes (ver Gráfico 1, na página seguinte).

Relativamente a esta época desportiva verificamos que 24% dos incidentes são relativos à posse/uso de artefactos pirotécnicos, 18,5% correspondem ao arremesso de objectos por parte dos adeptos, 15,8% correspondem a desordens entre adeptos, 11% constituem actos de vandalismo, 9,6% são agressões/injúrias à polícia, 6,8% dizem respeito a invasões de campo, 4,1% resultam da posse/consumo de estupefacientes, 4,1% são relativos a furtos a adeptos, 3,4% derivam da colocação de faixas ofensivas, e por fim, 2,7 % são relativos a adeptos alcoolizados (ver Quadro I, na página seguinte).

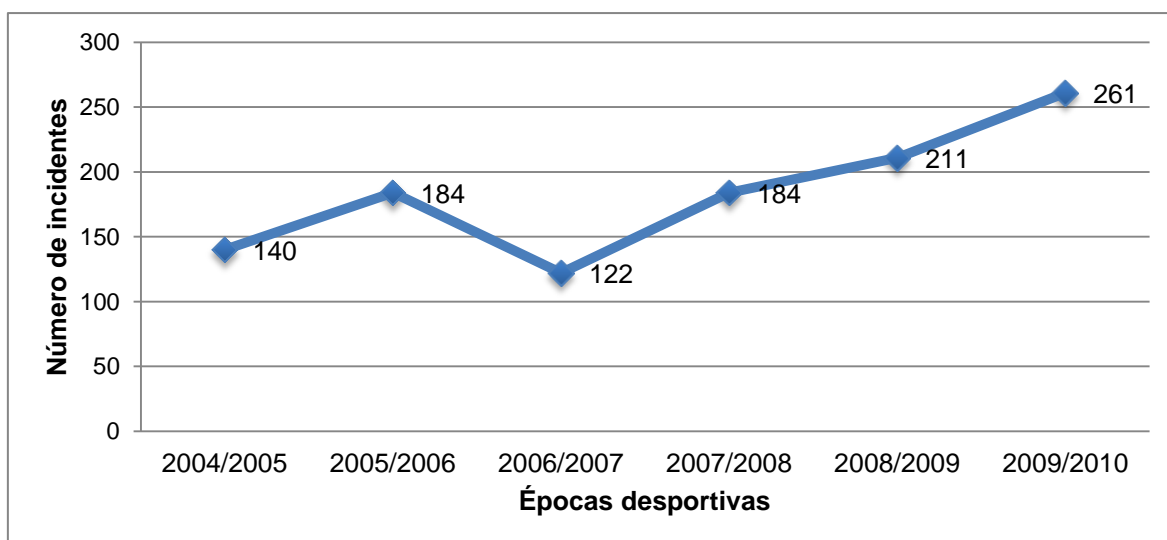
Perante estes resultados, verificamos que nesta época desportiva, os incidentes que tiveram mais expressão em termos estatísticos foram a posse/uso de artefactos pirotécnicos, o arremesso de objectos pelos adeptos e as desordens existentes entre os mesmos, representando estes três tipos de incidentes 58,3% do total dos incidentes ocorridos.

¹⁰ No relatório em análise na época desportiva 2004/2005 não foi contemplado o item “Outros”, pelo que lhe foi atribuído o valor 0%.

QUADRO I – NÚMERO TOTAL DE INCIDENTES E PERCENTAGEM POR TIPO DE INCIDENTE

		NÚMERO DE INCIDENTES POR ÉPOCA DESPORTIVA											
		2004/2005		2005/2006		2006/2007		2007/2008		2008/2009		2009/2010	
TIPOS DE INCIDENTES	INVASÃO DE CAMPO	9	6,8%	5	2,7%	3	2,5%	1	0,5%	5	2,4%	3	1,0%
	AGRESSÕES/INJÚRIAS À POLÍCIA	13	9,6%	19	10,3%	9	7,4%	16	8,7%	13	6,2%	18	7,0%
	POSSE/USO DE ARTEFACTOS PIOTÉCNICOS	34	24,0%	52	28,3%	15	12,3%	34	18,5%	39	18,5%	60	23,0%
	ARREMESSO DE OBJECTOS	26	18,5%	23	12,5%	12	9,8%	22	12,0%	23	10,9%	42	16,0%
	VANDALISMO	15	11,0%	14	7,6%	12	9,8%	20	10,9%	29	13,7%	34	13,0%
	POSSE/CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES	6	4,1%	4	2,2%	-	-	4	2,2%	2	0,9%	8	3,0%
	ADEPTO ALCOOLIZADO	4	2,7%	2	1,1%	6	4,9%	8	4,3%	10	4,7%	8	3,0%
	DESORDEM ENTRE ADEPTOS	22	15,8%	23	12,5%	26	21,3%	38	20,7%	36	17,1%	36	14,0%
	COLOCAÇÃO DE FAIXAS OFENSIVAS	5	3,4%	5	2,7%	3	2,5%	3	1,6%	5	2,4%	5	2,0%
	FURTO A ADEPTOS	6	4,1%	6	3,3%	2	1,6%	3	1,6%	5	2,4%	8	3,0%
	FURTO EM ESTABELECIMENTOS	-	-	1	0,5%	3	2,5%	3	1,6%	2	0,9%	5	2,0%
	OUTROS	-	-	30	16,3%	31	25,4%	32	17,4%	42	19,9%	34	13,0%
	TOTAL	140	100%	184	100%	122	100%	184	100%	211	100%	261	100%
	CRESCIMENTO	-		(+) 26,0%		(-) 33,7%		(+) 33,7%		(+) 14,7%		(+) 23,7%	

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS INCIDENTES REGISTRADOS POR ÉPOCA DESPORTIVA



4.1.2 – ÉPOCA DESPORTIVA 2005/2006

Na época desportiva 2005/2006 foram registados 184 incidentes, correspondendo a um acréscimo de 26% comparativamente à época desportiva anterior (ver Quadro I e Gráfico 1, na página anterior). Dos 184 incidentes registados, 28,3% são referentes a posse/uso de artefactos pirotécnicos, 16,3% correspondem a ilícitos indiscriminados, 12,5% são relativos ao arremesso de objectos, 12,5% são desordens entre adeptos, 10,3% são respeitantes a agressões/injúrias à polícia, 7,6% constituem actos de vandalismo, 3,3% dizem respeito a furtos a adeptos, 2,7% são relativos a invasão de campo, 2,7% resultam da colocação de faixas ofensivas, 2,2% derivam da posse/consumo de estupefacientes, 1,1% dizem respeito a adeptos alcoolizados, e por último, 0,5% são furtos a estabelecimentos (ver Quadro I, na página anterior).

Relativamente a esta época constatamos que os incidentes mais relevantes que podem ser identificados em termos estatísticos continuam a ser a posse/uso de artefactos pirotécnicos, o arremesso de objectos pelos adeptos e as desordens existentes entre os mesmos, representando estes três tipos de incidentes 53,3% do total dos incidentes ocorridos.

4.1.3 – ÉPOCA DESPORTIVA 2006/2007

No que concerne à época desportiva 2006/2007 foram registados somente 122 incidentes o que representa um decréscimo de 33,7% relativamente à época desportiva anterior (ver Quadro I e Gráfico 1 na página anterior).

Relativamente ao tipo de incidentes registados (ver Quadro I, na página anterior), 25,4% correspondem a incidentes indiscriminados, 21,3% constituem desordens entre adeptos, 12,3% estão relacionados com a posse/uso de artefactos pirotécnicos, 9,8% são relativos ao arremesso de objectos por parte dos adeptos, 9,8% resultam de actos de vandalismo, 7,4% são agressões/injúrias à polícia, 4,9% correspondem a adeptos alcoolizados, 2,5% correspondem a invasão de campo, 2,5% correspondem à colocação de faixas ofensivas, 2,5% correspondem a furtos em estabelecimentos e 1,6% são relativos a furtos a adeptos

Quanto a esta época desportiva constatamos que os incidentes mais relevantes e passíveis de ser identificados em termos estatísticos continuam a ser as desordens existentes entre os adeptos, a posse/uso de artefactos pirotécnicos e o arremesso de objectos pelos adeptos que se encontra a par dos actos de vandalismo. Estes quatro tipos de incidentes representam 53,2% do total dos incidentes ocorridos na época desportiva em análise.

4.1.4 – ÉPOCA DESPORTIVA 2007/2008

Analisando a época desportiva 2007/2008 verificamos que há um acréscimo de 33,7% relativamente à época desportiva transacta o que corresponde a um total de 184 incidentes (ver Quadro I e Gráfico 1 na página 39).

Relativamente à distribuição dos incidentes (ver Quadro I, na página 39), verificamos que 20,7% resultam de desordens entre adeptos, 18,5% são relativos à posse/uso de artefactos pirotécnicos, 17,4% são incidentes não especificados, 12% correspondem ao arremesso de objectos por parte dos adeptos, 10,9% correspondem a actos de vandalismo, 8,7% são agressões/injúrias à polícia, 4,3% dizem respeito a adeptos alcoolizados, 2,2% resultam da posse/consumo de estupefacientes, 1,6% correspondem à colocação de faixas ofensivas, 1,6% resultam de furtos a adeptos, 1,6% correspondem a furtos em estabelecimentos e 0,5% correspondem a invasões de campo.

Perante estes resultados verificamos que na época desportiva 2007/2008 os incidentes passíveis de serem identificados e que tiveram mais expressão em termos estatísticos foram as desordens existentes entre adeptos, a posse/uso de artefactos pirotécnicos e o arremesso de objectos por parte dos adeptos representando estes três tipos de incidentes 51,2% do total dos incidentes ocorridos na época desportiva 2007/2008.

4.1.5 – ÉPOCA DESPORTIVA 2008/2009

Na época desportiva 2008/2009 verificamos novamente um aumento de 14,7% relativamente à época transacta perfazendo um total de 211 incidentes (ver Quadro I e Gráfico 1 na página 39), sendo que 19,9% são tipos de incidentes não especificados, 18,5% correspondem à posse/uso de artefactos pirotécnicos, 17,1% correspondem a desordens entre adeptos, 13,7% correspondem a actos de vandalismo, 10,9% são resultam do arremesso de objectos por parte dos adeptos, 6,2% resultam de agressões/injúrias à polícia, 4,7% dizem respeito a adeptos alcoolizados, 2,4% são relativos à colocação de faixas ofensivas, 2,4% são referentes a furtos a adeptos, 2,4% correspondem a invasões de campo, 0,9% são relativos à posse/consumo de estupefacientes e 0,9% são furtos em estabelecimentos.

No que concerne à época desportiva 2008/2009, os incidentes com maior relevo e que podem ser identificados em termos estatísticos são a posse/uso de artefactos pirotécnicos, os actos de vandalismo perpetrados pelos adeptos e as desordens existentes entre os mesmos representando estes três tipos de incidentes 49,3% do total dos incidentes ocorridos.

4.1.6 – ÉPOCA DESPORTIVA 2009/2010

Na última época desportiva em análise, a época desportiva 2009/2010, verificou-se novamente um acréscimo de 23,7% relativamente à época anterior, registando-se nos jogos policiados pela PSP na Liga *Zon Sagres* um total de 261 incidentes, o valor mais elevado no período em análise (ver Quadro I e Gráfico 1 na página 39).

Relativamente ao tipo de incidentes (ver Quadro I, na página 39), 23% resultam da posse/uso de artefactos pirotécnicos, 16% derivam do arremesso de objectos por parte dos adeptos, 14% constituem desordens entre adeptos, 13% correspondem a actos de vandalismo, 13% correspondem a incidentes não especificados, 7% são relativos a agressões/injúrias à polícia, 3% dizem respeito à posse/consumo de estupefacientes, 3% são referentes a adeptos alcoolizados, 3% resultam dos furtos a adeptos, 2% são furtos em estabelecimentos, 2% são relativos à colocação de faixas ofensivas e 1% correspondem a invasões de campo.

Por último, na época desportiva 2009/2010 verificamos que os tipos de incidentes que mais ocorreram foram a posse/uso de artefactos pirotécnicos, o arremesso de objectos por parte dos adeptos, e as desordens entre os mesmos correspondendo estes três tipos de incidentes a 53% do total de incidentes registados na época em análise.

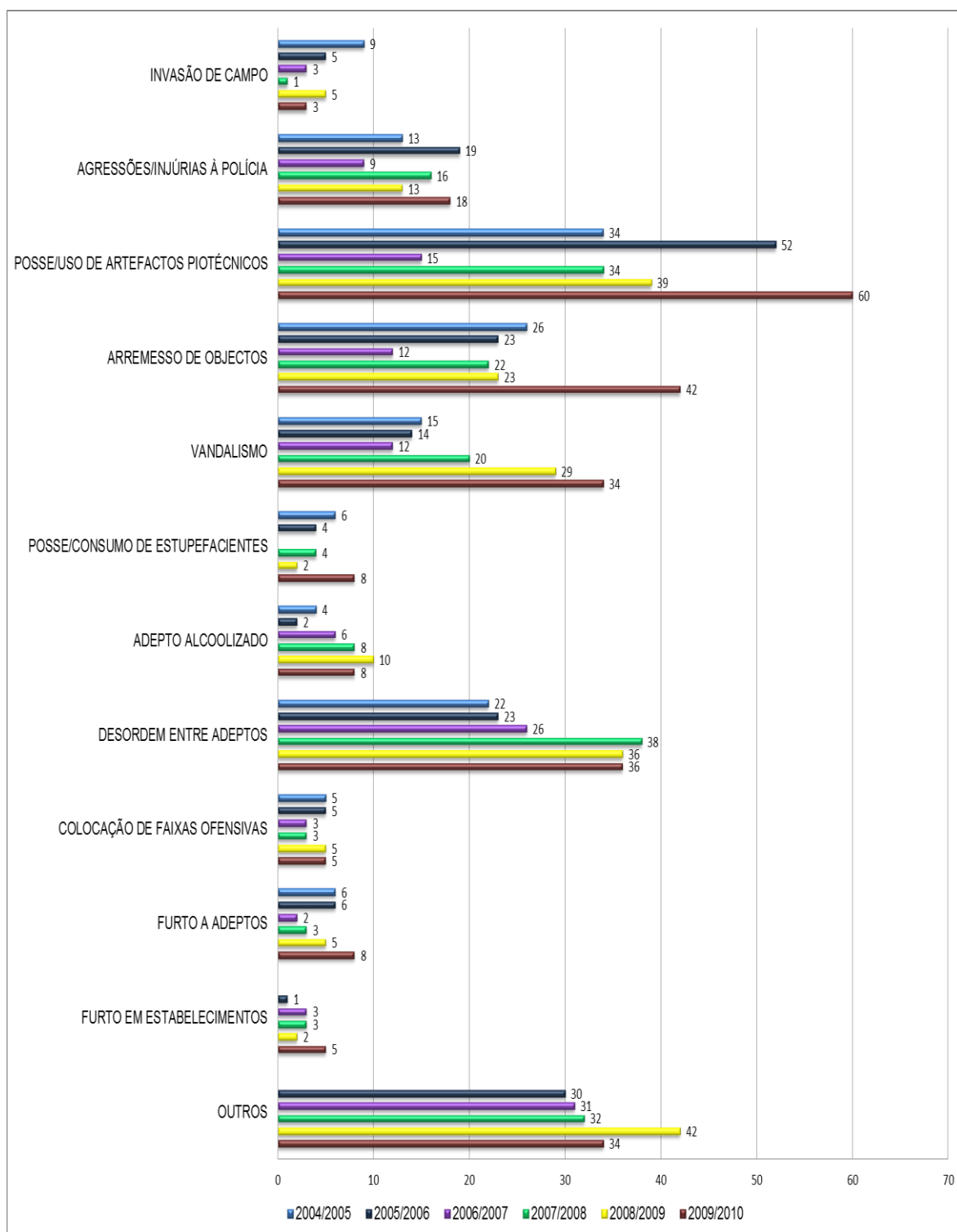
CONCLUSÃO PARCELAR

Pela presente análise constatámos que existe um aumento dos actos de violência associados ao futebol relativamente às seis épocas desportivas estudadas, tendo-se registado apenas um decréscimo pontual na época desportiva 2006/2007. A última época desportiva estudada relativa a 2009/2010 caracteriza-se por ser a época desportiva em que ocorreram mais incidentes em comparação com as restantes épocas desportivas em estudo.

Relativamente ao tipo de incidentes constatámos que existe uma constância relativamente aos incidentes que ocorrem com maior frequência (ver Quadro I, na página 39 e Gráfico 2 na página seguinte), tendo-se verificado que a posse/uso de artefactos pirotécnicos, o arremesso de objectos e as desordens existentes entre os adeptos representam na maioria das vezes mais de 50% dos incidentes ocorridos nas épocas desportivas em análise.

Deste modo, após analisarmos as seis épocas desportivas, constatámos que a hipótese I do presente estudo se verifica, ou seja, com base nos dados recolhidos e analisados verificamos que existe uma tendência de aumento dos incidentes violentos associados ao futebol na principal Liga de futebol em áreas onde a PSP é a força policial territorialmente competente.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO TIPO DE INCIDENTES (2004/2005 – 2009/2010)



4.2 – INCIDENTES REGISTADOS NA ÉPOCA 2009/2010 POR TIPO DE INCIDENTES

Relativamente à época desportiva 2009/2010 pretendemos efectuar uma análise detalhada dos relatórios de policiamento desportivo elaborados pelos comandantes dos mesmos para, a partir daí, criarmos uma grelha de análise de incidentes (ver Anexo E), de modo a podermos identificar possíveis obstáculos na prevenção da violência associada ao futebol.

Nesta análise, verificámos que nesta época desportiva existiram no total 17 agressões a adeptos, sendo que 8 ocorreram no interior do recinto desportivo e 9 no exterior do mesmo.

No que concerne a ameaças e injúrias foram registadas um total de 16, sendo que no interior do recinto desportivo 5 foram contra a polícia, 2 contra a equipa de arbitragem e 1 contra outros agentes desportivos. Já no exterior do recinto desportivo existiram 7 situações de injúrias e ameaças contra elementos policiais, e 1 contra a equipa de arbitragem.

Relativamente a adeptos alcoolizados existiram 10 situações em que os adeptos foram impedidos de entrar no recinto desportivo após serem submetidos a teste de despistagem de alcoolemia.

Quanto a danos materiais na época em análise, existiram 23 ocorrências relativas a danos, sendo que 2 foram relativas a material da polícia, 17 relativas a material e equipamentos dos clubes, e 4 relativas a outros indivíduos não identificados.

Na época em análise foram detectadas 7 situações de mensagens/faixas insultuosas.

No que concerne a artefactos pirotécnicos foram deflagrados um total de 427, sendo que no interior do recinto desportivo foram deflagrados 425, tendo apenas em 16 deflagrações sido identificados os autores das mesmas. Já no exterior do recinto desportivo foram deflagrados 2 artefactos pirotécnicos não tendo sido identificados os seus autores.

Relativamente a agressões no interior do recinto desportivo, a polícia foi 8 vezes alvo de agressão, a equipa de arbitragem 1 vez, e os outros agentes desportivos também 1 vez. Já no exterior do recinto desportivo, os elementos policiais foram alvo de agressões por 7 vezes, e outros intervenientes 1 vez apenas.

Quanto ao arremesso de objectos, no interior do recinto desportivo houve arremesso de objectos nas bancadas por 11 vezes, e ocorreram arremessos de objectos para o relvado por 8 vezes. No exterior do recinto desportivo registou-se arremesso de objectos em 7 situações.

Existiram no período em análise danos em estabelecimentos em 3 situações.

Quanto a danos em viaturas no interior do recinto desportivo, as viaturas policiais sofreram danos em duas vezes e as de outros intervenientes 1 vez. Já no que diz respeito aos danos sofridos durante os percursos, existiram 4 situações em que as viaturas policiais foram danificadas, 2 em que as viaturas das equipas de arbitragem foram alvo de danos, 3 em que foram as viaturas que transportam as equipas que sofreram danos, e 7 em que foram outras viaturas a ser alvo de danos.

Existiram 2 situações em que havia publicidade a dificultar a acção policial, e 1 situação em que houve incitamento à violência por parte dos membros dos clubes.

Foram detectadas somente 4 situações em que existiam adeptos a tentar entrar com objectos proibidos.

Relativamente ao arremesso de objectos no que aos alvos diz respeito, no interior do recinto desportivo, os elementos policiais foram alvo de arremesso de objectos por 5 vezes, as equipas de arbitragem por 1 vez, os jogadores por 1 vez, e outros intervenientes foram alvo por 4 vezes. Já no exterior do recinto desportivo os elementos policiais foram alvo de arremesso de objectos por 2 vezes, as equipas de arbitragem por 1 vez, e os jogadores também 1 vez.

No que concerne a tentativas de invasão por 3 vezes os adeptos tentaram invadir o recinto desportivo, e em 2 vezes a área de competição.

Por último, foram registadas 7 situações de incitamento à violência por parte dos adeptos.

CONCLUSÃO PARCELAR

Da análise efectuada, verificámos que a violência associada ao futebol não está confinada apenas aos recintos desportivos, repercutindo-se também de forma idêntica no exterior dos mesmos. Como podemos constatar, na época desportiva transacta, as agressões entre adeptos, dos adeptos contra a polícia e outros agentes desportivos, as injúrias e ameaças, o arremesso de objectos por parte dos adeptos e os danos em viaturas ocorreram em número semelhante no interior e no exterior dos recintos desportivos.

Verificámos também que existe uma grande dificuldade em detectar os autores dos arremessos de artefactos pirotécnicos, dado que na época transacta foram arremessados ou deflagrados no interior dos recintos desportivos 425 artefactos pirotécnicos, e em apenas 16 vezes foram detectados os autores de tais arremessos ou deflagrações.

Por último, nesta análise, verificámos que as revistas de prevenção e segurança revelam-se como um método muito pouco eficaz para detectar e impedir a entrada de

objectos proibidos no interior do recinto desportivo. No nosso estudo, verificámos que em apenas 4 situações foram detectados adeptos a tentar aceder ao interior do recinto desportivo com objectos proibidos.

4.3 – RESULTADOS DOS INQUÉRITOS EFECTUADOS AOS *SPOTTERS*

Os inquéritos efectuados aos *spotters* (ver Anexo B) foram divididos em cinco secções, nomeadamente, *legislação, regulamentos e normas, segurança e bilhética, actuação dos adeptos e das claques, actuação dos media e clubes/dirigentes*, e por fim *obstáculos à actuação das forças de segurança*, encontrando-se a sua análise no Anexo B1 e B2. Nas secções acima referidas foram introduzidas questões, de modo a aferir se as hipóteses II e III do presente estudo se verificam, nomeadamente se os obstáculos identificados na análise bibliográfica e mencionados no Capítulo I, apenas se constituem em parte como obstáculos na prática, e se na operacionalização prática das medidas de segurança estabelecidas legalmente, existirão a saber, obstáculos que não se encontram abordados na bibliografia existente.

4.3.1 – OS *MEDIA*

Relativamente aos *media* procurámos saber em que medida a actuação dos mesmos constitui um obstáculo à prevenção da violência associada ao futebol.

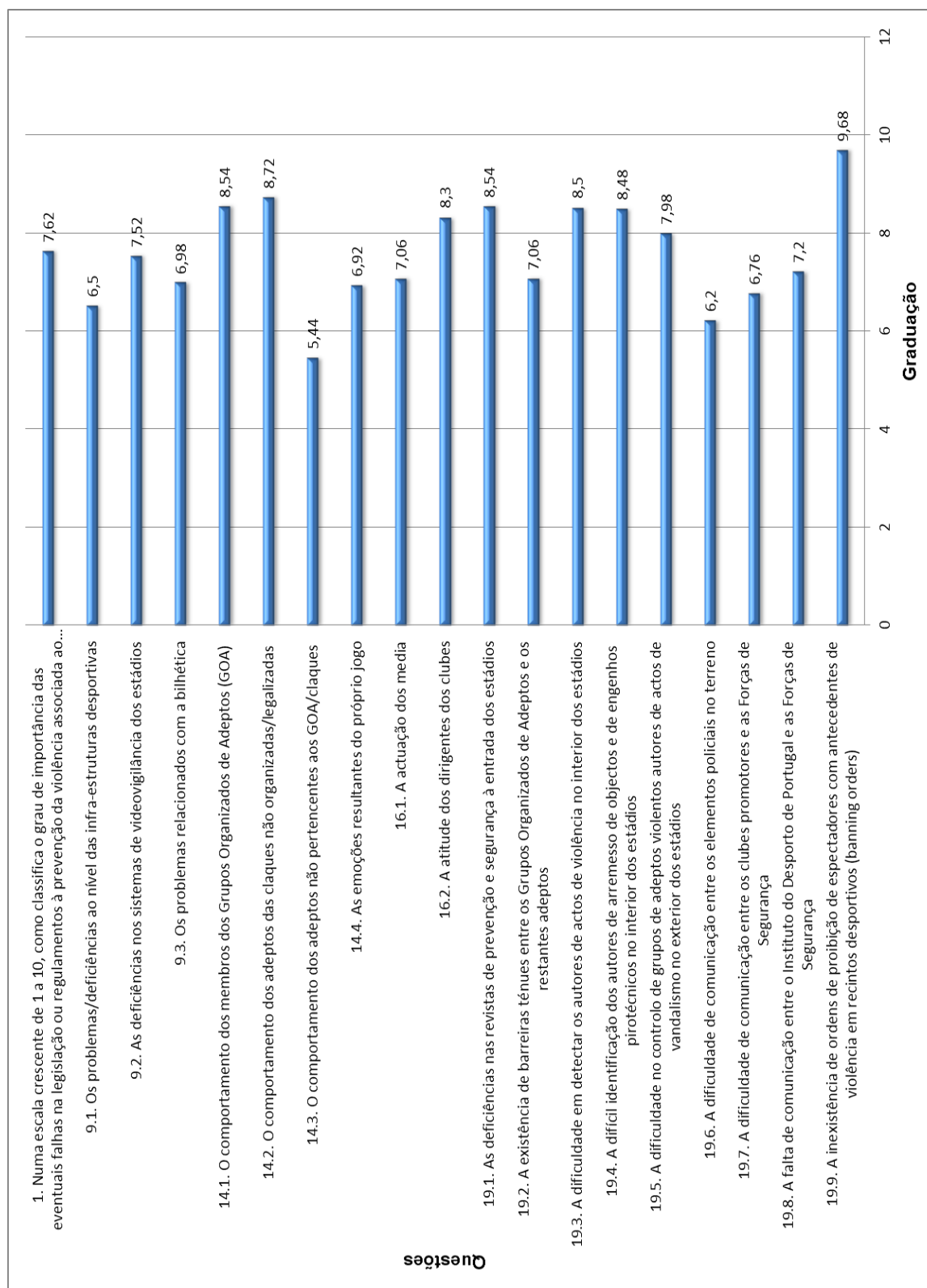
Na opinião dos elementos policiais inquiridos, a actuação dos *media*, constitui por vezes um obstáculo à prevenção de actos violentos por parte dos adeptos. Com base no inquérito realizado verificámos que a actuação dos *media* representa um obstáculo de grau 7,06 numa escala de 1 a 10 (ver Gráfico 3, na página seguinte).

Através do referido inquérito quisemos também apurar em que medida a actuação dos *media* incita à violência entre adeptos dificultando o trabalho das forças de segurança. Verificámos então que 12% dos inquiridos concordam totalmente, 60% concordam parcialmente, 14% não têm opinião e 14% discordam parcialmente.

Na opinião do Sr. Subintendente Costa Ramos (*cf.* Anexo C), “*muitas vezes o posicionamento que os media têm não vai no sentido de apaziguar. Há editoriais, notícias que são veiculadas pelos media que podem despoletar situações de conflitos nos jogos*”. Neste âmbito o Sr. Subintendente Luís Guerra refere (*cf.* Anexo C) que:

Inevitavelmente, os media, (...) desempenham um papel enquanto reguladores do nível de violência, diria antes de agressividade, na medida em que podem agir enquanto potenciadores ou enquanto dissuasores da violência.

GRÁFICO 3 – GRAU DOS OBSTÁCULOS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO FUTEBOL



Assim, com base nos resultados obtidos, verificamos que os *media* constituem-se como um obstáculo à prevenção da violência associada ao futebol em diversas ocasiões.

4.3.2 – OS ADEPTOS E AS CLAQUES

Quanto aos adeptos e às claques quisemos saber junto dos *spotters* em que medida a actuação dos adeptos e das claques poderá constituir um obstáculo à prevenção da violência por parte das forças de segurança.

Relativamente ao comportamento dos membros dos grupos organizados de adeptos, os *spotters* inquiridos classificam-no como um obstáculo de grau 8,54 numa escala de 1 a 10 (ver Gráfico 3, na página anterior). Quanto ao comportamento dos adeptos das claques ilegais, o mesmo é classificado pelos inquiridos como um obstáculo de grau 8,72 numa escala de 1 a 10. Por seu lado, o comportamento dos adeptos não pertencentes aos Grupos Organizados de Adeptos/claques é graduado em 5,44 numa escala de 1 a 10.

Relativamente ao comportamento dos adeptos, o Sr. Subintendente Costa Ramos refere de forma sucinta (*cf.* Anexo C) que:

(...) o mau comportamento do adepto contribui para a dificuldade do policiamento. O mau comportamento do adepto não é sancionado ou não é sancionado de forma a que ele possa ser banido da proximidade dos estádios.

O último ponto aqui abordado nesta secção é relativo à coesão das claques e ao encobrimento dos autores dos ilícitos enquanto obstáculos à prevenção de actos de violência. Questionados se a coesão existente nas claques associada ao encobrimento dos elementos que praticam actos ilícitos dificulta a prevenção de actos de violência por parte das forças de segurança, 60% dos *spotters* respondeu que concorda totalmente e 38% dos *spotters* respondeu que concorda parcialmente.

Relativamente à dificuldade em detectar os autores dos actos de violência no interior dos recintos desportivos, os *spotters* classificam este facto como um obstáculo de grau 8,50 (ver Gráfico 3, na página anterior). Aqui inserem-se, em específico, os autores de arremesso de objectos e artefactos pirotécnicos no interior dos recintos desportivos. Quanto à sua identificação os inquiridos classificam-na como um obstáculo de grau 8,48.

Pela presente análise verificamos que a violência associada ao futebol é um fenómeno difuso mas fechado, o que torna a identificação dos autores dos ilícitos muito mais difícil.

4.3.3 – OS CLUBES E OS SEUS DIRIGENTES

Relativamente à atitude dos dirigentes dos clubes constatámos que com base nas opiniões dos *spotters*, esta atitude representa um obstáculo de 8,30 numa escala de 1 a 10 (ver Gráfico 3 na página 47).

Indagados os *spotters* no sentido de saber se as atitudes de alguns dirigentes incitam à violência entre adeptos dificultando o trabalho das forças de segurança, 36% responderam que concordam totalmente, 68% concordam parcialmente, 4% não têm opinião, e somente 2% responderam que discordam parcialmente.

Nesta senda, o Sr. Subintendente Costa Ramos refere (cf. Anexo C) que “as declarações dos dirigentes na esmagadora maioria nunca são para apaziguar ambientes, são sempre para acicatar os ambientes, para potenciar alterações de ordem entre os adeptos”. O Sr. Subintendente Luís Guerra acrescenta (cf. Anexo C) que os dirigentes têm esta atitude porque:

*(...) em primeiro lugar, a conduta de desresponsabilização dos dirigentes e dos promotores em geral que, não só se recusam a encarar a violência como um problema seu, como se sentem à vontade para promoverem retóricas de oposição com outros promotores e clubes.
Em segundo lugar, a falta de aplicação de medidas punitivas que sejam efectivamente aplicadas aos promotores, obrigando-os a repensar a sua posição e a sua responsabilidade.*

4.3.4 – A LEGISLAÇÃO E OS REGULAMENTOS

Relativamente à legislação e aos regulamentos que existem actualmente, entendemos ser pertinente verificar se constituem ou não como um obstáculo à prevenção da violência associada ao futebol. Relativamente ao grau de importância das eventuais falhas na legislação ou regulamentos à prevenção da violência associada ao futebol, este obstáculo teve uma cotação de 7,62 numa graduação de 1 a 10 (ver Gráfico 3 na página 47).

No que concerne à eficácia da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, 68% dos *spotters* inquiridos concordam parcialmente, e 6% concordam totalmente que este diploma é eficaz na prevenção de actos de violência. Apenas 6% não emitem qualquer opinião, 18% discordam parcialmente, e 2% discordam totalmente no que concerne à eficácia deste diploma legal.

No que diz respeito à aplicabilidade efectiva da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, no terreno, 46% dos inquiridos concordam parcialmente e 10% concordam totalmente. Em desacordo parcial estão 30%, e em desacordo total estão 14% dos *spotters* inquiridos.

Relativamente a este aspecto o Sr. Subintendente Costa Ramos partilha do mesmo ponto de vista, referindo (cf. Anexo C) que gostaria “*que ela [a Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho] fosse aplicada de uma forma mais efectiva*”, e que (cf. Anexo C):

(...) se a lei fosse aplicada em toda a sua extensão com certeza que nós não assistíamos aquilo que vamos assistindo ao longo dos tempos dentro dos estádios. Muitos dos adeptos que já estão referenciados como participantes em diversas situações de alterações de ordem, de rixa, de arremesso de tochas, de potes de fumo não entrariam nos estádios. E também se ela fosse aplicada de uma forma célere seria benéfico porque a lei tem lá tudo. A lei é adequada.

Por sua vez, o Sr. Subintendente Luís Guerra refere (cf. Anexo C) que,

(...) a Lei é relativamente recente e, no plano nacional, absolutamente inédita. Até ao momento, não parece que os diversos actores envolvidos se tenham empenhado eficazmente na execução das competências que a mesma lhes confere. Isto significa que a Lei ainda não fez prova cabal da sua eficácia, não necessariamente por não conter instrumentos suficientes, mas por falta de utilização dos instrumentos que oferece.

Questionados acerca dos motivos que levam a que esta Lei não esteja a ser aplicada efectivamente, 10% referem que não existe uma aplicação das punições, 10% referem que a Lei genericamente não é aplicada, 44% referem que as interdições de acesso aos recintos desportivos são inexistentes, 6% referem como motivo para esta Lei não estar a ter uma aplicação efectiva, o facto de ser desconhecida para parte dos polícias e dos magistrados.

Relativamente à aplicabilidade efectiva da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho o Sr. Subintendente Luís Guerra é sucinto dizendo (cf. Anexo C) que “*a aplicação poderia ser melhorada*”, e que “*existem ainda muitas dúvidas e lacunas no conhecimento das ferramentas que a Lei disponibiliza e esse é o principal obstáculo à sua aplicação*”.

Questionados se as NEP em uso na PSP permitem a prossecução de um trabalho eficaz na prevenção de actos de violência por parte desta força de segurança, 42% dos elementos policiais inquiridos concordam totalmente, 28% concordam parcialmente, 22% não têm qualquer opinião, 6% discordam parcialmente, e apenas 2% estão em total desacordo.

Quanto às Circulares OP, questionados se as mesmas permitem a prossecução de um trabalho eficaz na prevenção de actos de violência por parte da PSP, 44% dos elementos policiais inquiridos responderam que concordam na totalidade, 24% concordam de forma parcial, e 24% não têm qualquer opinião sendo que apenas 8% discordam totalmente.

Relativamente aos documentos reguladores da actuação policial (NEP e Circulares OP), o Sr. Subintendente Luís Guerra defende (*cf.* Anexo C) que é:

(...) também necessário caminhar-se para uma uniformização de procedimentos no que respeita ao trabalho da polícia quer no acompanhamento de adeptos, quer na gestão da segurança nos recintos, quer ainda no plano da intervenção e repressão de ilícitos.

4.3.5 – AS EMOÇÕES RESULTANTES DO PRÓPRIO JOGO

No que diz respeito às emoções resultantes da dinâmica e envolvimento do próprio jogo, segundo os *spotters* inquiridos, as mesmas representam um obstáculo graduado em 6,92 numa escala de 1 a 10 (ver Gráfico 3 na página 47).

CONCLUSÃO PARCELAR

Após finalizarmos a análise dos diferentes obstáculos, verificámos de forma inequívoca que os *media* contribuem para a existência de actos de violência associados ao futebol, dificultando o trabalho preventivo das forças de segurança através de algumas notícias trazidas a público que potenciam grandemente a ocorrência de actos violentos por parte dos adeptos.

Verificámos também que a componente comportamental dos adeptos representa no cômputo geral um obstáculo de relevo e difícil de controlar por parte das forças de segurança.

Segundo este estudo, o comportamento dos adeptos das claques ilegais é considerado como o de maior risco, e o que mais facilmente põe em causa a segurança do espectáculo desportivo, sendo de imediato seguido pelo comportamento dos adeptos dos grupos organizados de adeptos.

O comportamento dos adeptos não pertencentes às claques revela-se como sendo o de menor risco.

Através da presente análise, verificámos que a coesão das claques de futebol em Portugal, característica da subcultura que incorporam, a Ultra, faz com que esta coesão se torne um obstáculo à prevenção da violência pois dificulta, por um lado, a identificação dos prevaricadores, e por outro, facilita a prática de incivilidades e até de ilícitos criminais por parte dos adeptos pertencentes a tais claques.

Relativamente aos dirigentes, verificámos que os mesmos contribuem em grande medida para a ocorrência de situações de violência, dado que as suas atitudes na maioria das vezes são no sentido de potenciar a ocorrência de actos de violência por parte dos adeptos.

Deste modo, verificámos que existe um desrespeito por parte dos dirigentes relativamente às condutas exemplares por que se devem reger.

Relativamente à legislação e aos regulamentos verificámos com base na opinião dos *spotters* inquiridos, que as falhas na legislação representam um obstáculo de grau 7,62. Para a maioria dos elementos policiais inquiridos, assim como para os entrevistados, a legislação é considerada eficaz e tem sido aplicada, ainda que não em toda a sua plenitude, o que dificulta o trabalho preventivo das forças de segurança.

A não aplicação da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, a não aplicação de punições, de interdições de acesso ao recinto desportivo, e o desconhecimento deste diploma por parte de alguns polícias e magistrados, são os factores que na opinião dos *spotters* mais contribuem para que a Lei não esteja a ser aplicada de uma forma efectiva.

Relativamente às NEP e às Circulares OP, verifica-se que na opinião dos *spotters* são adequadas, contudo parece-nos que existe algum desconhecimento ou desinteresse relativamente a estes documentos. Prova deste facto são os 22% que não têm nenhuma opinião relativamente às NEP, e os 24% que não têm opinião relativamente às Circulares OP.

Por último, no que diz respeito às emoções resultantes da dinâmica e envolvimento do próprio jogo, verificámos que estas constituem um obstáculo à prevenção de actos de violência, contudo, é impossível que as forças de segurança consigam ultrapassá-lo, visto ser algo intrínseco ao próprio jogo que só por si já desperta conflitualidade e paixão, seja devido a uma decisão do árbitro, seja devido a uma atitude irreflectida de um jogador ou treinador.

Com base nos inquéritos e pela análise acima efectuada, constatamos que a hipótese II que foi por nós levantada se verifica, ou seja, os obstáculos identificados na análise bibliográfica verificam-se na sua totalidade, segundo a opinião recolhida junto dos policiais inquiridos.

4.3.6 – OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS

4.3.6.1 – SEGURANÇA DAS INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS

Relativamente à segurança das infra-estruturas desportivas, verificámos através dos inquéritos efectuados aos *spotters* que os problemas/deficiências constituem um obstáculo de grau 6,50 numa escala de 1 a 10 (ver Gráfico 3 na página 47).

Inquiridos sobre se os recintos desportivos onde prestam serviço oferecem condições de segurança adequadas que permitem prevenir a ocorrência de actos de violência, 72% dos inquiridos respondeu que concorda parcialmente e 20% que discorda parcialmente. Apenas 8% dos inquiridos não emite qualquer opinião.

No que concerne às condições de controlo dos adeptos nos recintos desportivos, os *spotters* foram inquiridos de modo a saber se estas eram adequadas no sentido de prevenir actos de violência, ao que 60% respondem que concordam parcialmente, 28% discordam parcialmente, 8% não têm opinião, sendo que somente 4% discordam na totalidade.

Já a existência de barreiras ténues entre os GOA e os restantes adeptos é classificada pelos inquiridos como um obstáculo de grau 7,06 (ver Gráfico 3 na página 47).

Questionados sobre se as barreiras infra-estruturais que separam os grupos organizados de adeptos/claques dos restantes adeptos são eficazes e suficientes para evitar o contacto físico entre eles, 50% responderam que concordam parcialmente e 6% totalmente. Quanto aos que discordam, 24% discordam parcialmente e 10% discordam totalmente. Os *spotters* que não têm opinião formada representam 10%.

Dos *spotters* que entenderam que as barreiras infra-estruturais não são suficientes foi-lhes perguntado se a inexistência de tampões de segurança ou zonas limpas de separação dos adeptos constitui um obstáculo à prevenção de actos de violência, sendo que 20% responderam que concordam totalmente, 54% responderam que concordam parcialmente, 6% não têm opinião, e os restantes 14% mostraram discordar parcialmente.

No que diz respeito às deficiências nos sistemas de videovigilância dos estádios, estas representam, segundo os *spotters*, um obstáculo de grau 7,52 numa escala de 1 a 10 (ver Gráfico 3 na página 47). Relativamente a este último ponto, também foi pedida a opinião dos *spotters* no sentido de saber se os sistemas de videovigilância existentes nos recintos desportivos previnem a existência de actos de violência por parte dos adeptos, ao que apenas 2% respondeu que concorda totalmente e 36% que concorda parcialmente. Por outro lado, 58% estão em discordância, dos quais 42% de forma parcial e 16% em total desacordo.

4.3.6.2 – REVISTAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

No que concerne às deficiências nas revistas pessoais de prevenção e segurança, os *spotters* classificam-nas, numa escala de 1 a 10, como um obstáculo de grau 8,54 (ver Gráfico 3 na página 47).

Relativamente a este item, questionados os *spotters* se, na opinião dos mesmos, as revistas de prevenção e segurança são eficazes e evitam a entrada de objectos proibidos, 26% responderam que discordam totalmente, 28% discordam parcialmente, 16% não têm opinião formada, e 30% concordam parcialmente.

4.3.6.3 – BILHÉTICA

Outro ponto que quisemos abordar nesta secção foi a bilhética. Deste modo, verificámos que para os *spotters* inquiridos, os problemas relacionados com a bilhética constituem-se como um obstáculo de grau 6,98 numa escala de 1 a 10 (ver Gráfico 3 na página 47).

Por último, relativamente a este item, também achámos pertinente saber com que frequência os *spotters* assistem a actos de violência gerados devido a problemas com a bilhética, ao que 26% dos inquiridos respondeu que já presenciou muitas vezes, 64% presenciou raras vezes, e 10% nunca presenciou.

4.3.6.4 – COMUNICAÇÃO E TROCA DE INFORMAÇÕES

No que concerne à dificuldade de comunicação no terreno entre os elementos policiais, os inquiridos classificam-na como um obstáculo de grau 6,20 (ver Gráfico 3 na página 47).

Inquiridos sobre com que frequência poderiam ter sido evitados actos de violência se existisse uma decisão mais célere e uma melhor comunicação entre os elementos responsáveis pela segurança, 42% responderam que muitas vezes, 2% sempre, 52% raras vezes, e 4% nunca.

Ainda no plano da dificuldade de comunicação, mas neste caso entre clubes promotores e as forças de segurança, os *spotters* classificam-na como um obstáculo de grau 6,76 numa escala de 1 a 10 (ver Gráfico 3 na página 47).

Neste âmbito, também foram questionados se nas situações que presenciaram poderiam ter sido evitados actos de violência se tivesse existido uma melhor comunicação entre os clubes promotores e as forças de segurança, ao que 62% responderam muitas vezes, 8% sempre e 30% raras vezes.

No que diz respeito à comunicação enquanto obstáculo, o Subintendente Costa Ramos diz (cf. Anexo C) o seguinte:

Nós quando planeamos gostaríamos que fosse eficaz. Nem sempre é eficaz. Por duas razões (...) Há falha humana quando um daqueles elementos não cumpre rigorosamente a missão que lhe está atribuída e também há falha muitas vezes na comunicação relativamente ao material de comunicações. Já tivemos situações e um dos casos mais recentes foi no Sporting vs. Benfica em que muitas vezes eu não consegui comunicar com o Comandante do Corpo de Intervenção o que em termos de policiamento e acção de comando é muito perturbador e redutor. Por isso é que a partir desse o jogo o Comandante do Corpo de Intervenção anda sempre comigo. Nesse jogo houve falha na rede o que impossibilitou haver comunicações em diversas vezes.

Por último, relativamente à dificuldade de comunicação entre o IDP e a PSP, os inquiridos graduam-na em 7,20 (ver Gráfico 3 na página 47).

Relativamente a esta comunicação/troca de informações, 34% dos *spotters* concordaram totalmente que uma melhor comunicação entre o IDP e as forças de segurança permitiria reduzir o número de actos de violência, 46% concordam parcialmente, 18% não emitem opinião, e apenas 2% discordam parcialmente.

Relativamente a este ponto o Sr. Subintendente Luís Guerra tem uma opinião contrária, afirmando (cf. Anexo C) que a “troca de informações é obrigatória e frequente”.

4.3.6.5 – CONTROLO DE ADEPTOS NO EXTERIOR DO RECINTO DESPORTIVO

Relativamente à dificuldade no controlo de grupos de adeptos violentos autores de actos do vandalismo no exterior dos complexos desportivos, os *spotters* inquiridos classificam-no como um obstáculo de grau 7,98 (ver Gráfico 3 na página 47).

Questionados se na sua opinião esta dificuldade no controlo no exterior dos complexos desportivos constituía um obstáculo, 22% responderam que concordam totalmente, 56% concordam parcialmente, 14% não emitem qualquer opinião, 6% discordam parcialmente, e apenas 2% discordam totalmente.

4.3.6.6 – INTERDIÇÕES DE ACESSO AO RECINTO DESPORTIVO

Para os *spotters*, a inexistência de ordens de interdição para adeptos (*banning orders*) com antecedentes de violência, constituem um obstáculo de grau 9,68 numa escala de 1 a 10 (ver Gráfico 3 na página 47).

4.3.6.7 – MAIORES OBSTÁCULOS PARA OS SPOTTERS

Para 18% dos *spotters* que responderam a esta questão, o maior obstáculo é o sentimento de impunidade, para 14% é a inexistência de interdições de acesso ao recinto desportivo, para 10% é a falta de formação/preparação por parte dos elementos policiais, para 8% é a Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, para 8% é a aplicação de medidas brandas aos infractores, para 6% é a utilização dos jogos para fins diferentes dos de ver o jogo e apoiar as equipas, para 4% é o consumo excessivo de álcool, para 4% são as claques não legalizadas, para 14% são razões diversas, e 26% não quiseram responder a esta questão ou não têm opinião.

4.3.6.8 – OBSTÁCULOS MAIS FREQUENTES PARA OS *SPOTTERS*

Quanto aos obstáculos mais frequentes, para 12% dos *spotters* que responderam a esta questão, é o apoio e falta de responsabilização dos clubes relativamente aos GOA, para 12% é a hostilidade dos GOA em relação às forças de segurança, para 12% é a não aplicação da legislação, para 8% são os problemas de comunicação, para 8% são os meios materiais da PSP, para 6% são os problemas na separação de adeptos, para 4% é a interferência dos organizadores em matérias policiais, para 4% são as declarações dos intervenientes, para 20% são outros obstáculos que não os acima mencionados, e 38% não responderam ou não têm opinião.

4.3.6.9 – MEDIDAS PARA ULTRAPASSAR OS OBSTÁCULOS

Relativamente a sugestões, 32% dos *spotters* que responderam a esta questão defende que devia haver uma efectivação das interdições de entrada em recintos desportivos, 10% defende que deveria ser repensado o local de colocação dos GOA nos recintos desportivos, 6% defende que devia haver uma melhoria nas revistas de prevenção e segurança, 6% defende que deveria existir uma responsabilização efectiva dos clubes, 6% defende que deveria haver uma aplicação efectiva da Lei vigente, 4% defende que deveria haver um maior controlo relativamente à bilhética dos GOA, 28% sugere outras medidas que não as mencionadas anteriormente, e 42% não responde ou não tem opinião.

CONCLUSÃO PARCELAR

Na presente análise tivemos a oportunidade de verificar que os problemas/deficiências das infra-estruturas desportivas representam um obstáculo com algum relevo. Contudo, para a maioria dos *spotters* as infra-estruturas dos recintos desportivos oferecem de um modo geral condições de segurança adequadas, e de controlo dos adeptos igualmente adequadas que permitem prevenir actos de violência por parte dos adeptos.

Neste âmbito, verificamos também que as barreiras ténues que separam os GOA dos restantes adeptos constituem-se como um obstáculo, contudo, os *spotters* consideram que de uma forma genérica são suficientes. Todavia os que não corroboram totalmente este facto referem que a inexistência de tampões ou zonas livres de separação entre adeptos constituem um obstáculo que deve ser tido em conta.

Já no que concerne aos sistemas de videovigilância instalados nos recintos desportivos, os *spotters* inquiridos consideram que as deficiências que os mesmos possuem constituem um obstáculo de grau 7,52, o que consequentemente leva a que os

sistemas de videovigilância, na opinião dos mesmos, se revelem como um meio ineficaz na prevenção de actos ilícitos por parte dos adeptos.

No que diz respeito às revistas de segurança, constatámos que as mesmas possuem deficiências graves, revelando-se por isso extremamente ineficazes.

Verificámos também, que os problemas relacionados com a bilhética têm algum peso no sentido em que potenciam a ocorrência de actos de violência entre os adeptos e a própria polícia, contudo, verificámos que os problemas relacionados com os bilhetes verificam-se com pouca frequência.

Quanto à troca de informações, verificámos que existem diversas falhas que poderiam ser melhoradas, quer entre os elementos policiais no terreno, quer entre os clubes promotores e as forças de segurança, quer entre o IDP e as forças de segurança. Principalmente se existisse uma melhoria na comunicação entre os elementos policiais no terreno e entre os clubes promotores e as forças de segurança poderiam ser evitadas no futuro muitas cenas de violência que ocorrem actualmente.

O controlo de adeptos no exterior do recinto desportivo é um obstáculo muito difícil de ultrapassar dado que a dispersão dos adeptos dificulta o controlo efectivo da polícia sobre os mesmos, o que facilita em grande medida a prossecução de actos de vandalismo, por exemplo, por parte destes.

Na presente análise, verificámos que a inexistência de ordens de interdição a adeptos com antecedentes de violência é na opinião dos *spotters* o maior obstáculo à prevenção da violência associada ao futebol, com uma graduação de 9,68.

Nesta senda, constatámos que a inexistência de ordens de interdição a adeptos com antecedentes de violência e o sentimento de impunidade que advém da falta de aplicação desta medida são os principais obstáculos que os *spotters* apontam como responsáveis pelo aumento dos actos de violência associados ao futebol. A falta de formação e preparação do efectivo policial, a própria Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, a aplicação de medidas brandas aos infractores, a utilização dos jogos para fins diferentes dos de ver o jogo e apoiar as equipas, o consumo excessivo de álcool e as claques não legalizadas foram factores também mencionados pelos *spotters*.

Constatámos também, que o apoio e a falta de responsabilização dos clubes relativamente aos GOA, e a hostilidade destes GOA em relação às forças de segurança, a não aplicação da legislação, os problemas de comunicação, os meios materiais da PSP, os problemas na separação de adeptos, a interferência dos organizadores em matérias policiais, e as declarações dos intervenientes são os obstáculos com que os *spotters* mais vezes se deparam, e que dificultam a acção preventiva dos mesmos.

Por último, as principais medidas apontadas para combater a violência associada ao futebol são a efectivação das interdições de entrada em recintos desportivos, alterar os locais de colocação dos GOA nos recintos desportivos, melhorar a forma como as revistas de prevenção e segurança, responsabilizar efectivamente os clubes, aplicar efectivamente a Lei vigente, e efectuar um maior controlo relativamente à bilhética dos GOA.

Deste modo, verificamos que existe uma diversidade de obstáculos para além dos identificados na bibliografia em análise, verificando-se assim a hipótese III do presente estudo. Deste modo, com o presente inquérito podemos identificar um conjunto de obstáculos que até ao momento não tinham sido abordados em bibliografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o presente estudo, verificámos que a prossecução de actos violentos no nosso país por parte dos adeptos utilizando o futebol como pretexto e os recintos desportivos como palco, é uma prática que tem vindo ano após ano a ganhar cada vez maior expressão nos jogos da principal liga de futebol em recintos desportivos policiados pela PSP.

Relativamente às seis épocas desportivas analisadas no presente estudo, verificou-se que tem existido uma tendência de aumento dos actos violentos e ilícitos na principal liga de futebol em Portugal, embora se tenha verificado um decréscimo pontual na época desportiva 2006/2007. Na época desportiva transacta foi registado o maior número de incidentes relativamente a todo o período em análise.

No que concerne à tipologia dos incidentes, verificámos no presente estudo que a posse/uso de artefactos pirotécnicos, o arremesso de objectos e as desordens existentes entre os adeptos representam na esmagadora maioria das vezes mais de 50% dos incidentes ocorridos em cada época desportiva analisada.

Verificámos também, que este fenómeno tem vindo a alastrar-se para fora dos complexos desportivos, fruto duma evolução sucessiva no sentido de regulamentar cada vez mais as práticas admissíveis no interior dos complexos desportivos.

No presente trabalho tivemos também a oportunidade de verificar que o fenómeno da violência associada ao futebol, é um fenómeno de difícil resolução, pois intervêm no mesmo uma multiplicidade de variáveis que o tornam num problema sociologicamente complexo, e portanto, impossível de ser totalmente solucionado com base numa fórmula matemática.

Contudo, existem actualmente um conjunto de obstáculos à prevenção da violência associada ao futebol que podem ser facilmente ultrapassados a curto prazo, bastando para isso que haja uma melhor comunicação entre os diversos actores envolvidos no fenómeno desportivo, pois numa estrutura tão heterogénea o sucesso preventivo só será alcançado através de uma cooperação estreita entre todas as partes que a constituem.

Pensamos também, que deve existir uma maior sensibilização por parte das Autoridades Judiciárias e Administrativas para este fenómeno, de modo a que os autores dos actos de violência possam ser punidos de forma exemplar e célere, nomeadamente com a aplicação de sanções que os impossibilitem de entrar em recintos desportivos por um determinado período de tempo, pois a falta de aplicação de todos os instrumentos disponibilizados pela legislação em vigor, faz com que neste momento se assista a um

enorme sentimento de impunidade por parte dos adeptos, das claques, dos dirigentes dos clubes e de outros possíveis potenciadores de actos violentos.

De uma forma genérica, pelos resultados obtidos, os *spotters* entendem que as principais medidas que poderiam reduzir enormemente a ocorrência de actos violentos, seriam a efectivação das interdições de entrada em recintos desportivos, a melhoria nas revistas de prevenção e segurança realizadas à entrada dos recintos desportivos, a existência de um maior controlo relativamente à bilhética dos Grupos Organizados de Adeptos, a alteração dos locais da sua colocação nos recintos desportivos, a existência de uma responsabilização efectiva dos clubes e, por último, a aplicação efectiva da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho.

Constatámos também, que todos os obstáculos retirados da análise bibliográfica, independentemente do seu grau enquanto obstáculos, constituem-se como potenciadores da prossecução de actos violentos, e consequentemente dificultam o trabalho de prevenção das forças de segurança.

Podemos verificar ainda, que existe uma panóplia de obstáculos para além dos que identificámos através da análise bibliográfica. A resolução da maioria deles só poderá ocorrer através de uma acção concertada e responsável de todas as entidades, nomeadamente, do IDP, do CESD, da FPF, da LPFP, dos dirigentes, dos clubes, das forças de segurança e dos *media* inclusive, dado que a sua acção poderá potenciar ou minimizar a ocorrência de actos violentos.

Relativamente a este fenómeno, constatámos que são poucos e de menor relevância os obstáculos cuja resolução depende exclusivamente das forças de segurança, sendo que a deficiente formação/preparação dos elementos policiais e as deficiências nos meios materiais, nomeadamente nos sistemas de comunicação utilizados pelos elementos policiais no terreno, são os dois principais obstáculos apontados pelos inquiridos.

Apraz-nos referir, que a violência associada ao futebol, tendo em conta a actual conjuntura, afigura-se como um problema de difícil resolução, dado que alguns dos actores que poderiam contribuir decisivamente para a erradicação da violência associada a esta modalidade tais como os dirigentes desportivos, não demonstram revelar muito interesse em contribuir positivamente para tal resolução.

Tendo em conta este *status quo* que acabámos de verificar, e os obstáculos identificados ao longo do trabalho, é-nos possível afirmar que as forças de segurança, embora tenham um papel activo na prevenção da violência associada ao futebol, não podem ultrapassar importantes obstáculos que identificámos ao longo deste estudo, pois

tal acção implicaria agir para além da esfera de competências que a Lei estabelece para as forças de segurança.

Posto isto, cabe somente às forças de segurança continuar a zelar pela segurança de todos os intervenientes no espectáculo desportivo, prevenindo actos de violência e identificando os autores dos mesmos. Deve também alertar continuamente as instâncias com competências nesta matéria, transmitindo-lhes as dificuldades encontradas no terreno, e contribuindo activamente para solucionar tais dificuldades no sentido de se alcançar uma eficácia preventiva, que passará necessariamente pelo objectivo da erradicação da violência dos espectáculos de futebol, e enquanto tal realidade não for possível, pelo menos pela minoração dos riscos de segurança que a violência no desporto comporta para um elevado número de cidadãos adeptos desta modalidade desportiva.

LISBOA E ISCPSI, 27 DE ABRIL DE 2011

Fábio André de Assunção Carreto
Aspirante a Oficial de Polícia

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ADANG, Otto & C. **CUVELIER**, (2000), *Policing Euro 2000 – International Police co-operation, information management and police deployment*, Tandem Felix uitgevers.

DUNNING, Eric *et al.*, (2002), *Fighting Fans – Football Hooliganism as a World Phenomenon*, UCD, Dublin.

GOMES, Paulo, (2005), *Um Estudo de Caso: A Segurança de Eventos Desportivos in Estratégia e Gestão Policial em Portugal*, Manuel João Pereira e Joaquim Neves (coord.), Instituto Nacional de Administração, Oeiras.

MARIVOET, Salomé, (2001), *Hábitos Desportivos da População Portuguesa*, Ministério da Juventude e do Desporto, Lisboa.

MARIVOET, Salomé, (2006), *EURO 2004TM - Um Evento Global em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa.

MURPHY *et al.*, (1994), *O Futebol no Banco dos Réus – Violência dos Espectadores num Desporto em Mudança*, Celta Editora, Oeiras.

QUIVY, Raymond & L. **VAN CAMPENHOUDT**, (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais – Trajectos*, Gradiva.

VIEIRA, José Eduardo Fanha, (2003), *A Violência Associada ao Desporto: As Opções Legislativas no Contexto Histórico e Sociológico*, Instituto do Desporto de Portugal, Lisboa.

TESES

MARIVOET, Salomé, (2007), *Ética no Desporto - Princípios, Práticas e Conflitos – Análise Sociológica do Caso Português Durante os Estado Democrático do Século XX*, ISCTE, Lisboa.

NOGUEIRA, Tânia, (2007), *Formas de Violência e Outras Práticas Ilícitas em Jogos de Futebol – Contribuição para o Estudo dos Actos e do Actores Responsáveis pelos Incidentes*, Universidade de Lisboa – Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

AAVV, (2010), *Cahiers de la Sécurité, nº 11 – Sport: Risques et Menaces*, INHESJ.

MARIVOET, Salomé, (2009), *Subculturas de Adeptos de Futebol e Hostilidades Violentas – O Caso Português no Contexto Europeu* in *Configurações – Revista de Sociologia – Exclusões, Poderes e (Sub) Culturas*, Humus.

SEABRA, Daniel, (2009), *Elementos Constitutivos da Identidade da Claque Super Dragões* in *Configurações – Revista de Sociologia – Exclusões, Poderes e (Sub) Culturas*, Humus.

SÍTIOS DA INTERNET

<http://www.futebolfinance.com/as-20-contratacoes-mais-caras-de-20092010>, em 17OUT2010.

<http://www.futebolfinance.com/o-custo-dos-estadios-do-mundial-2014-no-brasil>, em 17OUT2010.

<http://www.futebolfinance.com/o-valor-da-publicidade-no-intervalo-dos-jogos>, em 17OUT2010

<http://www.futebolfinance.com/os-50-maiores-salarios-de-jogadores-de-futebol-20092010>, em 17OUT2010.

<http://www.eu2007-pt/NR/rdonlyres/0CF505CA-20B9-4379-A0C8-97AF672E5494/0/20071129DiscursodoMAIviolencianodesporto.pdf>, em 12OUT2010.

<http://www.mirrorfootball.co.uk/opinion/blogs/mirror-football-blog/Liverpool-legend-Bill-Shankly-Football-more-important-than-life-and-death-plus-his-other-great-quotes-article570339.html>, em 04MAR2011.

DIPLOMAS LEGAIS

Constituição da República Portuguesa.

Lei n.º 38/98, de 4 de Agosto.

Lei n.º 16/2004, de 11 de Maio.

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto.

Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho.

Decreto-Lei n.º 270/89, de 18 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 238/92, de 29 de Outubro.

Portaria n.º 1522-B/2002, de 20 de Dezembro.

NEP AOS/NI/05/01, de 04 de Outubro de 2006.

NEP OPSEG/DEPOP/01/12, de 24 de Julho de 2008.

Circular OP 5156 de 29 de Julho de 2010.

OUTRA DOCUMENTAÇÃO

Relatório de Incidentes Desportivos, Superliga/Liga Sagres – 2002/2003 a 2009/2010,
Ministério da Administração Interna, Polícia de Segurança Pública, Direcção Nacional,
Departamento de Informações Policiais, Divisão de Análise e Cooperação, 26JUL2010.

Relatório de Policiamento Desportivo, CDN vs. SCP, CRM, 15AGO2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. SCM, COMETLIS, 16AGO2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. SCB, COMETLIS, 22AGO2009

Relatório de Policiamento Desportivo, VSC vs. SLB, CDB, 23AGO2009

Relatório de Policiamento Desportivo, CFB vs. AN 1º DE MAIO, 24AGO2009

Relatório de Policiamento Desportivo, AAC vs. SCP, CDC, 30AGO2009

Relatório de Policiamento Desportivo, CFB vs. SLB, COMETLIS, 13SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, VFC vs. UDL, CDS, 13SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. FCPF, COMETLIS, 13SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, LSC vs. VSC, COMETPOR, 18SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SCB vs. FCP, CDB, 19SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, CDN vs. CSM, CRM, 20SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, UDL vs. SLB, CDL, 20SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. SCO, COMETLIS, 21SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. LSC, COMETLIS, 26SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, FCP vs. SCP, COMETPOR, 26SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, CSM vs. AN 1º DE MAIO, CRM, 27SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, VSC vs. UDL, CDB, 28SET2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. CFB, COMETLIS, 04OUT2009

Relatório de Policiamento Desportivo, RAFC vs. SCB, COMETPOR, 24OUT2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. CDN, COMETLIS, 26OUT2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SCB vs. SLB, CDB, 31OUT2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. CSM, COMETLIS, 01NOV2009

Relatório de Policiamento Desportivo, VSC vs. SCB, CDB, 07NOV2009

Relatório de Policiamento Desportivo, VFC vs. SCO, CDS, 07NOV2009

Relatório de Policiamento Desportivo, VSC vs. FCP, CDB, 07NOV2009

Relatório de Policiamento Desportivo, LSC vs. CDN, COMETLIS, 08NOV2009

Relatório de Policiamento Desportivo, CSM vs. FCP, CRM, 08NOV2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. AN 1º DE MAIO, COMETLIS, 09NOV2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. SLB, COMETLIS, 28NOV2009

Relatório de Policiamento Desportivo, LSC vs. SCB, COMETPOR, 05DEZ2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. AAC, COMETLIS, 06DEZ2009

Relatório de Policiamento Desportivo, VFC vs. SCP, CDS, 07DEZ2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SCO vs. SLB, CDF, 12DEZ2009

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. FCP, COMETLIS, 20DEZ2009

Relatório de Policiamento Desportivo, RAFC vs. SLB, COMETPOR, 09JAN2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. LSC, COMETLIS, 09JAN2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. VSC, COMETLIS, 30JAN2010

Relatório de Policiamento Desportivo, UDL vs. SCO, CDL, 30JAN2010

Relatório de Policiamento Desportivo, VFC vs. SLB, CDS, 06FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, FCP vs. AN 1º DE MAIO, COMETPOR, 07FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, CFB vs. SCB, COMETLIS, 08FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, LSC vs. FCP, COMETPOR, 13FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. CFB, COMETLIS, 13FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, AAC vs. SCO, CDC, 14FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, FCP vs. SCB, COMETPOR, 21FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, UDL vs. VSC, CDL, 26FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, LSC vs. SLB, COMETPOR, 27FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. FCP, COMETLIS, 28FEV2010

Relatório de Policiamento Desportivo, UDL vs. LSC, CDL, 05MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, FCP vs. SCO, COMETPOR, 06MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, VFC vs. SCB, CDS, 06MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. FCPF, COMETLIS, 07MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, CDN vs. SLB, CRM, 14MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. VSC, COMETLIS, 14MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, VSC vs. AAC, CDB, 27MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. SCB, COMETLIS, 27MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, RAFC vs. SCO, COMETPOR, 28MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, CFB vs. FCP, COMETLIS, 28MAR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SCB vs. VSC, CDB, 02ABR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, RAFC vs. FCP, COMETPOR, 10ABR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, UDL vs. SCB, CDL, 10ABR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. SCP, COMETLIS, 13ABR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SCB vs. LSC, CDB, 17ABR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, AAC vs. SLB, CDC, 18ABR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, FCP vs. VSC, COMETPOR, 18ABR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. SCO, COMETLIS, 24ABR2010

Relatório de Policiamento Desportivo, FCP vs. SLB, COMETPOR, 02MAI2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SCP vs. AN 1º DE MAIO, COMETLIS, 02MAI2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SCB vs. FCPF, CDB, 03MAI2010

Relatório de Policiamento Desportivo, VSC vs. CSM, CDB, 09MAI2010

Relatório de Policiamento Desportivo, SLB vs. RAFC, COMETLIS, 09MAI2010

ANEXOS

= ANEXO A =
RELATÓRIOS DE OBSERVAÇÃO DOS JOGOS

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SCP VS. FCP	27/11/2010	LIGA ZON SAGRES
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
<i>MEDIA</i>	- Nada a registar	
ADEPTOS/CLAUQUES	- Rebentamento de engenhos pirotécnicos nas bancadas na zona das claques - Apedrejamento dos autocarros dos adeptos do FCP na Auto-Estrada A1 no regresso à Cidade do Porto	
CLUBES/DIRIGENTES	- Arremesso de maçãs para dentro da área de competição devido a palavras proferidas por um dirigente do SCP	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Nada a registar	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Inexistência de zonas limpas de separação entre os adeptos do SCP e os adeptos do GOA “Super Dragões” do FCP - Avarias nos torniquetes devido à pressão propositada dos adeptos dos GOA do SCP	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SCP VS. LOSC LILLE	01/12/2010	LIGA EUROPA
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Nada a registar	
ADEPTOS/CLAUQUES	- Adeptos dos GOA do SCP vão para bancada 10 minutos após o início do jogo como forma de protesto contra a direcção do clube - Quase no final do jogo ameaçaram a direcção através de faixas com mensagens sublimes	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Nada a registar	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Nada a registar	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SLB VS. SCHALKE 04	07/12/2010	LIGA DOS CAMPEÕES
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Nada a registar	
ADEPTOS/CLAUQUES	- Arremesso de engenhos pirotécnicos pela claue do SLB no interior do estádio - Arremesso de engenhos pirotécnicos pelos adeptos do <i>Schalke 04</i> na deslocação para o estádio	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Nada a registar	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Problemas relacionados com a bilhética	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SLB VS. SCB	12/12/2010	TAÇA DA LIGA
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Nada a registar	
ADEPTOS/CLAUQUES	- Arremesso de engenhos pirotécnicos pela claque do SLB - Arremesso de objectos pelos adeptos do SCB contra adeptos do SLB	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Nada a registar	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Dificuldades de comunicação entre os responsáveis pela segurança do jogo	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SLB VS. SCO	12/01/2011	TAÇA DE PORTUGAL
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Nada a registar	
ADEPTOS/CLAQUES	- Nada a registar	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Nada a registar	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Revista de prevenção e segurança efectuada de forma deficiente	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SLB VS. CDN	22/01/2011	LIGA ZON SAGRES
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Nada a registar	
ADEPTOS/CLAQUES	- Deflagração de artefactos pirotécnicos no interior do recinto desportivo	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Nada a registar	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Nada a registar	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
FCP VS. SLB	02/02/2011	TAÇA DE PORTUGAL
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Nada a registar;	
ADEPTOS/CLAUQUES	<ul style="list-style-type: none"> - Arremesso de engenhos pirotécnicos pela claque do SLB interior do estádio - Arremesso de cadeiras no interior do recinto desportivo pelos adeptos da claque do SLB contra a polícia, ficando algumas pessoas feridas - Apedrejamento do comboio das claques do SLB na deslocação para Lisboa - Apedrejamento do autocarro da equipa do SLB à saída do complexo desportivo 	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Muita exaltação nas bancadas	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- ARD insultou um jogador do SLB fazendo com que os adeptos se revoltassem e arremessassem objectos contra o mesmo	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SCP VS. AN 1º DE MAIO	04/02/2011	LIGA ZON SAGRES
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Nada a registar	
ADEPTOS/CLAQUES	- Revolta contra a direcção do SCP	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Mostragem de lenços brancos - Muita exaltação nas bancadas	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Revista de prevenção e segurança efectuada de forma bastante deficiente - Possibilidade de entrar no estádio sem ser revistado	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
VFC VS. SLB	06/02/2011	LIGAZON SAGRES
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Após o jogo dirigentes do SLB criticaram a actuação da polícia através dos <i>media</i>	
ADEPTOS/CLAUQUES	- Arremesso de cadeiras contra as forças policiais	
CLUBES/DIRIGENTES	- Após o jogo, dirigentes do SLB criticaram a actuação da polícia através dos <i>media</i>	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Muita exaltação nas bancadas	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Estádio sem condições adequadas de segurança - Sobrelotação em algumas áreas	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SLB VS. VSC	13/02/2011	LIGAZON SAGRES
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Nada a registar	
ADEPTOS/CLAUQUES	- Arremesso de engenhos pirotécnicos pelos adeptos das claques do SLB no interior do estádio - Mostragem de cachecóis ofensivos pelos adeptos do VSC	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Nada a registar	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Nada a registar	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SLB VS. ESTUGARDA	17/02/2011	LIGA EUROPA
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Nada a registar	
ADEPTOS/CLAUQUES	- Deflagração de artefactos pirotécnicos no interior do recinto desportivo	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Nada a registar	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Nada a registar	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SCP VS. SLB	21/02/2011	LIGA ZON SAGRES
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	- Ampla difusão dos incidentes após o jogo	
ADEPTOS/CLAQUES	- Incidentes entre a polícia e os adeptos pertencentes ao GOA “ <i>Juve leo</i> ”	
CLUBES/DIRIGENTES	- Nada a registar	
LEGISLAÇÃO	- Nada a registar	
EMOÇÕES DO JOGO	- Nada a registar	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	- Actos de vandalismo na noite antes do jogo - Rebentamento de petardos e tochas no percurso apeado dos adeptos do SLB entre o Estádio da Luz e o Estádio José de Alvalade - Dificuldades de comunicação entre os elementos policiais	

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DE JOGO		
JOGO	DATA	COMPETIÇÃO
SLB VS. SCP	02/03/2011	TAÇA DA LIGA
OBSTÁCULOS OBSERVADOS		
MEDIA	<ul style="list-style-type: none"> - Passagem repetitiva das imagens dos incidentes registados entre a polícia e os adeptos ocorridos no último jogo entre estas duas equipas 	
ADEPTOS/CLAQUES	<ul style="list-style-type: none"> - Detectados adeptos do SCP com artefactos pirotécnicos - Deflagração de artefactos pirotécnicos no interior do recinto desportivo 	
CLUBES/DIRIGENTES	<ul style="list-style-type: none"> - Nada a registar 	
LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Nada a registar 	
EMOÇÕES DO JOGO	<ul style="list-style-type: none"> - Nada a registar 	
OUTROS OBSTÁCULOS VERIFICADOS	<ul style="list-style-type: none"> - Nada a registar 	

= ANEXO B=

**INQUÉRITO SOBRE OS OBSTÁCULOS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA
AO FUTEBOL POR PARTE DAS FORÇAS DE SEGURANÇA – O CASO DA PSP.**

O presente inquérito é parte integrante da Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais e visa complementar um estudo subordinado ao tema “Obstáculos à prevenção da violência associada ao futebol por parte das forças de segurança – O caso da Polícia de Segurança Pública.”

Com este inquérito pretende-se recolher informação sobre os obstáculos com que as forças de segurança se deparam, em especial a Polícia de Segurança Pública, na prevenção da violência associada ao futebol.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer um dos itens, pretendendo-se apenas obter a sua opinião pessoal e sincera com base na sua experiência profissional.

O inquérito é confidencial, sendo o tratamento das respostas efectuado de forma global, por isso não sujeito a uma análise individualizada.











Muito obrigado pela sua colaboração!

Fábio Carreto
Aspirante a Oficial de Polícia

* Obrigatório

SECCÃO I - LEGISLAÇÃO, REGULAMENTOS E NORMAS

1. Numa escala crescente de 1 a 10, como classifica o grau de importância das eventuais falhas na legislação ou regulamentos à prevenção da violência associada ao futebol *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo											Grande obstáculo

2. Na sua opinião, a Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, é eficaz na prevenção de actos de violência? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

3. Pela sua experiência, há uma aplicação efectiva da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente (Passe à questão 5)

4. Em sua opinião, quais os aspectos da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, que por não estarem a ter uma aplicação efectiva, dificultam o trabalho das forças de segurança

5. Em sua opinião, as Normas de Execução Permanente que regulam a actividade policial no âmbito desportivo permitem que a Polícia de Segurança Pública desenvolva um trabalho eficaz na prevenção da violência? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente (Passe à questão 7)

6. Em sua opinião, quais os aspectos das Normas de Execução Permanente que poderiam ser melhorados, para uma maior eficácia do trabalho da Polícia de Segurança Pública na prevenção da violência associada ao futebol?

A rectangular text input field with a light gray border and a vertical scrollbar on the right side. The field is currently empty.

7. Em sua opinião, as Circulares OP que regulam a actividade policial no âmbito desportivo permitem que a Polícia de Segurança Pública desenvolva um trabalho eficaz na prevenção da violência associada ao futebol? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente (Passe à questão 9)












8. Em sua opinião, quais os aspectos das Circulares OP que poderiam ser melhorados, para uma maior eficácia do trabalho da Polícia de Segurança Pública na prevenção da violência no desporto?













SECÇÃO II - SEGURANÇA E BILHÉTICA

9. Numa escala crescente de 1 a 10, como classifica o grau de importância de cada um dos obstáculos abaixo referidos, à prevenção da violência associada ao futebol

9.1. Os problemas/deficiências ao nível das infra-estruturas desportivas *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Pequeno obstáculo												Grande obstáculo

9.2. As deficiências nos sistemas de videovigilância dos estádios *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo											Grande obstáculo

9.3. Os problemas relacionados com a bilhética *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo

10. Na sua opinião as infra-estruturas dos estádios onde presta serviço de *spotter* oferecem condições de segurança adequadas que permitem prevenir actos de violência por parte dos mesmos? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

11. Na sua opinião as infra-estruturas e equipamentos dos estádios onde presta serviço de *spotter* oferecem condições de controlo dos adeptos adequadas que permitem prevenir actos de violência por parte dos mesmos? *











Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

Assinale uma das seguintes opções

- Assinale uma das seguintes opções

- #### 14.1. O comportamento dos membros dos Grupos Organizados de Adeptos *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo											Grande obstáculo

14.2. O comportamento dos adeptos das claques não organizadas/legalizadas *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo

14.3. O comportamento dos adeptos não pertencentes aos Grupos Organizados de Adeptos/claques *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo

14.4. As emoções resultantes do próprio jogo *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo

15. Na sua opinião, a coesão existente nas claques associada ao encobrimento dos elementos que praticam actos ilícitos, dificulta a prevenção de actos de violência por parte das forças de segurança? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

SECÇÃO IV - ACTUAÇÃO DOS MEDIA E CLUBES/DIRIGENTES

16. Numa escala crescente de 1 a 10, como classifica o grau de importância de cada um dos obstáculos abaixo referidos, à prevenção da violência associada ao futebol

16.1. A actuação dos *media* *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo

16.2. A atitude dos dirigentes dos clubes *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo

17. Na sua opinião, e tendo por base a sua experiência profissional, a actuação dos *media* incita à violência entre os adeptos dificultando o trabalho das forças de segurança?

*

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

18. Na sua opinião e tendo por base a sua experiência profissional, as atitudes de alguns dirigentes desportivos incitam à violência entre os adeptos dificultando o trabalho das forças de segurança? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

SECÇÃO V - OBSTÁCULOS À ACTUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

19. Numa escala crescente de 1 a 10, como classifica o grau de importância de cada um dos obstáculos abaixo referidos, à prevenção da violência associada ao futebol











19.1. As deficiências nas revistas de prevenção e segurança à entrada dos estádios *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo











19.2. A existência de barreiras ténues entre os Grupos Organizados de Adeptos e os restantes adeptos *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo











19.3. A dificuldade em detectar os autores de actos de violência no interior dos estádios *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo											Grande obstáculo











19.4. A difícil identificação dos autores de arremesso de objectos e de engenhos pirotécnicos no interior dos estádios *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo											Grande obstáculo











19.5. A dificuldade no controlo de grupos de adeptos violentos autores de actos de vandalismo no exterior dos estádios *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo											Grande obstáculo

19.6. A dificuldade de comunicação entre os elementos policiais no terreno *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo											Grande obstáculo

19.7. A dificuldade de comunicação entre os clubes promotores e as forças de segurança

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo											Grande obstáculo

19.8. A falta de comunicação entre o Instituto do Desporto de Portugal e as forças de segurança *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo

19.9. A inexistência de ordens de proibição de espectadores com antecedentes de violência em recintos desportivos (*banning orders*) *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pequeno obstáculo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Grande obstáculo

20. Pela sua experiência profissional, as revistas de prevenção e segurança realizadas pelos Assistentes de Recintos Desportivos à entrada dos estádios são eficazes e evitam a introdução de objectos proibidos? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

21. Pela sua experiência profissional, as barreiras infra-estruturais que separam os Grupos Organizados de Adeptos/Claques dos restantes adeptos são suficientes e eficazes para evitar contacto físico entre eles? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

22. Na sua opinião, a inexistência de tampões de segurança ou zonas limpas de separação dos adeptos constitui um obstáculo à prevenção de actos de violência associados ao futebol? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

23. Pela sua experiência profissional, a dificuldade em detectar os infractores/prevaricadores no interior dos estádios constitui um obstáculo à prevenção da violência por parte das forças de segurança? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

24. Pela sua experiência profissional, a dificuldade no controlo de grupos de adeptos no exterior dos estádios constitui um obstáculo à prevenção da violência por parte das forças de segurança? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

25. No seu serviço de *spotter* poderia ter evitado confrontos antes do início do jogo se tivesse havido uma decisão mais rápida e uma melhor comunicação entre os elementos responsáveis pela segurança? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Nunca
- ☐ Raras vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

26. Pela sua experiência profissional, poderiam ser evitados actos de violência se houvesse uma melhor comunicação entre os clubes promotores e as forças de segurança? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

27. Parece-lhe, que uma melhor comunicação/troca de informações entre as forças de segurança e o Instituto de Desporto de Portugal permitiria reduzir os actos de violência associados ao futebol? *

Assinale uma das seguintes opções

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo, nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

28. Tendo por base a sua experiência profissional qual é para si o maior obstáculo à prevenção da violência associada ao futebol por parte das forças de segurança?

29. Tendo por base a sua experiência profissional, quais são para si os obstáculos mais frequentes à prevenção da violência associada ao futebol por parte das forças de segurança?

30. Tendo por base a sua experiência profissional, tem alguma sugestão sobre medidas de prevenção da violência associada ao futebol que ainda não foram implementadas, mas que em seu entender melhorariam a eficácia do trabalho das forças de segurança?

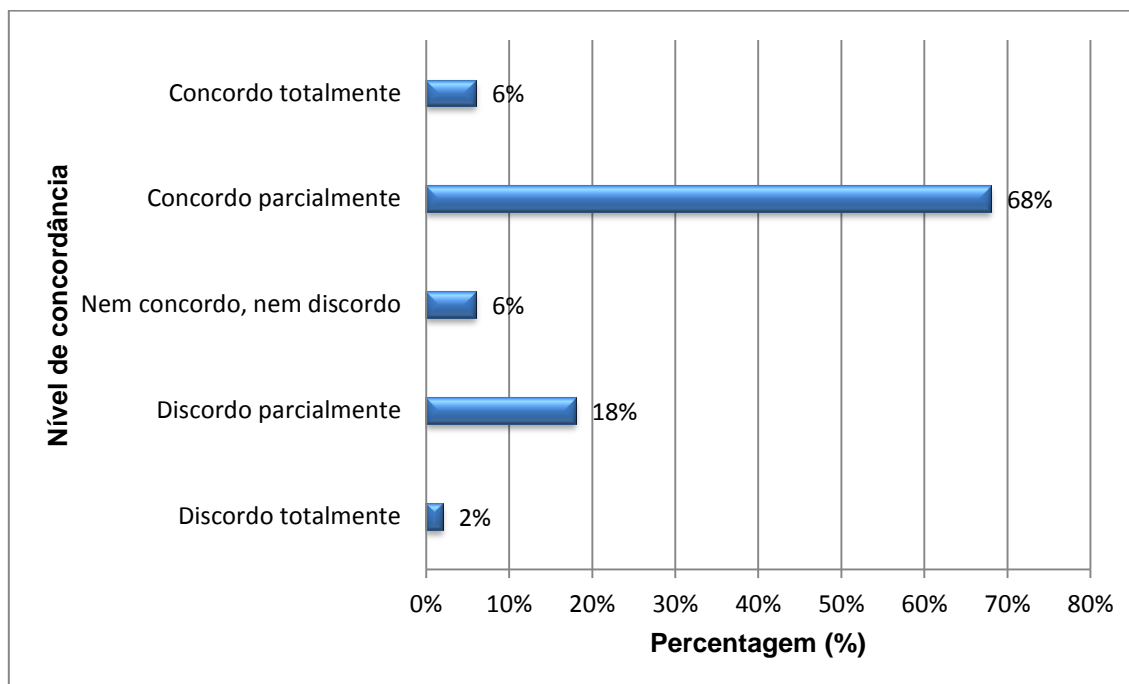
= ANEXO B1=
RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

SECÇÃO I – LEGISLAÇÃO, REGULAMENTOS E NORMAS

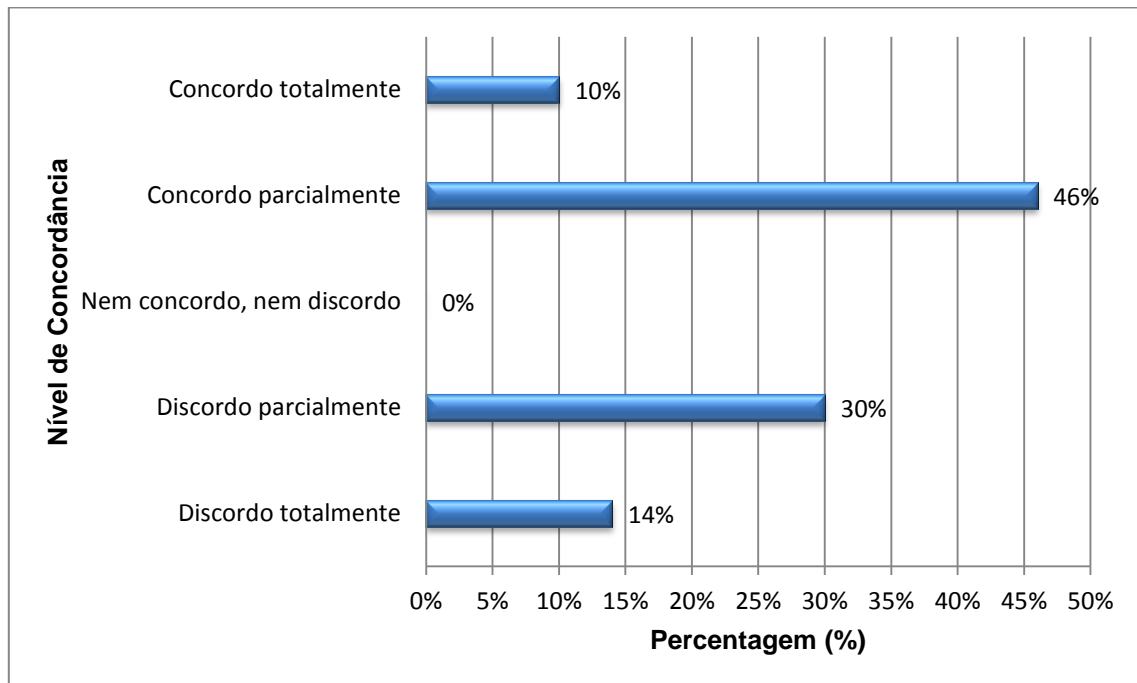
1. Numa escala crescente de 1 a 10, como classifica o grau de importância das eventuais falhas na legislação ou regulamentos à prevenção da violência associada ao futebol

GRAU: 7,62 (Ver Gráfico 3, na página 47)

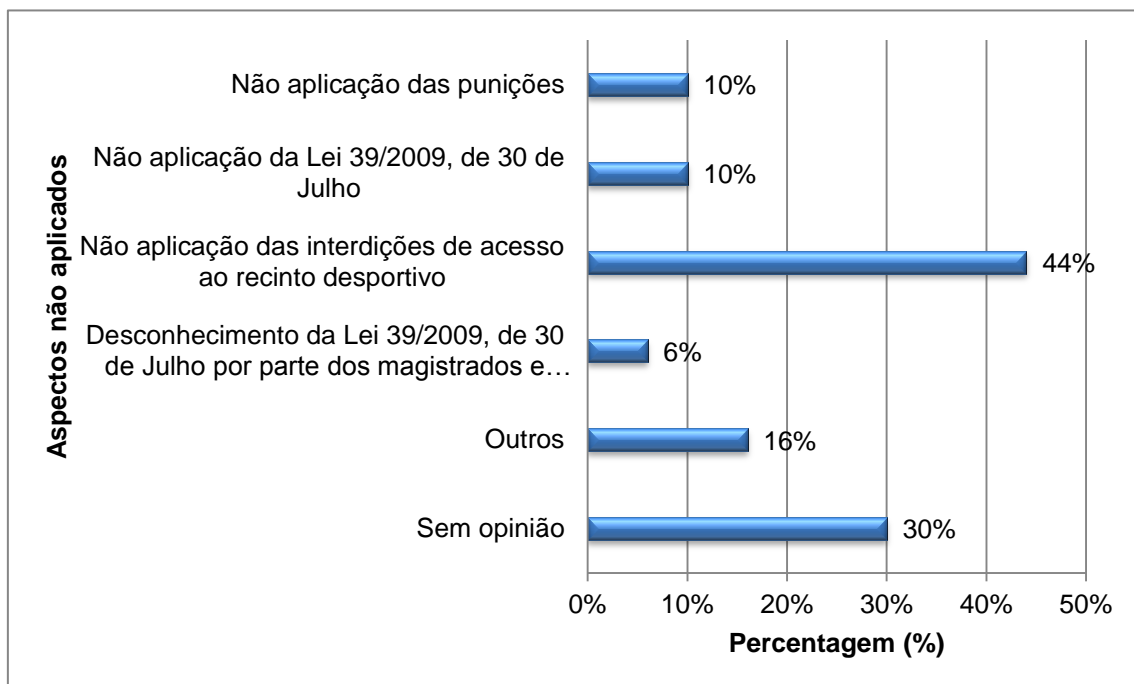
2. Na sua opinião, a Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, é eficaz na prevenção de actos de violência?



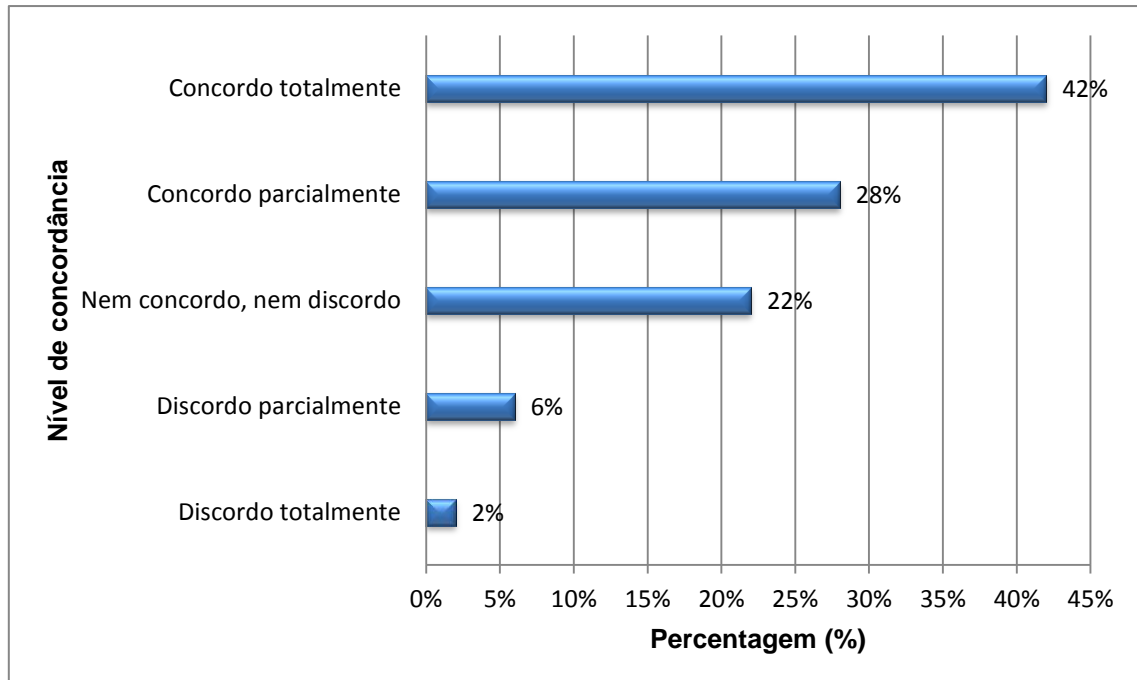
3. Pela sua experiência, há uma aplicação efectiva da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho?



4. Em sua opinião, quais os aspectos da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, que por não estarem a ter uma aplicação efectiva, dificultam o trabalho das forças de segurança?



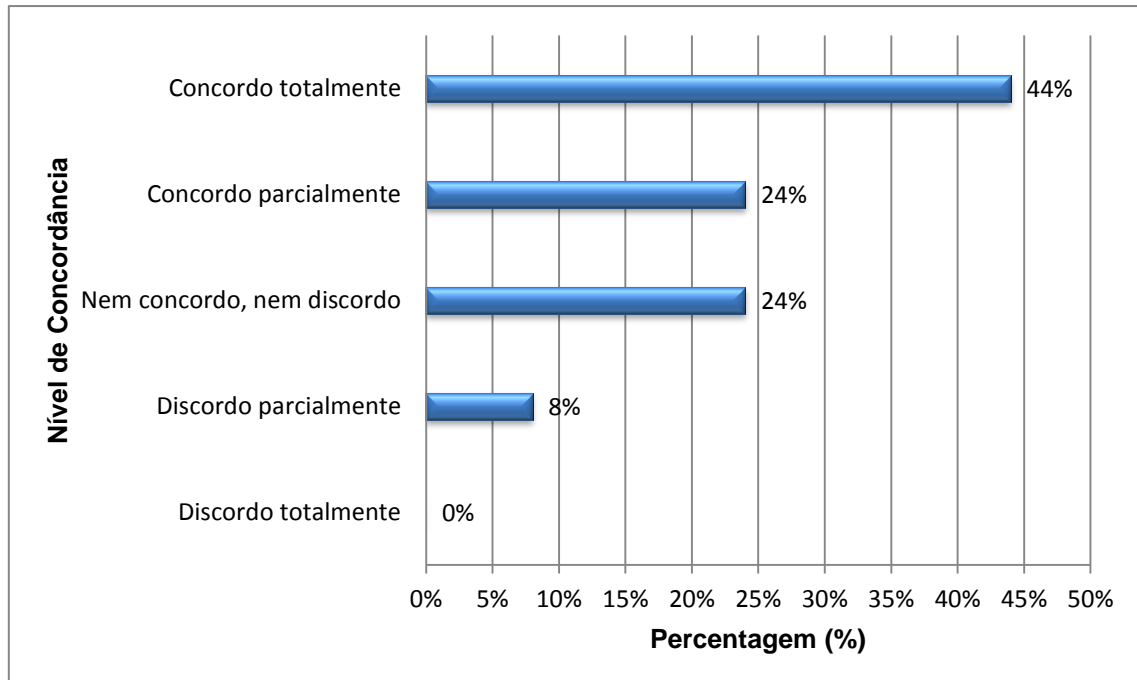
5. Em sua opinião, as Normas de Execução Permanente que regulam a actividade policial no âmbito desportivo permitem que a Polícia de Segurança Pública desenvolva um trabalho eficaz na prevenção da violência?



6. Em sua opinião, quais os aspectos das Normas de Execução Permanente que poderiam ser melhorados, para uma maior eficácia do trabalho da Polícia de Segurança Pública na prevenção da violência associada ao futebol?

(Ver Anexo B2)

7. Em sua opinião, as Circulares OP que regulam a actividade policial no âmbito desportivo permitem que a Polícia de Segurança Pública desenvolva um trabalho eficaz na prevenção da violência?



8. Em sua opinião, quais os aspectos das Circulares OP que poderiam ser melhorados, para uma maior eficácia do trabalho da Polícia de Segurança Pública na prevenção da violência associada ao futebol?

(Ver Anexo B2)

9.1. Os problemas/deficiências ao nível das infra-estruturas desportivas

GRAU: 6,50 (Ver Gráfico 3, na página 47)

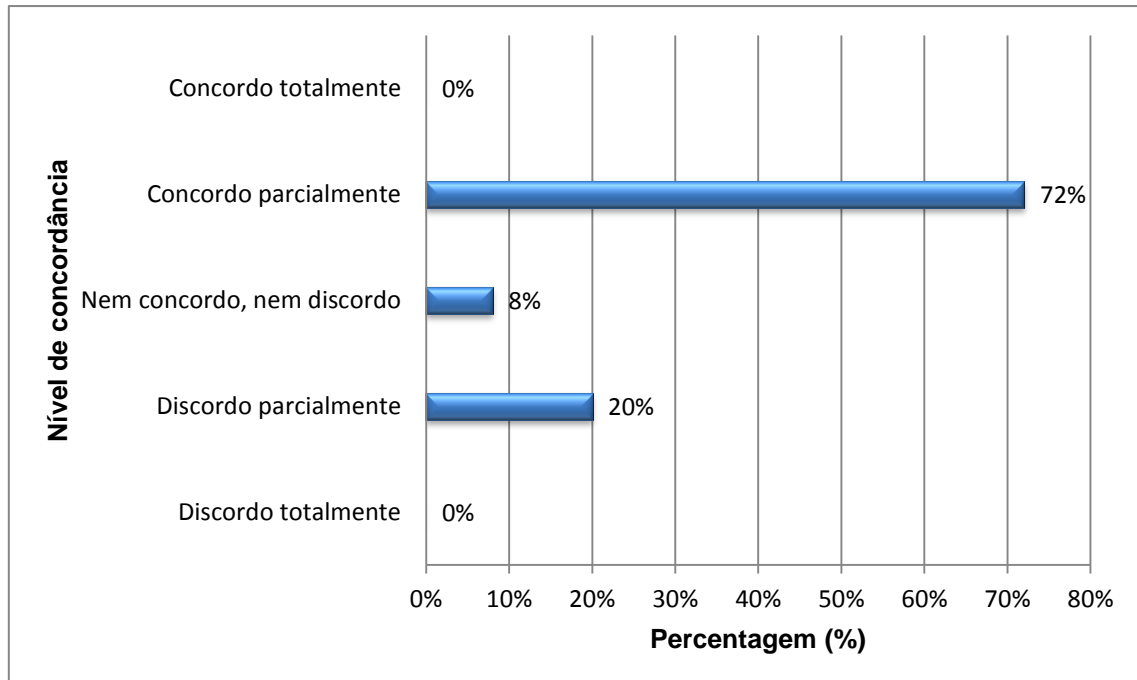
9.2. As deficiências nos sistemas de videovigilância dos estádios

GRAU: 7,52 (Ver Gráfico 3, na página 47)

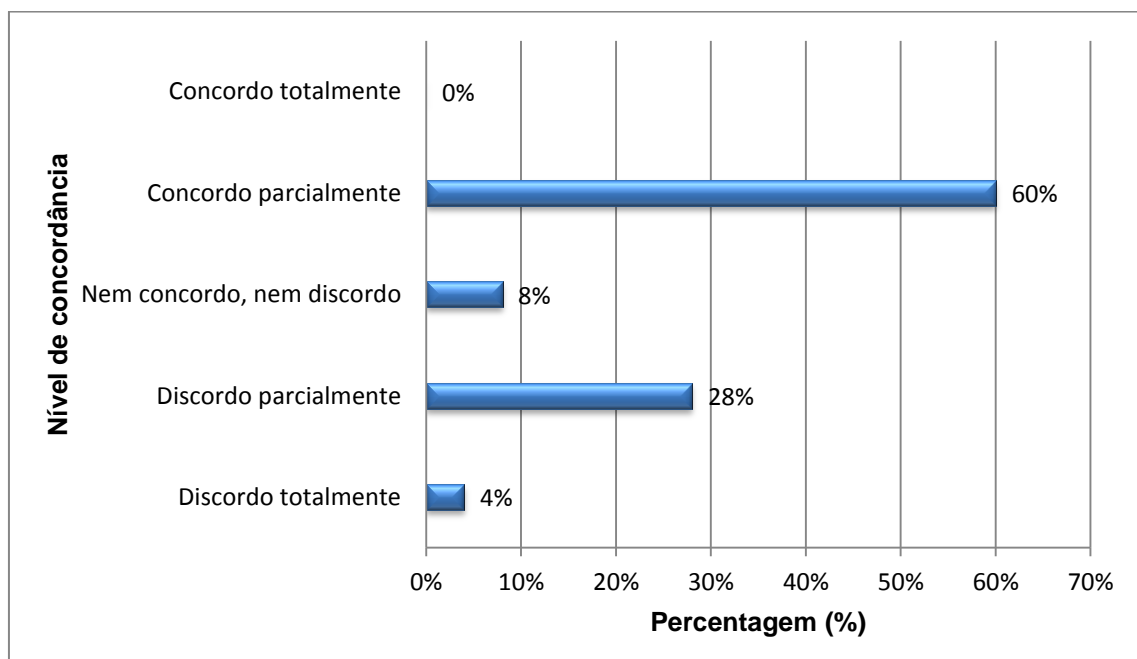
9.3. Os problemas relacionados com a bilhética

GRAU: 6,98 (Ver Gráfico 3, na página 47)

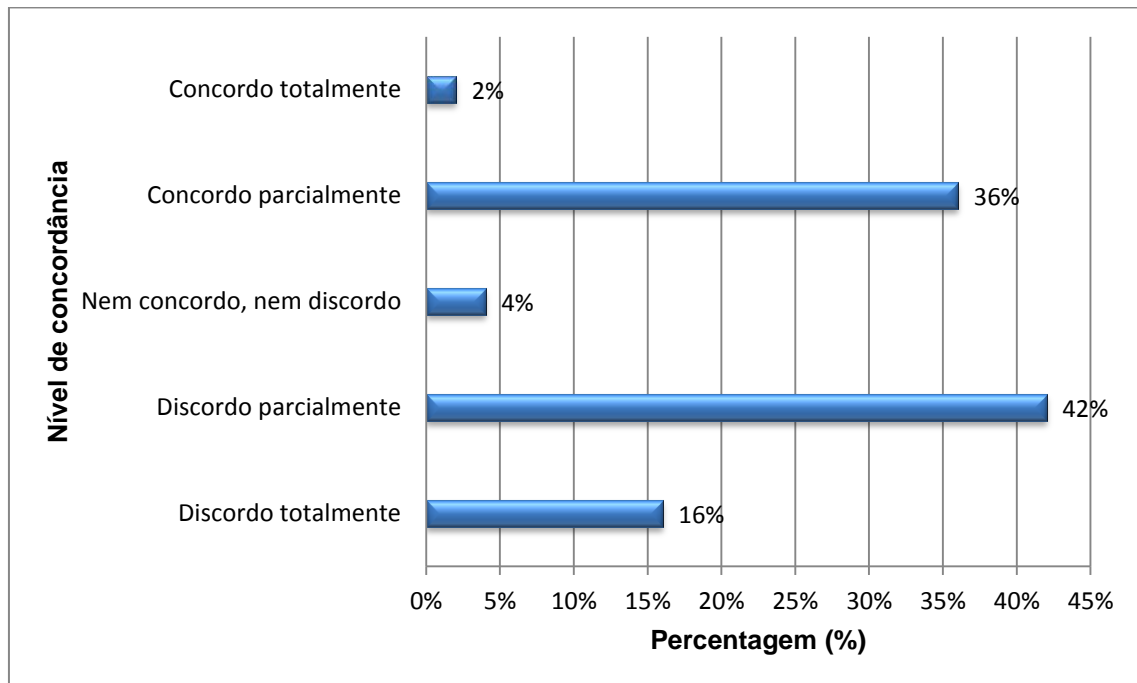
10. Na sua opinião as infra-estruturas dos estádios onde presta serviço de *spotter* oferecem condições de segurança adequadas que permitem prevenir actos de violência por parte dos mesmos?



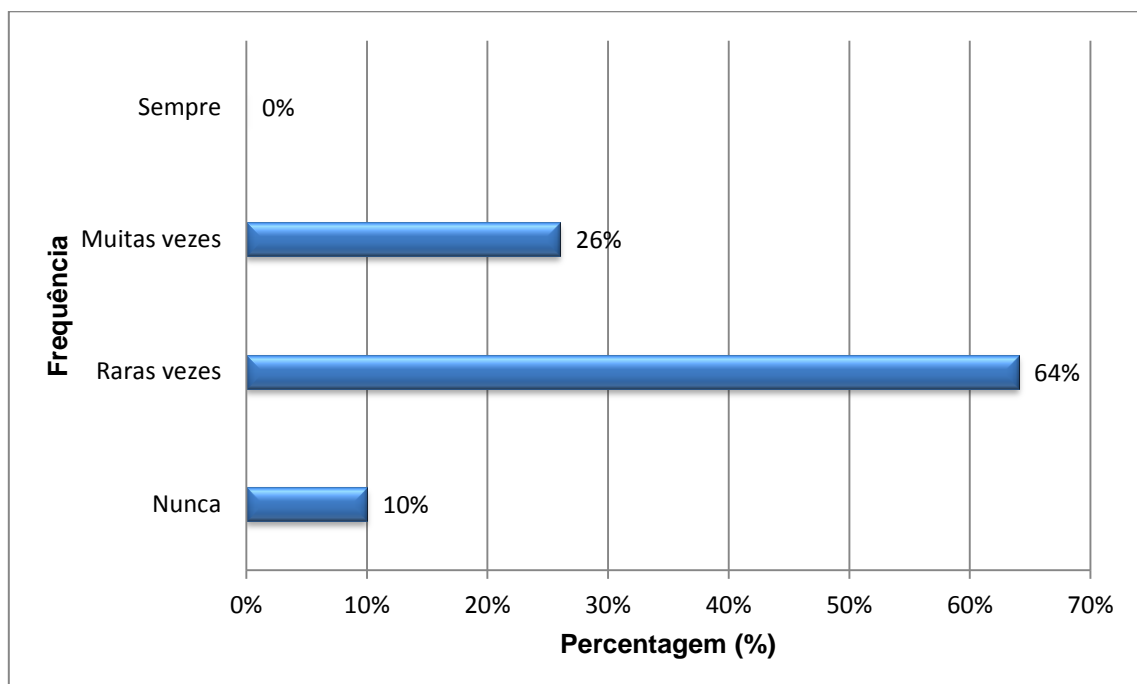
11. Na sua opinião as infra-estruturas dos estádios onde presta serviço de *spotter* oferecem condições de controlo dos adeptos adequadas que permitem prevenir actos de violência por parte dos mesmos?



12. Na sua opinião os sistemas de videovigilância existentes nos estádios previnem a existência de actos de violência por parte dos adeptos?



13. No seu serviço de *spotter* já presenciou actos de violência entre adeptos e a polícia devido a problemas com os bilhetes?



SECÇÃO III - ACTUAÇÃO DOS ADEPTOS E DAS CLAQUES

14.1. O comportamento dos membros dos Grupos Organizados de Adeptos

GRAU: 8,54 (Ver Gráfico 3, na página 47)

14.2. O comportamento dos adeptos das claques não organizadas/legalizadas

GRAU: 8,72 (Ver Gráfico 3, na página 47)

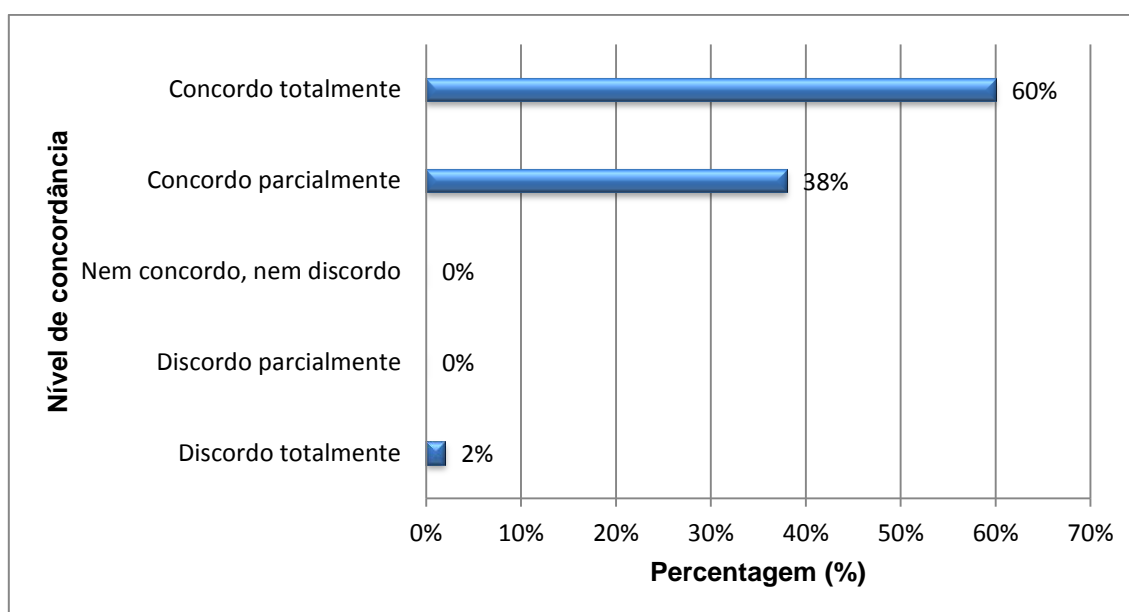
14.3. O comportamento dos adeptos não pertencentes aos Grupos Organizados de Adeptos/claques

GRAU: 5,44 (Ver Gráfico 3, na página 47)

14.4. As emoções resultantes do próprio jogo

GRAU: 6,92 (Ver Gráfico 3, na página 47)

15. Na sua opinião, a coesão existente nas claques associada ao encobrimento dos elementos que praticam actos ilícitos, dificulta a prevenção de actos de violência por parte das forças de segurança?



16. Numa escala crescente de 1 a 10, como classifica o grau de importância de cada um dos obstáculos abaixo referidos, à prevenção da violência associada ao futebol

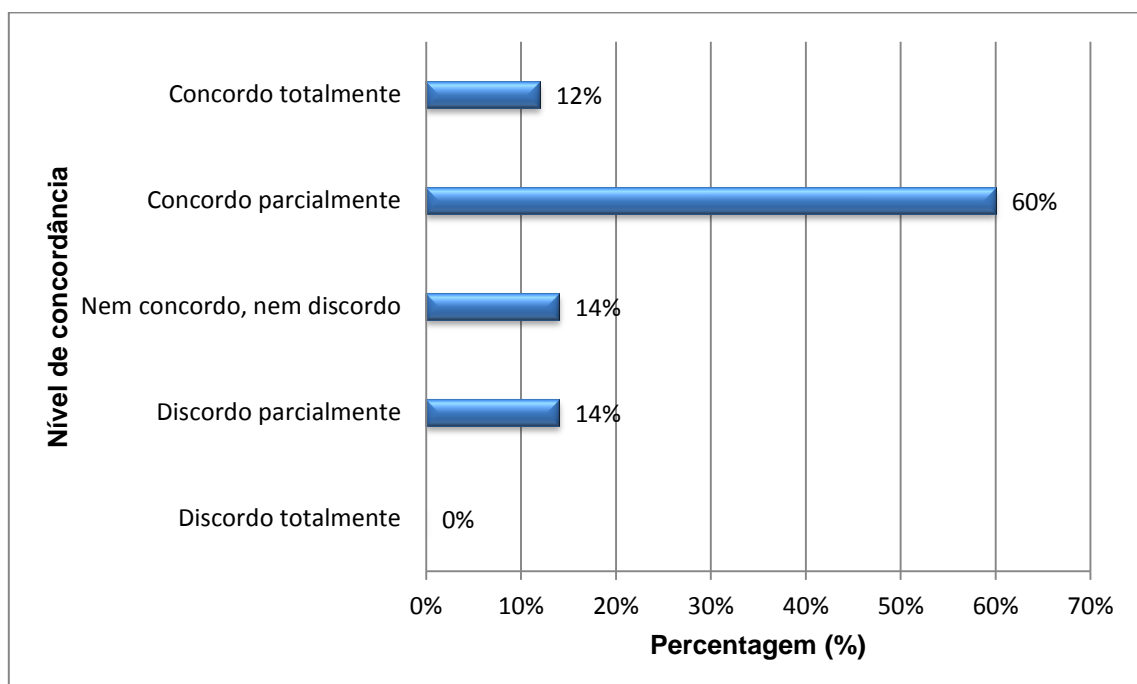
16.1. A actuação dos *media*

GRAU: 7,06 (Ver Gráfico 3, na página 47)

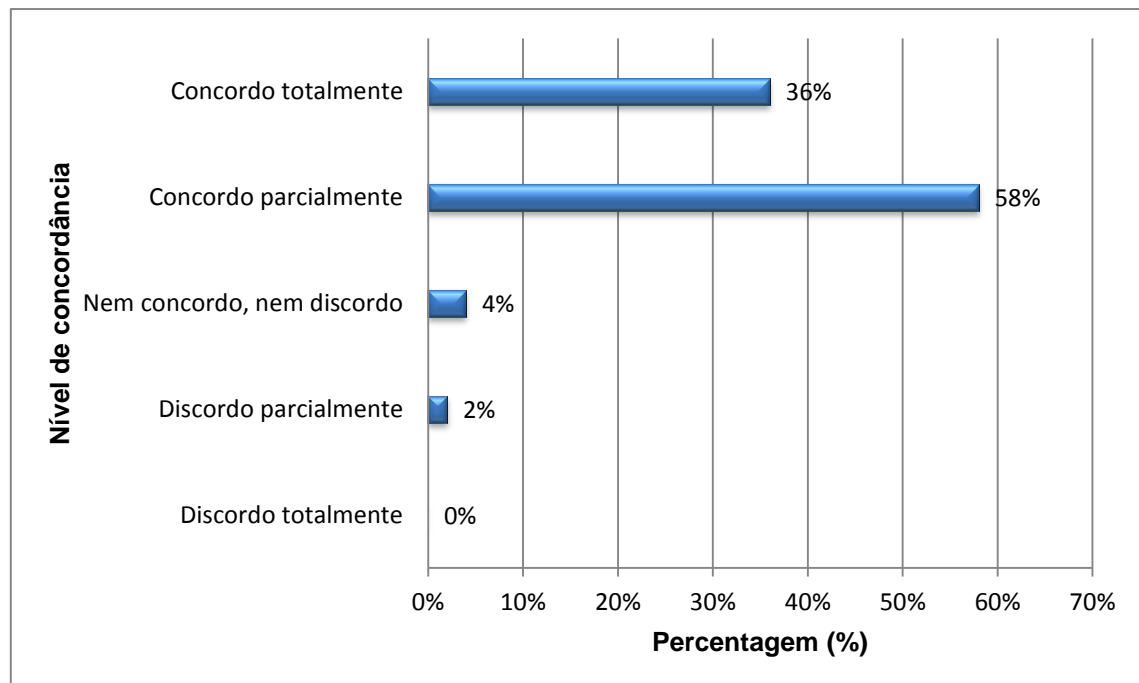
16.2. A atitude dos dirigentes dos clubes

GRAU: 8,3 (Ver Gráfico 3, na página 47)

17. Na sua opinião, e tendo por base a sua experiência profissional, a actuação dos *media* incita à violência entre os adeptos dificultando o trabalho das forças de segurança?



18. Na sua opinião e tendo por base a sua experiência profissional, as atitudes de alguns dirigentes desportivos incitam à violência entre os adeptos dificultando o trabalho das forças de segurança?



19. Numa escala crescente de 1 a 10, como classifica o grau de importância de cada um dos obstáculos abaixo referidos, à prevenção da violência associada ao futebol

19.1. As deficiências nas revistas de prevenção e segurança à entrada dos estádios

GRAU: 8,54 (Ver Gráfico 3, na página 47)

19.2. A existência de barreiras ténues entre os Grupos Organizados de Adeptos e os restantes adeptos

GRAU: 7,06 (Ver Gráfico 3, na página 47)

19.3. A dificuldade em detectar os autores de actos de violência no interior dos estádios

GRAU: 8,05 (Ver Gráfico 3, na página 47)

19.4. A difícil identificação dos autores de arremesso de objectos e de engenhos pirotécnicos no interior dos estádios

GRAU: 8,48 (Ver Gráfico 3, na página 47)

19.5. A dificuldade no controlo de grupos de adeptos violentos autores de actos de vandalismo no exterior dos estádios

GRAU: 7,98 (Ver Gráfico 3, na página 47)

19.6. A dificuldade de comunicação entre os elementos policiais no terreno

GRAU: 6,2 (Ver Gráfico 3, na página 47)

19.7. A dificuldade de comunicação entre os clubes promotores e as forças de segurança

GRAU: 6,76 (Ver Gráfico 3, na página 47)

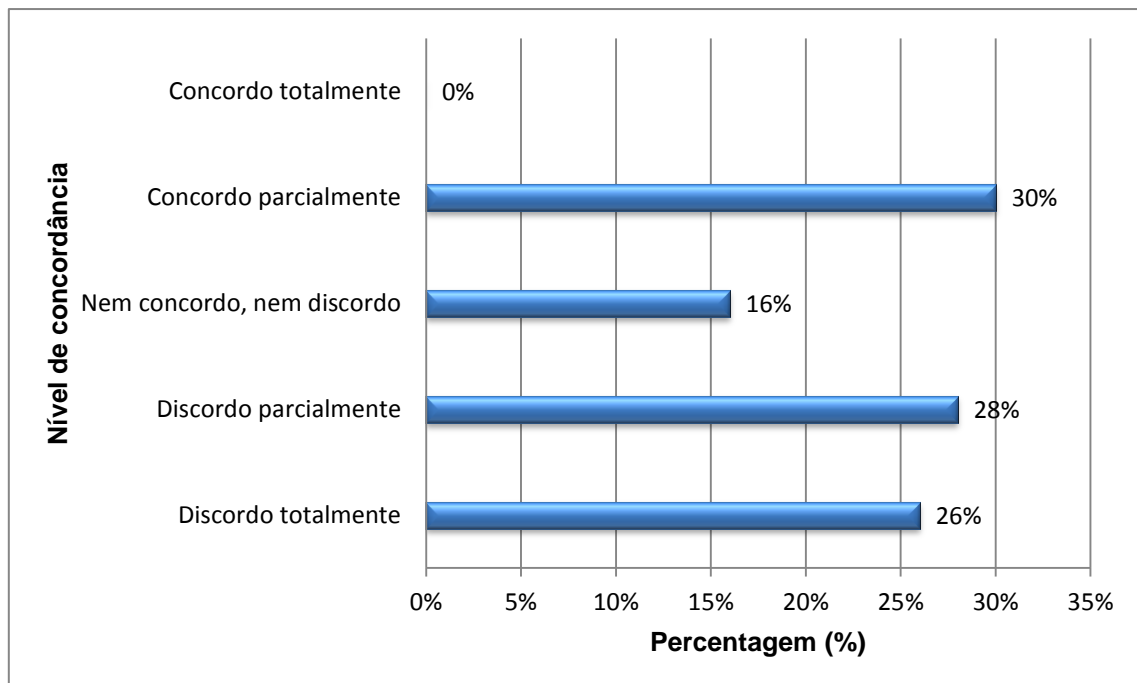
19.8. A falta de comunicação entre o Instituto do Desporto de Portugal e as forças de segurança

GRAU: 7,2 (Ver Gráfico 3, na página 47)

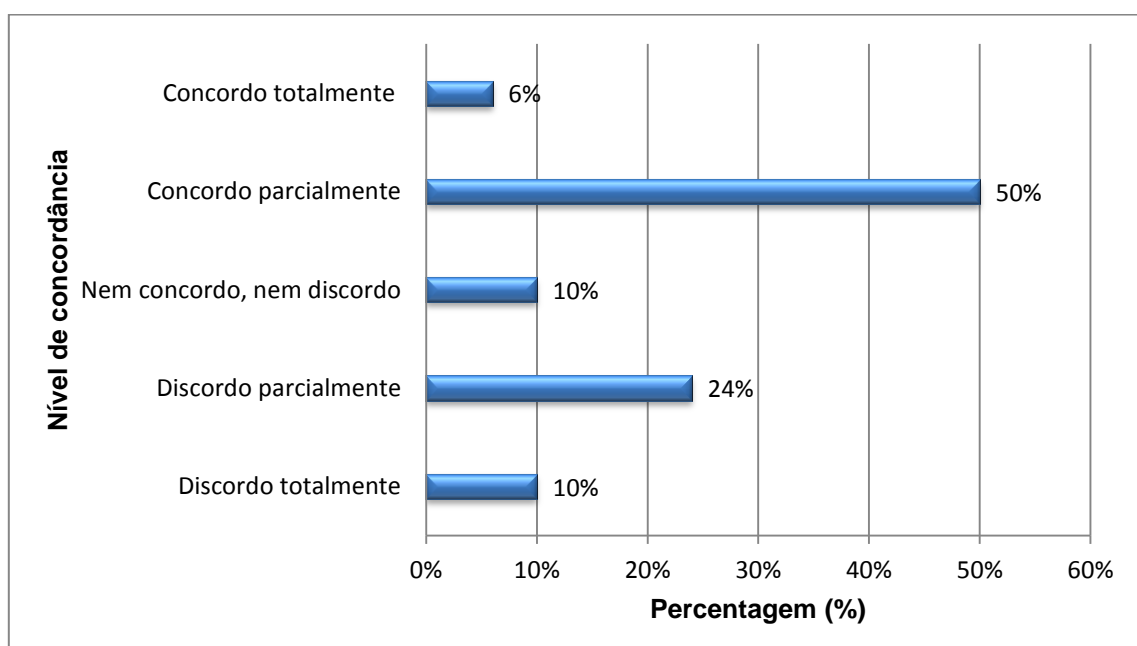
19.9. A inexistência de ordens de proibição de espectadores com antecedentes de violência em recintos desportivos (*banning orders*)

GRAU: 9,68 (Ver Gráfico 3, na página 47)

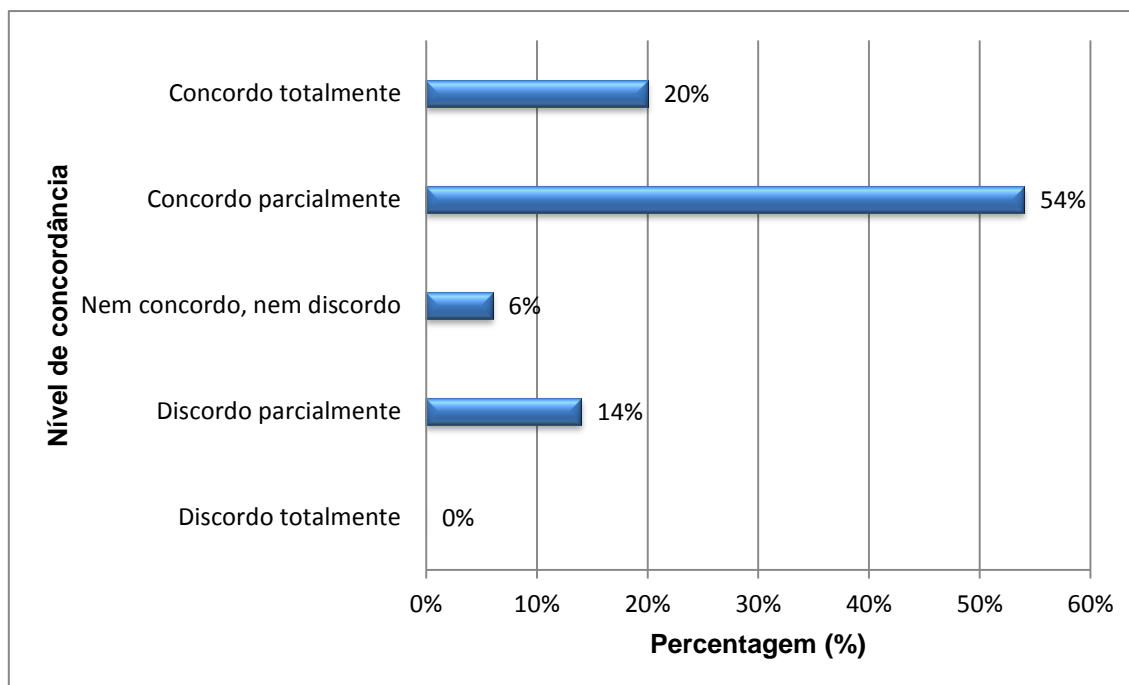
20. Pela sua experiência profissional, as revistas de prevenção e segurança realizadas pelos Assistentes de Recintos Desportivos à entrada dos estádios são eficazes e evitam a introdução de objectos proibidos?



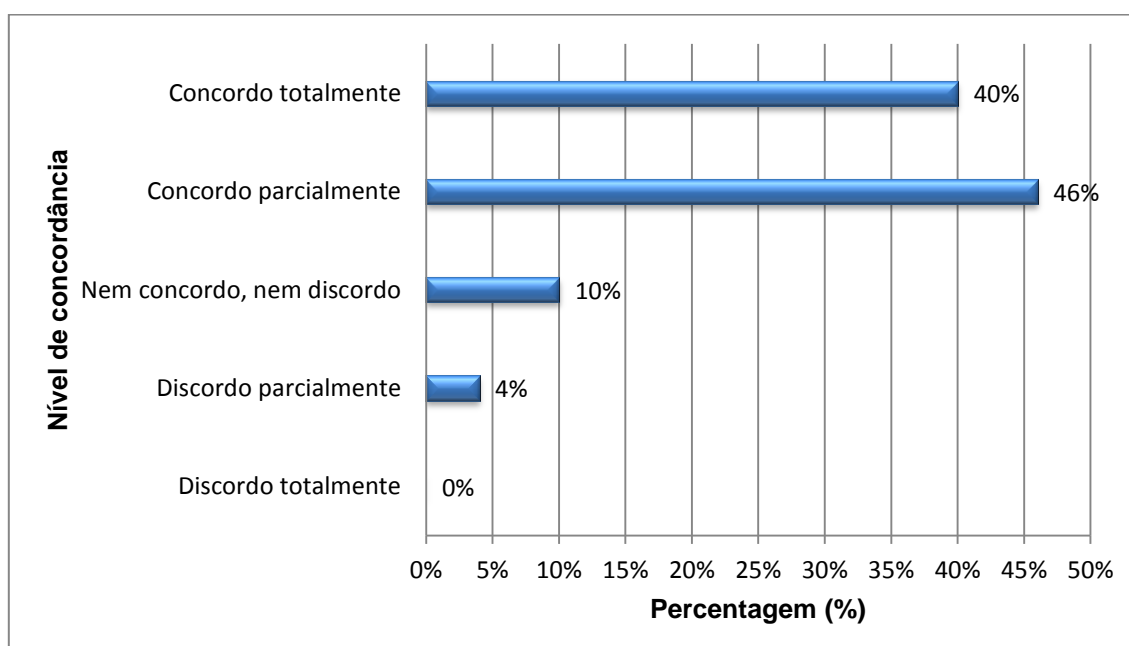
21. Pela sua experiência profissional, as barreiras infra-estruturais que separam os Grupos Organizados de Adeptos/Claques dos restantes adeptos são suficientes e eficazes para evitar contacto físico entre eles?



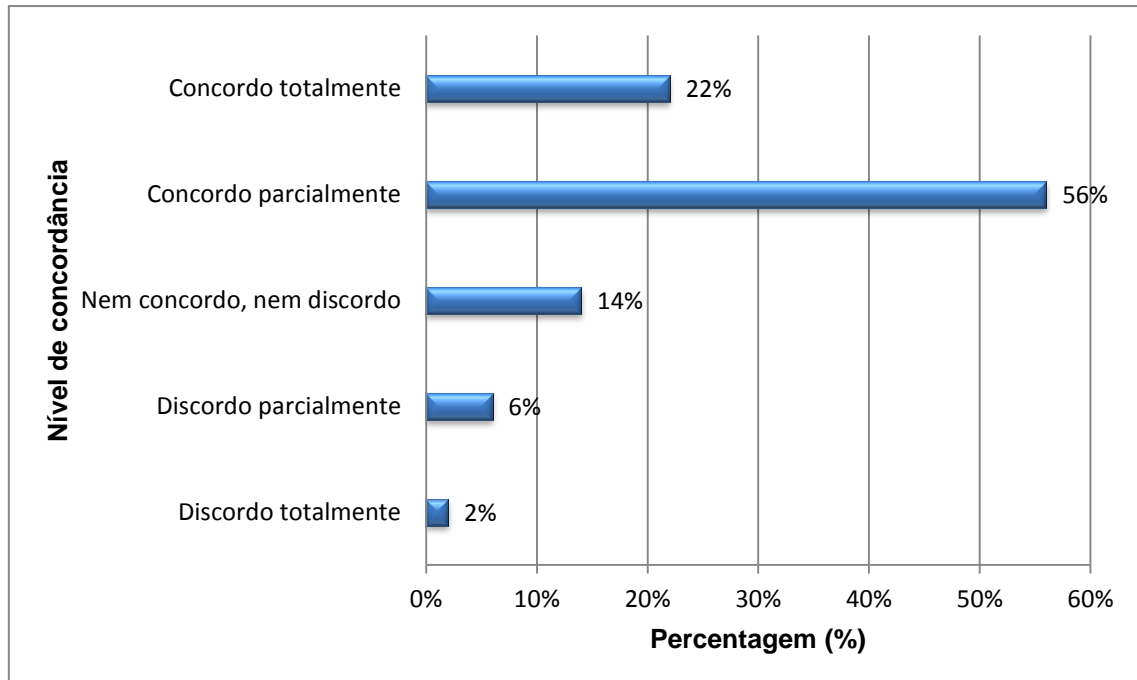
22. Na sua opinião, a inexistência de tampões de segurança ou zonas limpas de separação dos adeptos constitui um obstáculo à prevenção de actos de violência associados ao futebol?



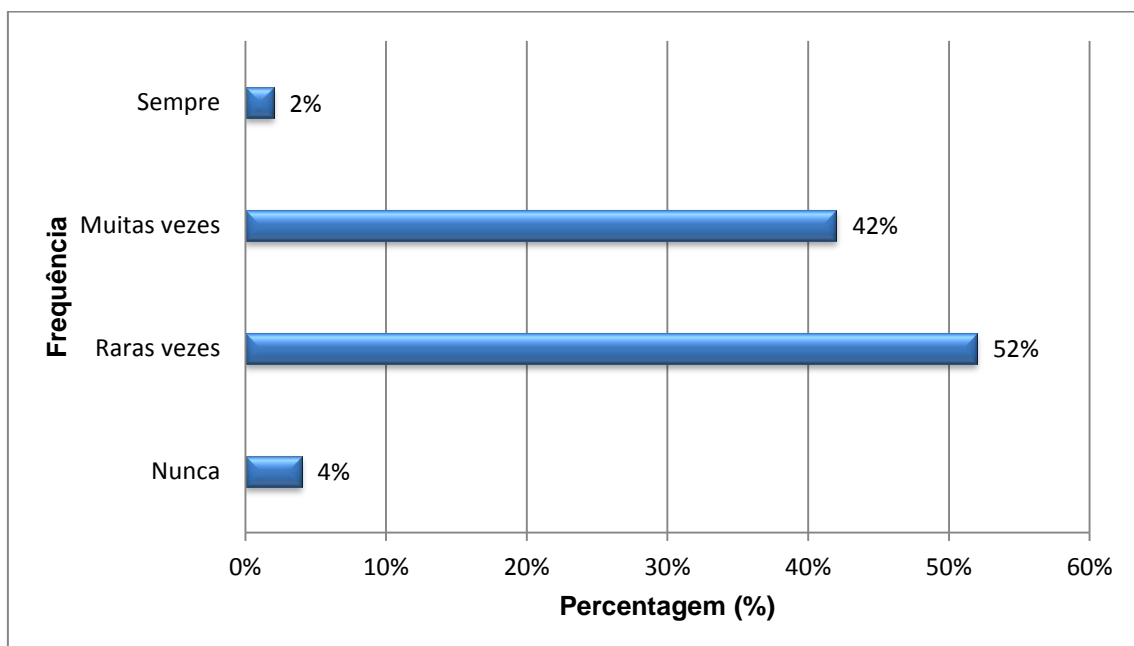
23. Pela sua experiência profissional, a dificuldade em detectar os infractores/prevaricadores no interior dos estádios constitui um obstáculo à prevenção da violência por parte das forças de segurança?



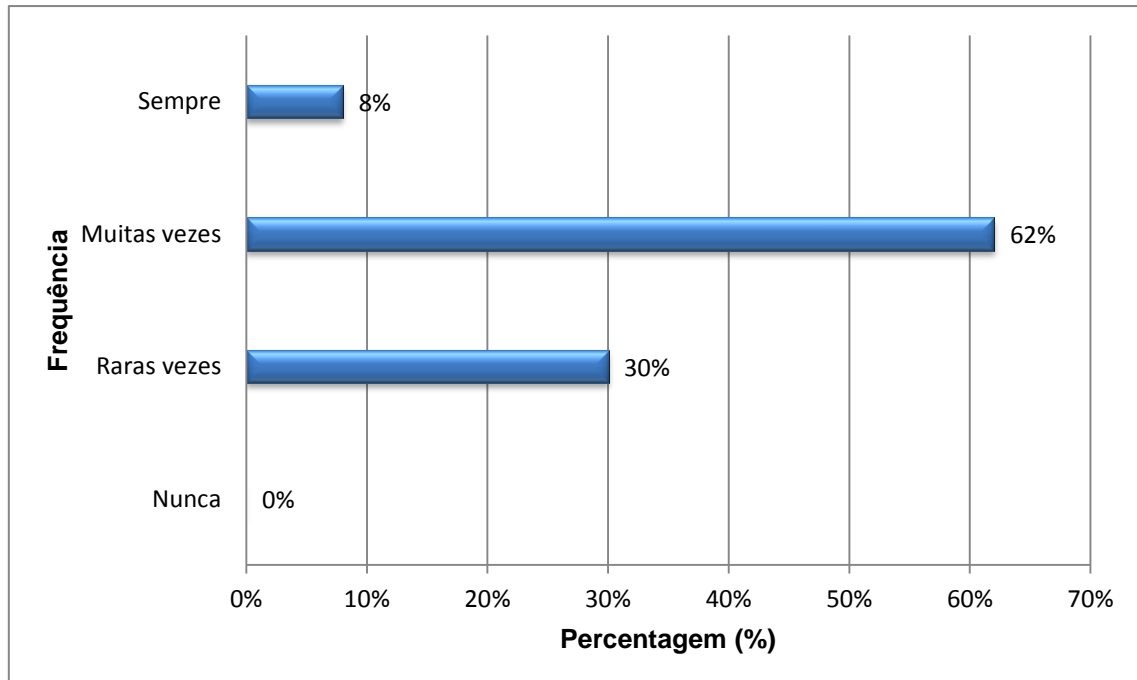
24. Pela sua experiência profissional, a dificuldade no controlo de grupos de adeptos no exterior dos estádios constitui um obstáculo à prevenção da violência por parte das forças de segurança?



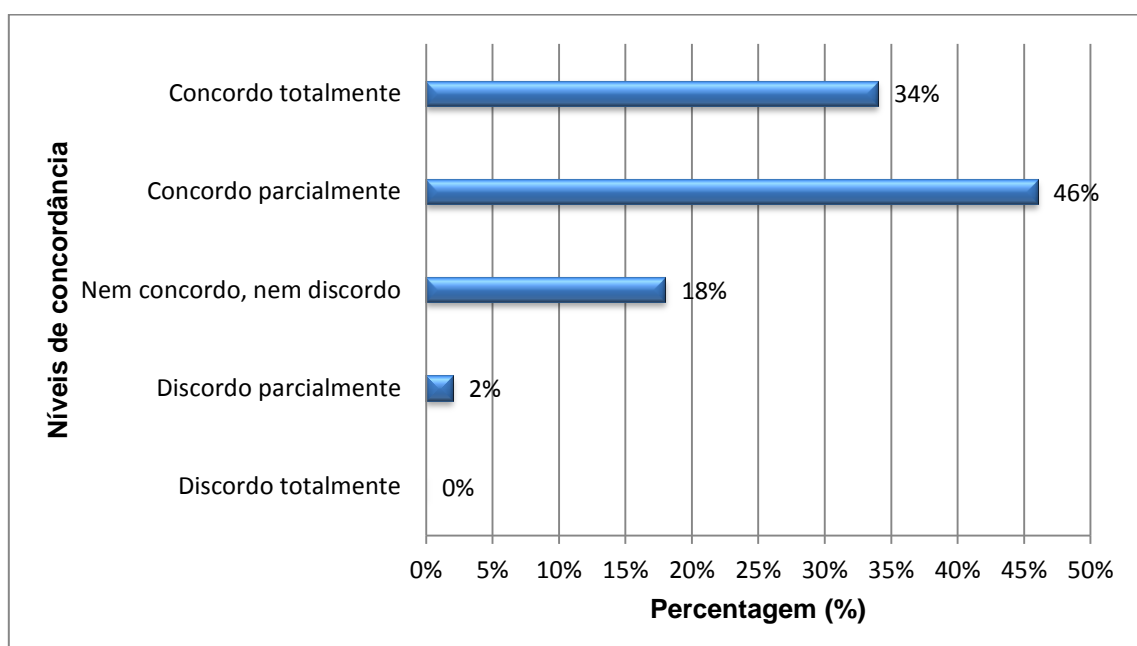
25. No seu serviço de *spotter* poderia ter evitado confrontos antes do início do jogo se tivesse havido uma decisão mais rápida e uma melhor comunicação entre os elementos responsáveis pela segurança?



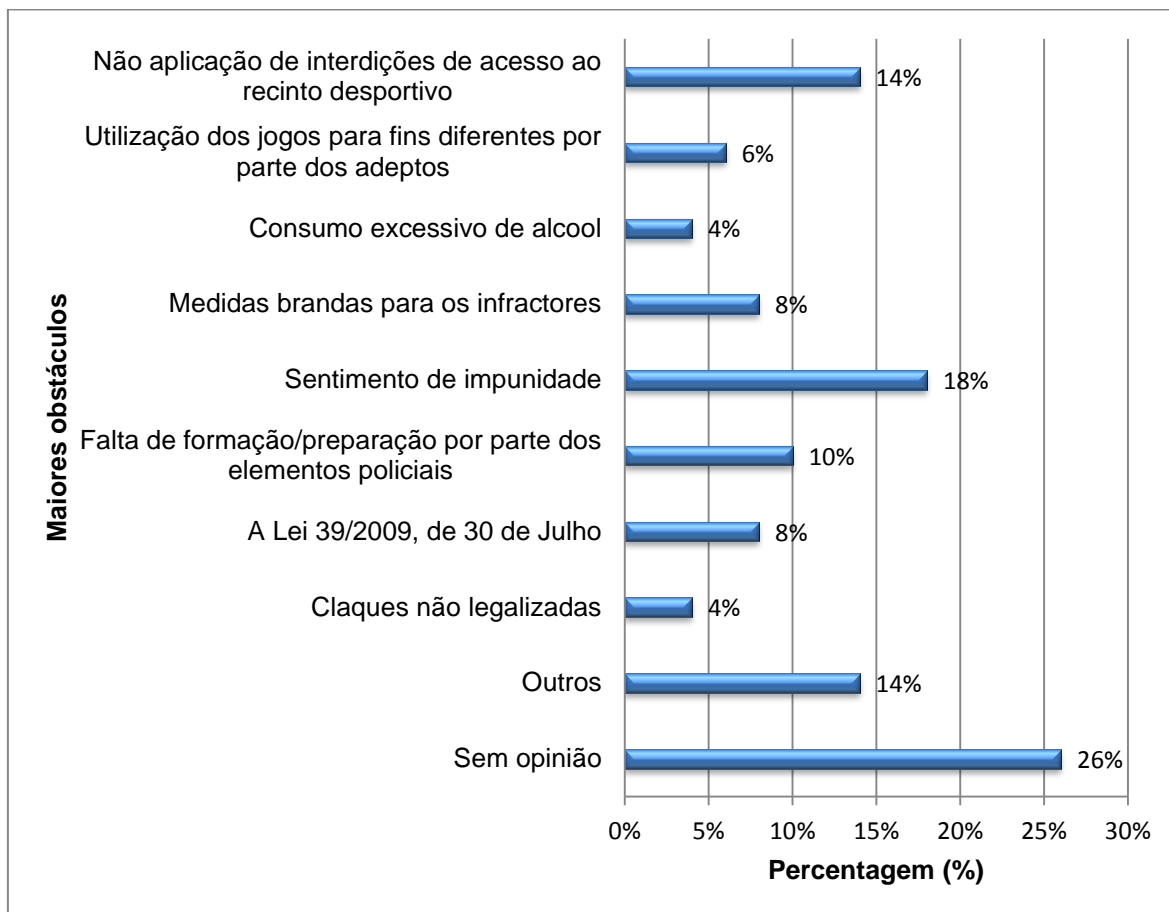
26. Pela sua experiência profissional, poderiam ser evitados actos de violência se houvesse uma melhor comunicação entre os clubes promotores e as forças de segurança?



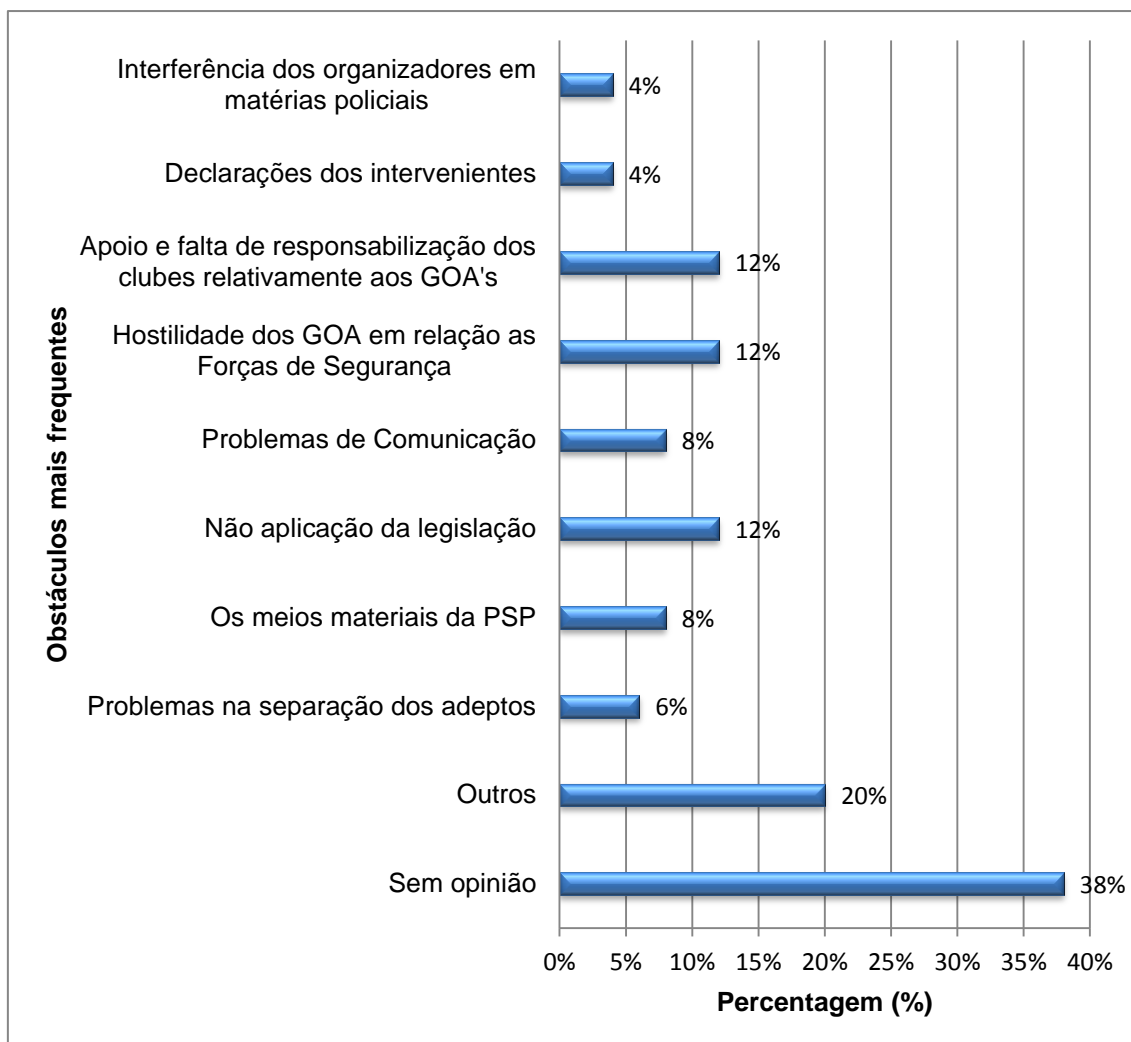
27. Parece-lhe, que uma melhor comunicação/troca de informações entre as forças de segurança e o Instituto de Desporto de Portugal permitiria reduzir os actos de violência associados ao futebol?



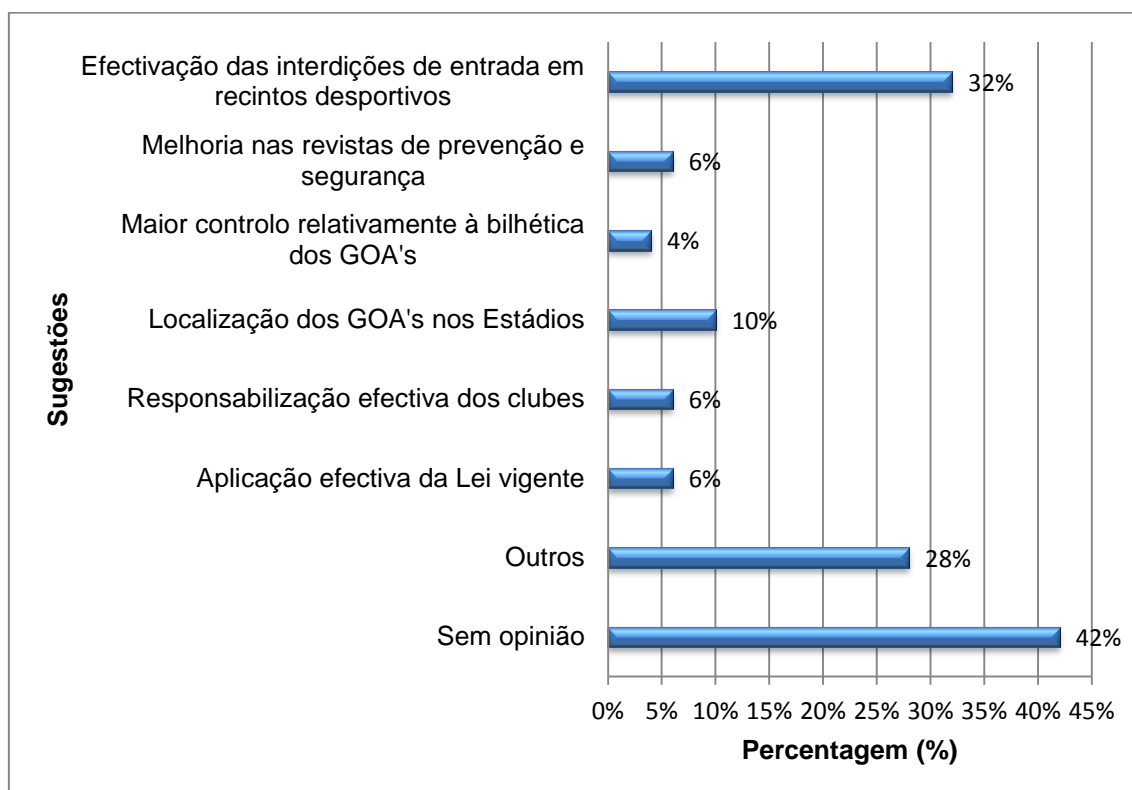
28. Tendo por base a sua experiência profissional qual é para si o maior obstáculo à prevenção da violência associada ao futebol por parte das forças de segurança?



29. Tendo por base a sua experiência profissional, quais são para si os obstáculos mais frequentes à prevenção da violência associada ao futebol por parte das forças de segurança?



30. Tendo por base a sua experiência profissional, tem alguma sugestão sobre medidas de prevenção da violência associada ao futebol que ainda não foram implementadas, mas que em seu entender melhorariam a eficácia do trabalho das forças de segurança?



= ANEXO B2 =
RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ABERTAS

4. Em sua opinião, quais os aspectos da Lei 39/2009, de 30 de Julho, que por não estarem a ter uma aplicação efectiva, dificultam o trabalho das forças de segurança?
2. Não estão a aplicar as sanções acessórias de interdição nos recintos desportivos.
3. Todos os relacionados com o reconhecimento dos GOA e com as disposições que se lhes aplicam. A falta de aplicação de medidas acessórias de interdição em recintos desportivos.
4. Acontece que não há uma aplicação por parte das Autoridades Judiciárias.
6. Em minha opinião, o tempo entre a informação à Autoridade Judiciária e o findar do processo é longo e demoroso, o que leva aos prevaricadores a terem a sensação de impunidade, facto este que lhe dá coragem e mais confiança para desafiarem e dificultarem o trabalho das forças de segurança. Deveriam ser utilizadas com mais frequência as medidas de punição a adeptos que praticam crimes ou contra-ordenações em recintos desportivos, nomeadamente a não aproximação dos mesmos de futuros espectáculos desportivos.
7. Factos puníveis deveriam ser punidos com medidas mais severas, tipo proibições de entrada nos estádios, jogos à porta fechada, etc.
8. Falta de aplicação de sanções acessórias aos indivíduos identificados por incidentes relacionados com o desporto.
9. A aplicação das medidas de coacção previstas na lei (ex: interdição de frequentar recintos desportivos)
10. Os indivíduos identificados, sentem impunidade pela não aplicação das respectivas coimas. Excesso de recursos e liberdade de manipulação das normas tornam os processos demasiado lentos e não transmitem a imagem de punição.
11. Falta de aplicação das sanções previstas na referida Lei (ex: proibição de entrada em recintos desportivos)
13. Porque nem todos os elementos policiais bem como os Magistrados ainda não têm conhecimento efectivo da lei em referência.
16. Com experiência como <i>Spotter</i> e pertencendo à bolsa de <i>Spotters</i> , posso dizer que nem sempre se faz cumprir a Lei, ou por bom-senso, ou por falta de meios para o fazer

face à perigosidade de tal.
17. A interdição efectiva de acesso aos recintos desportivos de pessoas devidamente referenciadas por comportamentos violentos.
18. A aplicação das coimas por parte das entidades competentes pelos autos levantados da P.S.P.
19. A principal será a não aplicação da medida da proibição efectiva dos prevaricadores de assistirem aos eventos em causa.
21. Muito limitativa, pouco abrangente.
22. Não tenho conhecimento de estar a ser aplicado o constante no artigo 35.º da referida Lei. Sendo este aspecto de extrema importância, uma vez que podia atenuar ou anular alguns comportamentos por parte dos adeptos, servindo de exemplo.
24. Os indivíduos que provocam as grandes alterações da ordem pública são por norma sempre os mesmos, por isso deviam ficar proibidos de assistir aos jogos ou mesmo fazer apresentações nas esquadras à hora do jogo.
25. Um dos aspectos será que a legislação não está a ser aplicada aos clubes em nenhuma das suas vertentes. Relativamente aos adeptos surgem diversas dúvidas quanto à interpretação de vários artigos na Lei suscitando interpretações diferentes que levam ao arquivamento dos processos.
26. A lei encontra-se bem delineada, contudo as autoridades de polícia criminal aplicam e os tribunais manifestam muito pouco conhecimento.
27. Medidas de coacção – impedir adeptos de risco de entrar nos estádios, a entrada de objectos proibidos nos estádios.
28. O não cumprimento integral da lei por parte dos clubes de futebol.
29. As <i>banning orders</i> não estão a ser aplicadas de forma efectiva, gerando um sentimento de impunidade nos GOA.
30. Constatados os factos e imputados aos agentes sobre os quais recaem fortes indícios da prática de crime, não tem sido dado cumprimento à medida de coacção de interdição de acesso a recintos desportivos. Havendo conhecimento do cumprimento desta medida, obter-se-á um efeito preventivo sobre os grupos causadores de distúrbios no interior dos recintos desportivos.
34. As medidas de coacção aplicadas aos infractores por parte dos Tribunais.
35. A partir do momento que a lei não é aplicada ou os suspeitos não são condenados devidamente há sempre o sentimento de impunidade e o nosso trabalho acaba por não surtir o efeito que desejado ou dissuasor.
38. Regime de sanções a aplicar não funciona.

39. Só há bem pouco tempo é que se passou a fazer o despiste de álcool
40. A não aplicação da pena de interdição aos estádios por parte de certos indivíduos mais problemáticos e reincidentes em infracções e mesmo crimes praticados, por culpa muitas vezes dos tribunais não estarem sensibilizados para estas questões.
41. No geral, a não punição dos infractores é o maior obstáculo às forças de segurança.
43. Há critérios em relação aos GOA que não são seguidos convenientemente.
44. O facto dos elementos que provocam desacatos não ficarem retidos na hora do jogo.
46. A Lei preconiza directivas que a nível policial são cumpridas, facto que não se verifica a quanto às medidas nível de federação, clube e do próprio CESD. As próprias autoridades Judiciais não estão sensibilizadas para este fenómeno da violência no desporto o que acarreta algumas decisões pouco coercivas na aplicabilidade da Lei n.º 39/2009. Quanto aos clubes e numa perspectiva mais directa, verifica-se a pouca e verdadeira vontade de combater a violência no desporto, maioritariamente provocada por GOA, pois estes, a ver, são "suportados" e "apoiados" pelos próprios clubes que, em público, não os reconhecem.
47. A aplicação por parte do IDP e dos tribunais para dar seguimento ao trabalho efectuado pelas forças de segurança.
48. O principal - não aplicação de <i>banning orders</i> . Depois - falta de fiscalização por parte dos responsáveis da mesma (IDP e CESD).
49. O facto de em Portugal os adeptos que frequentemente são detidos por participação em rixa entre outros continuarem a poder assistir aos jogos (exemplo).

6. Em sua opinião, quais os aspectos das Normas de Execução Permanente (NEP) que poderiam ser melhorados, para uma maior eficácia do trabalho da PSP na prevenção da violência no desporto?

1. No meu entender para haver uma maior eficácia do trabalho da PSP, na prevenção da violência no desporto, não seria numa primeira face melhorar as NEP`S, mas sim uma uniformização no modo de agir da PSP a nível Nacional.

No lema fenómeno/igual; actuação/igual.

2. Uniformização de procedimentos no dispositivo da PSP, relativamente à forma de tratamento de GOA´s, remuneração de elementos policiais em diligência, cursos de especialização de comandantes de policiamento, interdição de estádios por motivos de falta de segurança.

4. Havia de haver uma maior cooperação entre todos os meios e serviços de segurança existentes num evento desportivo.

13. Deveriam ser em *briefing*, melhor explicadas e coordenadas, para que possa ser efectuado um serviço competente e sem atritos.

17. Maior autonomia para desenvolvimento de acções de fiscalização e dissuasoras.

18. Todas.

21. A violência no desporto está em constante evolução, daí que a PSP tenha que se adaptar, para que a sua actuação seja eficaz.

24. Uma maior uniformidade na execução de várias situações por parte de todos os comandos de polícia.

38. Infelizmente em grande parte dos Comandos muitas NEP são desconhecidas, muitas NEP's em nada têm a ver com a realidade.

28. Tendo por base a sua experiência profissional qual é para si o maior obstáculo à prevenção da violência associada ao futebol por parte das forças de segurança?

1. A inexistência de ordens de proibição de espectadores com antecedentes de violência em recintos desportivos.

3. A não aplicação da legislação existente, em particular a não aplicação de interdições de acesso a recintos desportivos

5. Elementos dos GOA irem aos estádios fazer tudo menos assistir a um jogo de futebol.

6. Muitas vezes, além da grande rivalidade existente entre determinados clubes, os próprios dirigentes, treinadores, e jogadores na preparação para o espectáculo desportivo vão instigando, provocando o adversário, passando assim para os adeptos fúria e raiva, o que torna muito mais difícil prevenir a violência.

O factor mais problemático é mesmo a rivalidade existente entre certos clubes, aí não há nada que faça os GOA ajam conscientemente. Para muitos adeptos é a vida deles que se joga ali e o adversário tem que ser abatido. Temos que tentar cada vez mais mudar este espírito ao adepto português e mentalizá-los que o que os faz se deslocarem para assistirem a jogos da sua equipa é a paixão pela mesma.

Para finalizar, uma medida para a prevenção da violência seria o controlo cada vez maior do consumo excessivo de bebidas alcoólicas e de produto estupefaciente, pois se já é difícil controlar e chamar à razão uma pessoa que esteja sóbria, mas que com o decorrer do espectáculo desportivo se exalta, ainda é mais fazê-lo a quem se encontre sobre o efeito de drogas e álcool.

7. Talvez medidas brandas para com os infractores.

8. O sentimento de impunidade dos infractores

9. A não aplicação das medidas de coacção previstas

10. Falta de punição efectiva para os actos identificados

11. A impunidade dos actos cometidos

13. É o não conhecimento das rotinas dos elementos de risco antes , durante e após o jogo, no intuito de controlar os actos preparatórios antecedentes aos jogos (violência organizada entre Grupos Organizados de Adeptos).

16. Falta de efectivo e organização no exterior dos estádios, há sempre desordens nas imediações, ou por má organização do efectivo presente no policiamento ou falta do mesmo.

17. O maior obstáculo é a falta de informações sobre elementos não pertencentes aos GOA e efectivo policial em maior número.

18. A inexistência de ordens de proibição de espectadores com antecedentes de violência em recintos desportivos.
19. Proibição de adeptos no acesso.
20. Sentimento de impunidade
21. A falta de formação por parte de elementos que integram o Policiamento (Serviço de Remunerado).
22. O ponto n.º 15 deste inquérito.
23. Sentimento de impunidade, por se encontrarem em grande massa, sentindo que não são punidos pelos seus actos.
24. Para mim o maior obstáculo é sem dúvida os prevaricadores de alteração de ordem pública estarem sempre presentes nos jogos e não serem sancionados.
25. A Lei não obrigar os Clubes a controlarem efectivamente as suas massas associativas incluindo Grupos Organizados de Adeptos, impondo severas sanções tanto a adeptos como aos próprios Clubes.
26. Falta de sensibilidade por parte dos magistrados na correcta aplicação da lei 39/2009 e da legislação existente avulso para o fenómeno desportivo.
27. Controlo de adeptos perigosos e muitas vezes alcoolizados.
28. A falta de civismo e o não cumprimento das regras por parte dos GOA's, bem como o apoio que esses GOA's recebem dos clubes que pactuam com os mesmos, independentemente desses GOA's cumprirem ou não a lei.
30. O maior obstáculo, na minha opinião, revela-se fundamentalmente na ausência ou demora na punição dos infractores. Medidas e penas mais rápidas e eficazes teriam como consequência uma inibição dos potenciais prevaricadores.
33. O grande obstáculo é que muitos dos adeptos das claques sabem que poucas vezes devido às várias dificuldades são identificados e responsabilizados por danos que causam e simplesmente partem cadeiras nos estádios, furtam artigos nas áreas de serviço porque de antemão sabem que não vão ser responsabilizados. Muitos simplesmente pertencem as claques para assim paralelamente desenvolverem outras actividades ilícitas para obterem lucro nomeadamente venda de produto estupefaciente etc., outros simplesmente para a coberto de uma organização partir, destruir, vandalizar coisas por simples prazer e agredirem pessoas.
34. Não aplicarem medidas rígidas aos elementos prevaricadores que incentivam a violência no futebol.
36. A Lei
38. Os GOA's não legalizados.

39. Revistas e o facto de claques não legalizadas terem muitas as vezes as regalias de claques legalizadas.
40. Não haver uma maior aplicação da lei por parte dos tribunais e IDP.
43. Imprevisibilidade e a rápida reacção mas massas.
44. A legislação portuguesa.
45. A entrada de objectos proibidos no interior do recinto.
46. O sentimento de impunidade sentido pelos adeptos prevaricadores e pelos clubes.
47. A inexistência de <i>Banning Orders</i> .
48. A não aplicação de medidas de interdição a recintos desportivos a prevaricadores identificados pela Polícia.
49. O facto de não haver punição por parte do Instituto de Desporto de Portugal e muitas vezes falhas de comunicação com as várias entidades.

29. Tendo por base a sua experiência profissional, quais são para si os obstáculos mais frequentes à prevenção da violência associada ao futebol por parte das forças de segurança?
5. Falta de rapidez nas decisões perante uma situação anómala; interferência dos organizadores do evento em matérias policiais.
6. Álcool, Drogas, Rivalidade entre clubes, declarações menos felizes de intervenientes no espectáculo desportivo nos media pré-jogo.
7. O apoio dos próprios clubes aos GOA. Os próprios clubes defenderem a actuação dos GOA e não da Polícia, como se lhes dessem razão, quando nunca a têm.
8. Hostilidade dos GOA's. Dificuldade em identificar os infractores. Problemas na comunicação entre os diversos serviços das forças de segurança que causa descoordenação.
9. A não aplicação das medidas de coacção previstas O apoio dado por certos dirigentes desportivos a alguns grupos de adeptos problemáticos
10. Excesso de hierarquia no comando e falta de experiência de alguns elementos em pontos-chave.
12. A falta de informação por parte dos GOA e a falta de meios para identificar os prevaricadores.
13. O desentendimento que existe entre todos os organismos, nomeadamente entre as forças de segurança, IDP e Clubes, não existe na maior parte das vezes acordo na efectivação de procedimentos.
16. A perigosidade de exercer a nossa função no meio duma claque/GOA. A não aplicação de " <i>banning orders</i> " sanções mais "pesadas" a nível contra-ordenacional e penas mais "pesadas" a nível criminal.
17. Haver <i>Banning Orders</i> .
18. A difícil identificação dos autores de arremesso de objectos e de engenhos pirotécnicos no interior dos estádios.
20. O objectivo com que certo elementos vão assistir um jogo
21. Não aplicação da legislação em vigor em certas circunstâncias.
22. A actuação dos media por vezes incita a violência e as deficiências existentes nas revistas dificultam o serviço da PSP.
23. Devido á grande concentração e a forma organizada como actuam, torna-se muito difícil conseguir identificar os infractores no momento do acto.
24. As leis não funcionam

Os meios materiais da PSP, rádios e viaturas.
25. A falta de feedback por parte das autoridades judiciais.
26. A aplicação correcta da lei 39/2009.
28. O relacionamento difícil de determinados GOA com as forças de segurança, em virtude da sua cultura de não relacionamento com as mesmas.
30. A repressão deveria revelar-se uma consequente medida preventiva.
33. As barreiras de segurança (separadores de adeptos) não são suficientemente fortes ou adequadas por vezes são simples vidros, nomeadamente nos jogos ditos grandes a faixa de cadeiras vazia em redor da claque visitante por questões de bilheteira não serem as mais adequadas.
34. Falta de meios, de comunicação, estruturas dos estádios, etc.
36. As <i>banning orders</i> que não são aplicadas em Portugal.
38. Contacto entre forças de segurança e os GOA.
40. Os clubes terem a força que têm e serem "intocáveis" ao apoiarem as claque de forma camuflada, sendo estas grupos não registados.
44. O facto de não haver meios mais adequados para uma melhor observação.
45. O excesso de à vontade e a falta de respeito dos líderes dos GOA para com as forças de segurança.
46. A falta de comunicação com os GOA e a falta de medidas sancionatórias por parte dos clubes aos seus adeptos prevaricadores.
47. Sistema de videovigilância pouco eficaz. Não colaboração dos elementos dos GOA com as forças de segurança. Separação de adeptos no interior dos estádios. A difícil identificação de autores de ilícitos praticados por elementos dos GOA dentro e fora dos estádios.
48. A falta de responsabilização dos promotores do espectáculo na questão da segurança.
50. O facto dos GOA's terem o apoio incondicional dos Clubes, sendo que, no interior dos Complexos Desportivos pouco ou nada mandam as Forças de Segurança.

30. Tendo por base a sua experiência profissional, tem alguma sugestão sobre medidas de prevenção da violência associada ao futebol que ainda não foram implementadas, mas que em seu entender melhorariam a eficácia do trabalho das forças de segurança?

5. Os elementos dos GOA(s) identificados como prevaricadores, serem proibidos de entrarem nos recintos desportivos.

7. Mais revistas, efectuadas também pela Polícia.

Maior visibilidade, quando necessário de Polícia Fardada .

Melhor controlo na distribuição dos bilhetes quando vendidos aos GOA de modo a evitar actos de desordem quando do inicio dos jogos.

Distribuição das zonas onde se localizam os GOA nos estádios, com barreiras de protecção alargadas tanto para os restantes adeptos como para o Recinto onde decorre o espectáculo. Evitava-se que os objectos chegassem ao relvado.

8. Efectivação de uma sala de situação onde estivessem os comandantes (ou representantes com poder de decisão) de todas as valências das forças de segurança.

9. Aplicação das medidas de coacção previstas.

10. Criação de estágios para elementos policiais sobre infra-estruturas, legislação e comportamentos de adeptos.

Maior rigor na tomada de decisões aquando de imprevistos.

Responsabilização efectiva dos clubes pelos comportamentos dos seus adeptos.

13. Na obtenção dos ingressos de jogo, todos deveriam ter o nome no ingresso de jogo, para que caso houvesse ocorrências de violência, teríamos acesso ao nome e B.I das pessoas, bem como sobre os adeptos organizados, deveriam ter lugares marcados (sector próprio para eles) mas devidamente identificados no IDP, todos, sem excepção, quem não tivesse ficha no IDP, não teria acesso ao recinto desportivo, fichaeste reportada às forças de segurança de 6 em 6 meses ou anualmente.

16. As claques/GOA's deveriam ter um espaço físico especificamente atribuído aos mesmos no estádio, havendo caixa policial para os mesmos. Os bilhetes seriam sempre reservados para esses lugares e distribuídos às respectivas claques, fazendo deles o que quisessem (distribuíam ou vendiam pelos restantes elementos registados da claque e outras pessoas que se sujeitariam a essas condições), facilitando assim a nossa actuação.

Autuação da claque sem que houvesse injustiças, porque muitas vezes são adeptos que não pertencem à claque que prevaricam, bem como, nas cargas policiais, não haverem feridos "INOCENTES", se os adeptos que se sujeitassem a comprar aqueles bilhetes,

sujeitam-se a carga policial se necessário. Tive no último SPORTING - BENFICA e vi crianças, mulheres e pessoas aparentemente idóneas a levar carga policial porque os adeptos da JUVELEO fugiram para o meio delas.

17. Haver zonas exclusivas para os GOA com caixa policial efectiva e continuação do policiamento pós evento desportivo.

18. Proibição de espectadores com antecedentes de violência em recintos desportivos.

20. Pôr em prática as interdições de assistir espectáculos desportivos

21. Actuações mais enérgicas, rígidas e firmes, aplicação de penas e medidas de coacção mais severas aos autores de ilícitos, testes de alcoolemia mais frequentes e intensivos, punições mais severas aos clubes aos quais as claques pertencem, maior eficácia nas revistas por parte dos ARD's, torniquetes muitas das vezes avariados, aquisição de equipamentos detectores de objectos estranhos.

23. Normas punitivas mais rígidas, nomeadamente mais restrição na entrada do recinto desportivo.

25. Imposição de *banning orders* aos adeptos cujo comportamento leva a alterações de ordem pública

26. Que se aplique a lei vigente (39/2009).

28. Uma melhor fiscalização sobre os clubes e GOA's no âmbito da lei 39/2009, bem como medidas mais duras sobre os prevaricadores, tais como a interdição de entrada dos adeptos infractores e mesmo interdição de estádios.

30. Deveriam ser adoptadas medidas de forma a que os Grupos Organizados de Adeptos estivessem todos no interior do recinto cerca de 30 minutos antes do início do espectáculo. A entrada no recinto muito perto da hora de início, provoca alguma pressão, que leva os ARD's a serem mais rápidos e menos eficazes nas revistas. De salientar também que é do interesse das forças de segurança que todos os assistentes estejam no interior do recinto o mais rápido possível, de forma a evitar uma possível alteração da ordem.

Evitando desta forma a alteração da ordem pública, perde-se algum controlo sobre a entrada de adeptos de risco, bem como, dos objectos proibidos que estes podem transportar.

Esta medida permitiria também às forças de segurança uma prévia identificação, localização e monitorização dos adeptos de risco que assistem ao espectáculo. Acresce também em abono desta medida o facto de, durante esta meia hora, haver uma redução da tensão e excitação por parte dos GOA's.

33. Criação de uma base de adeptos proibidos pelos tribunais de frequentar os estádios a qual os clubes tivessem acesso de forma a impedir esse adepto de ser titular de cartão de sócio com acesso a bilhete ou lugar anual.

Temos estádios relativamente recentes porque não se pensou em reservar no parque de estacionamento coberto local para estacionar os autocarros dos adeptos visitantes a semelhança do que se faz com as equipas, desta forma a polícia colocava em segurança os adeptos visitantes nas garagens em local adequando ali desembarcavam eram revistados e através de entradas própria efectuavam entravam directamente para a bancada que lhes estava reservada evitando assim um contacto visual com os adeptos da casa e assim evitando determinadas provocações. Os autocarros ficavam em segurança no interior e com melhor segurança colocava-se os adeptos visitantes no interior sem ter de se preocupar se são lançados objectos de uns adeptos para os outros (ex: Pedras garrafas isqueiros), como se sabe grande parte dos incidentes acontecem no exterior do estádio quando as duas claques estão na eminência de entrar no estádio e estão em contacto visual uns com os outros e assim provocam-se.

34. Que as entidades competentes para os casos de violência no futebol comesçassem a proibir e a entrada de desordeiros nos estádios, penas mais pesadas e no que concerne a penas de multa, deviam ser aplicadas mas ser realmente pagas, o que não acontece.

36. As *banning orders* se forem aplicadas em Portugal, a atitude dos adeptos muda.

38. Regime de sanções mais eficaz.

39. No caso das revistas equipar alguns elementos policiais com equipamentos de detecção de metais e o uso de binómios cinotécnicos na vertente de explosivos, para detectar ou tentar detectar engenhos pirotécnicos.

40. Basta fazer cumprir o que está escrito, tanto para indivíduos como para clubes.

43. Critérios de igualdade para com todos os GOA e uma maior contenção dos adeptos nos anéis de acesso às bancadas, Videovigilância com maior/melhor capacidade.

44. O facto de não serem aplicadas as "*banning orders*".

45. Serem efectuadas mais detenções e interdições de entrada nos recintos desportivos.

46. A aplicação efectiva da Lei 39/2009 e ainda a sensibilização das Autoridades Judiciárias e dos Clubes para o fenómeno da Violência no Desporto.

47. A aplicação de medidas de interdição nos recintos desportivos por parte dos clubes aos seus associados.

48. Aplicação efectiva de *banning orders*.

Responsabilização dos promotores.

Uniformização de procedimentos em todos os Comandos das forças de segurança.

Investimento em Unidades de Informações Desportivas.

50. Alteração da Lei 39.

Imposição aos GOA de regras e condutas ordenadas e orientadas efectivamente pela Policia e, punição efectiva aos elementos prevaricadores.

= ANEXO C =
ENTREVISTAS

1 – ENTREVISTA AO EXMO. SR. SUBINTENDENTE LUÍS GUERRA

Nome: Luís Guerra

Função: Representante do MAI junto do CESD

Entrevistador: Fábio André de Assunção Carreto

Data de Recolha: 17/03/2011

1. Pela sua experiência como Oficial de Ligação entre o CESD e o MAI, que avaliação faz da troca de informações entre IDP e as forças de segurança?

Resposta: O IDP funciona como organismo autónomo com competências administrativas próprias. Todavia, a sua acção está legal e funcionalmente correlacionada quer com o CESD, quer com as próprias forças de segurança.

Assim, a troca de informação é obrigatória e frequente.

2. Na sua opinião, acha que a Lei 39/2009, de 30 de Julho, é adequada e suficiente para combater a violência associada ao futebol?

Resposta: A Lei é relativamente recente e, no plano nacional, absolutamente inédita. Até ao momento, não parece que os diversos actores envolvidos se tenham empenhado eficazmente na execução das competências que a mesma lhes confere.

Isto significa que a Lei ainda não fez prova cabal da sua eficácia, não necessariamente por não conter instrumentos suficientes, mas por falta de utilização dos instrumentos que oferece.

3. Na sua opinião, acha que a Lei 39/2009, de 30 de Julho, tem uma aplicação efectiva no terreno?

Resposta: A aplicação poderia ser melhorada.

3.1. Quais os principais aspectos que não estando a ser aplicados, mais riscos colocam à acção das forças de segurança na prevenção da violência nos jogos de futebol?

Resposta: Em primeiro lugar é a própria acção das forças de segurança que pode criar obstáculos ao desenvolvimento dos efeitos pretendidos pela Lei.

Há que sensibilizar o dispositivo para a importância de aumentar o registo de participações escritas das ocorrências registadas, efectuar identificações e detenções nos casos previstos na legislação, fazer informações sobre as condições de segurança dos Estádios, fazer todas as comunicações que lhe forem possíveis ao abrigo da Lei, responsabilizando os restantes operadores.

É também necessário caminhar-se para uma uniformização de procedimentos no que respeita ao trabalho da polícia quer no acompanhamento de adeptos, quer na gestão da segurança nos recintos, quer ainda no plano da intervenção e repressão de ilícitos.

A falta de exploração das possibilidades que a Lei confere poderá retirar legitimidade às forças de segurança para co-responsabilizarem os outros actores dos eventos desportivos ou reclamarem aperfeiçoamentos legislativos.

Em segundo lugar, assinala-se a resistência de outros actores do sistema à aplicação da Lei. Os promotores têm algumas dificuldades em gerir as suas massas associativas, especialmente, os sócios e os grupos de adeptos organizados naquilo que se chama “claques”. Esta dinâmica, associada a uma crescente política de oposição, em muitos casos, violenta, entre clubes, leva a que haja permanentes tentativas de fugir à aplicação da Lei no que respeita, por exemplo, ao reconhecimento e listagens de Grupos Organizados de Adeptos, à gestão adequada do público, orientando horários de abertura de portas e criando ou aliviando obstáculos à entrada de adeptos conforme os interesses do clube que possam estar em jogo, manipulando o trabalho dos assistentes de recinto desportivo no que respeita à gestão das entradas e às revistas, etc.

3.2. Que razões a seu ver, existem para que esta Lei não esteja a ter uma aplicação efectiva?

Resposta: Existem ainda muitas dúvidas e lacunas no conhecimento das ferramentas que a Lei disponibiliza e esse é o principal obstáculo à sua aplicação.

Todavia, sente-se uma falta de responsabilização generalizada em que cada actor do sistema releva e redistribui responsabilidades pela inexecutabilidade das medidas legais previstas.

Começa a generalizar-se a sensação de que existe um efectivo receio das autoridades responsáveis pela aplicação da Lei de confrontar os interesses de alguns clubes e de personalidades com eles relacionados.

4. Quais considera serem os maiores geradores de violência no âmbito desportivo?

Resposta: A violência no desporto, como toda a violência, é um fenómeno de génese complexa. A associação da violência ao desporto relaciona-se com o carácter o positivo da competição entre clubes e a identificação das pessoas a esses clubes, enquanto grupo (que alguns autores referem o termo “tribo”). Assim, as dinâmicas violentas desenrolam-se no seio desses grupos de forma idêntica ao que se passa com outro tipo de grupos.

Inevitavelmente, os media, os dirigentes, outros adeptos, bem como organizações formais e informais externas ao fenómeno desportivo, nomeadamente, com carácter de militância ideológica ou política, desempenham um papel enquanto reguladores do nível de violência, diria antes de agressividade, na medida em que podem agir enquanto potenciadores ou enquanto dissuasores da violência.

A questão está em perceber em que sentido efectivamente agem e porquê.

5. Enquanto Oficial de Ligação entre o CESD e o MAI, quais considera serem os maiores obstáculos à prevenção da violência associada ao futebol?

Resposta: Em primeiro lugar, a conduta de desresponsabilização dos dirigentes e dos promotores em geral que, não só se recusam a encarar a violência como um problema seu, como se sentem à vontade para promoverem retóricas de oposição com outros promotores e clubes.

Em segundo lugar, a falta de aplicação de medidas punitivas que sejam efectivamente aplicadas aos promotores, obrigando-os a repensar a sua posição e a sua responsabilidade.

6. Enquanto Oficial de Ligação entre o CESD e o MAI, quais as medidas que poderiam ser tomadas para acabar com a violência associada ao futebol?

Resposta: As previstas na Lei são adequadas mas têm de ser aplicadas, começando por aquelas que estão ao alcance dos promotores e dos organizadores e passando por aquelas que são da competência do IDP e do CESD.

As medidas de carácter judicial são pontuais e destinadas a indivíduos cuja conduta é apreciada individualmente e em concreto. Apesar da sua importância, e de ter de se melhorar o trabalho junto das autoridades judiciais para a aplicação de mais medidas assessorias de privação de acesso a recintos desportivos, é minha opinião que o caminho para a solução passa, sobretudo, por uma maior aplicação das sanções de

carácter disciplinar, desportivo e contra-ordenacional que não são, necessariamente, de competência jurisdicional e que estão ao alcance directo das autoridades administrativas, no caso, do IDP e do CESD.

7. Pelas informações que tem, enquanto membro do CESD, considera que os clubes têm cumprido o seu dever no que concerne à prevenção da violência por parte dos seus adeptos?

Resposta: Considerando que esses deveres não se resumem à criação e aprovação de regulamentos internos em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público, existe muito a fazer neste campo.

Porém, assinala-se que a generalidade dos promotores não está interessado em ter episódios de violência associados ao seu clube.

8. Tendo sido o Euro 2004 o evento futebolístico mais bem sucedido em termos de segurança e prevenção da violência, em grande medida devido ao modelo de actuação das forças de segurança, qual é na sua opinião a razão para que este sucesso preventivo da violência não exista relativamente às competições internas?

Resposta: O fenómeno da violência associada ao desporto não é um exclusivo do caso português. Aliás, o caso português, apesar do impacto mediático interno das situações de violência, continua a ser um exemplo positivo no quadro da Europa, onde muitos países se confrontam com epifenómenos de violência bastante mais graves que o nacional.

O Euro 2004 apenas deve ser utilizado como exemplo, na medida em que a filosofia de actuação (concretamente a da PSP) foi um sucesso que se caracterizou, segundo os estudos e críticas do caso, por uma “abordagem de baixo perfil” que foi ao encontro da filosofia de actuação da Polícia de Segurança Pública e que poderá ter originado entre os adeptos de risco uma identidade social de “não-violência” e uma cultura de auto-policiamento, que desempenhou um papel importante de prevenção e contenção em ocasiões com potencial de confrontação.

Todavia, o contexto dessa competição é completamente distinto das competições nacionais por várias ordens de razões concorrentes:

- a) As equipas envolvidas eram nacionais;
- b) As equipas em competição não têm um nível de conflitualidade latente tão grande quanto as competições nacionais;

- c) Não existem à superfície tantos interesses de ordem económica e política em jogo que envolvam directamente clubes e dirigentes e que se reflectam nos discursos e nas condutas de responsáveis, adeptos e jogadores;
- d) Os adeptos que representavam maior risco genérico foram objecto dos respectivos *vetting check's*, quer pelas suas autoridades nacionais, quer pela organização portuguesa;
- e) Contou-se com a colaboração das autoridades policiais dos diversos países envolvidos para a retenção, identificação e sinalização de adeptos de risco;
- f) Houve um planeamento prévio atempado sobre todos os aspectos da competição e do acolhimento dos adeptos;
- g) O culminar da competição teve uma duração, curta mas com um grande empenhamento de meios policiais, que lhe foram exclusivamente vocacionados;

Este conjunto de características não tem paralelo nas competições domésticas mas, resulta da experiência do EURO 2004, que a filosofia de actuação PSP é correcta e os conhecimentos adquiridos com a experiência enriqueceram os seus procedimentos estratégicos e táticos.

2 – ENTREVISTA AO EXMO. SR. SUBINTENDENTE FRANCISCO COSTA RAMOS

Nome: Francisco Costa Ramos

Função: Comandante da 3ª Divisão Policial do COMETLIS da PSP.

Entrevistador: Fábio André de Assunção Carreto

Data de Recolha: 15/03/2011

1. Pela sua experiência profissional, quais considera serem os maiores obstáculos que encontra aquando da realização de um policiamento a um jogo de futebol?

Resposta: Os maiores obstáculos têm muito a ver com a forma como os adeptos e adeptos que nós consideramos de risco e que por força da lei não ser cumprida integralmente nós temos alguma dificuldade em controlar e também em aplicar sobre eles as medidas que estão previstas e que de facto até agora não têm sido aplicadas ou têm sido aplicadas de uma forma que não tem trazido resultados. Porque o mau comportamento do adepto contribui para a dificuldade do policiamento. O mau comportamento do adepto não é sancionado ou não é sancionado de forma a que ele possa ser banido da proximidade dos estádios. As *banning orders* que noutros países são aplicadas. Penso que no reino unido são aplicadas e a polícia tem competência própria para as aplicar. Agora neste jogo do SLB com o *Paris Saint Germain* também tive conhecimento porque estive cá o Chefe do Ponto Nacional de Informações de Futebol francês, a polícia francesa também o aplica. Mas nós temos algumas, até mais do que aquelas do que a polícia tem conhecimento. Os tribunais aplicam-nas de uma forma mitigada, digamos. Isto é, há tribunais que aplicam ao adepto a interdição de assistir ao jogo do seu clube, seja no estádio do clube seja fora, só que isso não é transmitido às forças de segurança em tempo útil. É transmitido com total desconhecimento porque muitas vezes o adepto nem está registado no CESD. É enviada sem qualquer tipo de fotografia portanto eu diria que é quase uma decisão inócua no sentido de que não é visualizável. É fiscalizável quando o adepto é conhecido a nível nacional e a PSP pode fiscalizar essa decisão judicial.

2. Pela sua experiência profissional, quais considera serem os maiores geradores de violência no âmbito desportivo?

Resposta: Eu acho que é um misto. São as declarações dos dirigentes que na esmagadora maioria nunca são para apaziguar ambientes, são sempre para acicatar os ambientes, para potenciar alterações de ordem entre os adeptos. É muitas vezes o posicionamento que os media têm que não vai no sentido de apaziguar. Há editoriais, notícias que são veiculadas pelos *media* que podem despoletar situações de conflitos nos jogos. E depois o próprio comportamento dos adeptos. Eu costumo dizer que um policiamento desportivo é um barril de pólvora. Nós nunca sabemos quando ele vai explodir e às vezes não tem a ver com o número de espectadores. Por norma é expectável que um jogo com um maior número de espectadores possa gerar maior conflitualidade, mas isso não corresponde à verdade. Os maiores problemas que eu tive em jogos foi em jogos com pouca gente, embora nestes jogos grandes seja expectável que haja problemas. Tem muito a ver com a rivalidade existente entre os clubes, o historial dos clubes. Tudo isso são factores que num planeamento dum policiamento desportivo devem ser tidos em conta. O histórico de comportamento das claques associadas a esses clubes em termos de alterações de ordem são tidos em conta.

2. Pela sua experiência profissional, acha que a comunicação entre todos os responsáveis pela segurança antes, durante e após o jogo é eficaz?

Resposta: Nós quando planeamos gostaríamos que fosse eficaz. Nem sempre é eficaz. Por duas razões, pelo factor humano porque se cada um de nós cumprisse em rigor o que está planeado e eu também provavelmente uma vez ou outra tive alguma falha no planeamento. Situações que nos não previmos e depois aconteceram. Há falha humana quando um daqueles elementos não cumpre rigorosamente a missão que lhe está atribuída e também há falha muitas vezes na comunicação relativamente ao material de comunicações. Já tivemos situações e um dos casos mais recentes foi no Sporting vs. Benfica em que muitas vezes eu não consegui comunicar com o Comandante do Corpo de Intervenção o que em termos de policiamento e acção de comando é muito perturbador e redutor. Por isso é que a partir desse o jogo o Comandante do Corpo de Intervenção anda sempre comigo. Nesse jogo houve falha na rede o que impossibilitou haver comunicações em diversas vezes.

3. Pela sua experiência profissional, como comandante de policiamentos desportivos, entende que tem havido uma boa colaboração entre os clubes e a PSP para combaterem em conjunto a violência associada ao futebol?

Resposta: Eu não posso dizer que não há colaboração. Todos nós sabemos que há clubes em que objectivamente as claques não estão registadas, em termos de lei não existem, mas, jogo a jogo, estão nos mesmos locais do estádio, têm as prerrogativas que as claques têm, que é a utilização de bandeiras, de tambores, de megafones que a lei só permite a claques no entanto não são reconhecidas pelos clubes. É como se não existissem.

4. Na sua opinião, acha que a Lei 39/2009, de 30 de Julho, é adequada e suficiente para combater a violência associada ao futebol?

Resposta: Se a lei fosse aplicada em toda a sua extensão com certeza que nós não assistíamos aquilo que vamos assistindo ao longo dos tempos dentro dos estádios. Muitos dos adeptos que já estão referenciados como participantes em diversas situações de alterações de ordem, de rixa, de arremesso de tochas, de potes de fumo não entrariam nos estádios. E também se ela fosse aplicada de uma forma célere seria benéfico porque a Lei tem lá tudo. A lei é adequada.

5. Quais os aspectos inadequados ou não contemplados que mais riscos colocam à acção das forças de segurança na prevenção da violência associada ao futebol?

Resposta: Nós gostaríamos que ela fosse aplicada de uma forma mais efectiva. Penso que a polícia devia promover uma maior proximidade com todas as entidades que estão associadas ao desporto porque há forma de inclusivamente interpretar a lei. Nós tivemos um caso muito recente, num seminário em que eu participei organizado pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional onde o CESD tem uma interpretação da aplicação da lei e logo a seguir um tribunal no mesmo caso interpreta de uma forma diferente.

6. No caso dos *No Name Boys*, que são uma claque não legalizada, entende que poderiam ter outro tipo de tratamento por parte das forças de segurança se fossem um GOA?

Resposta: Nós interagimos com eles como se tratassem de um GOA, embora ilegal. Mas como não estão legais não existem como claque. Nós não temos instrumentos legais para punir claque ilegais. Só podemos punir pela prática de actos ilícitos de forma individual. Não qualquer tipo de sanção. Nós sabemos que é organizado, estão sempre no mesmo local. Tem todas as características de um GOA embora não legalizado. O problema principal é a falta de sanções para estes casos e é isso que me parece que está mal.

7. Em sua opinião, qual a solução para impedir a entrada de artefactos pirotécnicos dentro dos estádios de futebol?

Resposta: Não é fácil numa revista impedir a entrada de determinado tipo de artefactos. Pelo seu tamanho, nomeadamente, os petardos que são de tamanho reduzido logo a revista teria que ser muito minuciosa, ir ao pormenor, o que não é praticável. Depois deveria haver um maior empenhamento de quem está a fazer as revistas. Há factores que a polícia não consegue controlar. Quando a polícia tinha o poder da revista nós controlávamos de uma forma mais efectiva.

8. Pela sua experiência profissional, quais as soluções que poderiam ser tomadas para acabar com a violência associada ao futebol?

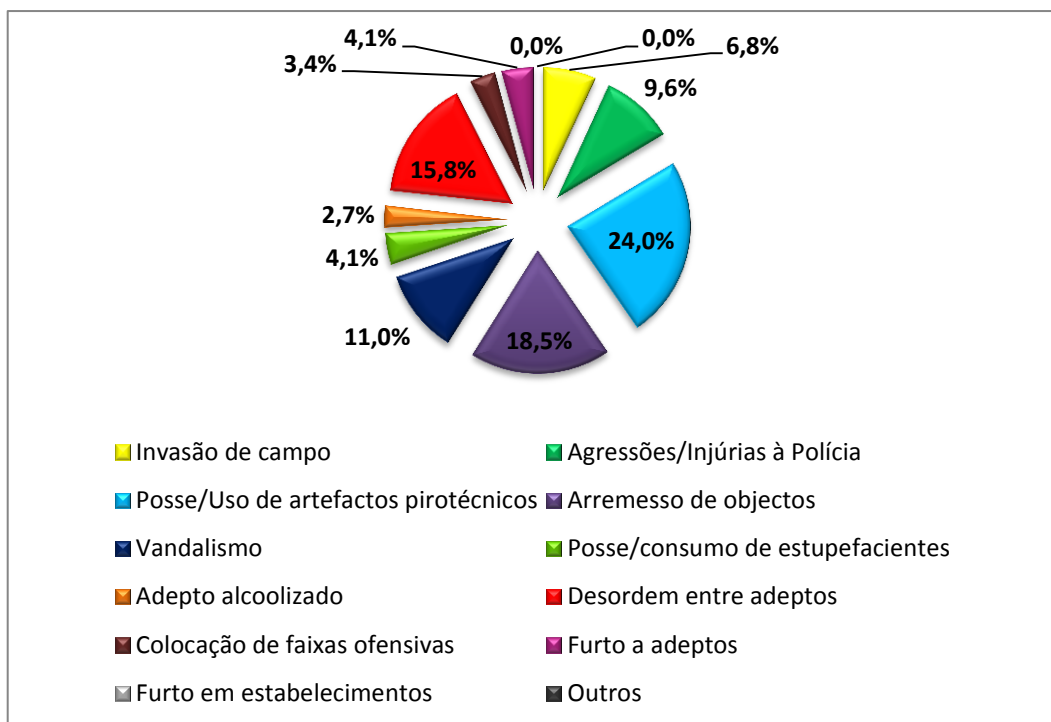
Resposta: A primeira coisa a fazer era reunir todos os intervenientes a começar pela polícia, os clubes, os tribunais, o IDP e outras entidades envolvidas neste fenómeno e ver quais são os instrumentos jurídicos, qual é a forma de actuação, o que nós podemos fazer para contrariar o fenómeno da violência associada ao futebol. Isso era essencial e depois se chegássemos a uma conclusão sobre tudo o que temos, as normas que temos, a forma como actuamos. Se cada uma das entidades que intervêm no fenómeno está a actuar correctamente. Mas eu penso que a lei tem que ser aplicada de uma forma mais rigorosa. Isto não é só um assunto de polícia. Penso que polícia que faz a sua parte que é fiscalizar, agir, deter, coimar. As pessoas têm um sentimento de impunidade relativamente aos actos ilícitos que praticam.

9. Na sua opinião quais foram os principais obstáculos encontrados no último SCP – SLB que não permitiram que o jogo tenha decorrido com a normalidade desejada?

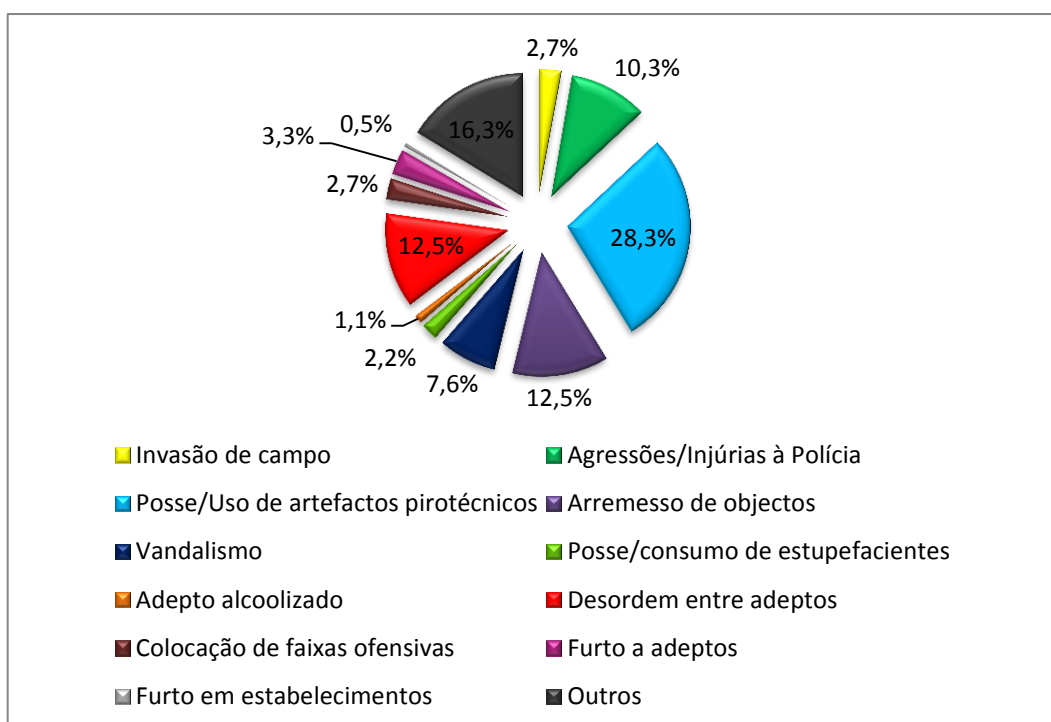
Resposta: Eu penso que aquilo foi uma situação pontual. Não é previsível. A reacção verificada não era previsível. O estádio José Alvalade tem uma série de restrições no exterior do estádio que condicionam o policiamento e portanto há sempre muitas complicações para as pessoas acederem a certas partes do estádio. O facto de ser durante a semana complicou ainda mais o policiamento, até na deslocação dos adeptos do Estádio da Luz para o Estádio de Alvalade devido ao trânsito. O facto de trazermos os adeptos do SLB em tranches até à Porta 1 faz com que haja menor pressão sobre a zona das revistas e, portanto, supostamente as revistas deviam ter sido feitas de uma melhor forma. O que houve ali para mim foi uma revista mal feita. Não podemos responsabilizar a revista porque nunca houve mais de 50 adeptos na zona da revista. Confesso que não percebo como houve tantos rebentamentos de artefactos pirotécnicos por parte dos adeptos do SLB. Depois a reacção em si que deu aquela carga policial teve a ver com um comportamento atípico da claque do SCP. Aquela claque do SCP por norma nunca reage daquela forma contra a Polícia. E depois as comunicações entre mim e o Comandante do Corpo de Intervenção falharam e a informação que eu tinha do que se estava a passar e a movimentação dos meios foram retardadas e tacticamente a actuação não foi a melhor, mas isto não quer dizer que pudesse ter corrido melhor do que correu.

= ANEXO D =
TIPOS DE ILÍCITOS POR ÉPOCA DESPORTIVA

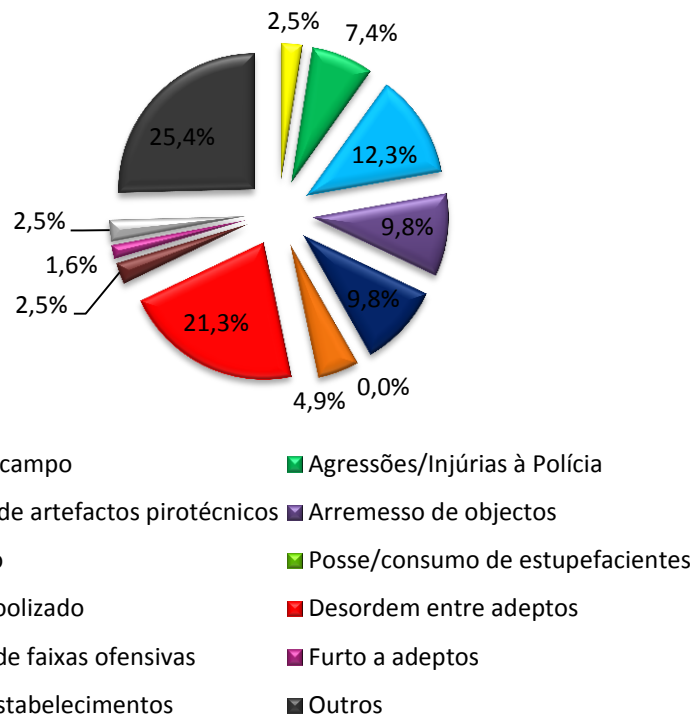
ÉPOCA DESPORTIVA 2004/2005



ÉPOCA DESPORTIVA 2005/2006



ÉPOCA DESPORTIVA 2006/2007



ÉPOCA DESPORTIVA 2007/2008



ÉPOCA DESPORTIVA 2008/2009



ÉPOCA DESPORTIVA 2009/2010



=ANEXO E =

GRELHA DE ANÁLISE DOS ACTOS VIOLENTOS OCORRIDOS NA LIGA ZON

SAGRES – ÉPOCA DESPORTIVA 2009/2010

AGRESSÕES ENTRE ADEPTOS		INT. REC. DESPORTIVO		EXT. REC. DESPORTIVO	
		8		9	
INJÚRIAS E AMEAÇAS		PSP	EQ. ARB.	OUTROS	
	INT. REC. DESP.	5	2	1	
	EXT. REC. DESP.	7	1	0	
DETECÇÃO DE ADEPTO ÁLCOOLIZADO		10			
DANOS MATERIAS		PSP	EQ. ARB.	CLUBES	OUTROS
		2	0	17	4
MENSAGENS/FAIXAS INSULTUOSAS		7			
ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS		INT. REC. DESPORTIVO		EXT. REC. DESPORTIVO	
	AUTOR IDENTIFICADO	16		0	
	AUTOR NÃO IDENTIFICADO	409		2	
ALVO DE AGRESSÕES		PSP	EQ. ARB.	OUTROS	
	INT. REC. DESP.	8	1	1	
	EXT. REC. DESP.	7	0	1	
ARREMESSO DE OBJECTOS (CADEIRAS, GARRAFAS, ISQUEIROS, TELEMÓVEIS, ETC)		INT. REC. DESPORTIVO		EXT. REC. DESPORTIVO	
		BANCADA	ÁREA DE COMPETIÇÃO	7	
		11	8		
DANOS EM ESTABELECIMENTOS		3			
DANOS EM VIATURAS		PSP	EQ. ARB.	EQUIPAS	OUTROS
	REC. DESP.	2	0	0	1
	PERCURSO	4	2	3	7

PUBLICIDADE A DIFICULTAR A ACTUAÇÃO POLICIAL		2			
INCITAMENTO À VIOLÊNCIA POR PARTE DOS CLUBES		1			
TENTATIVA DE ENTRADA COM OBJECTOS PROIBIDOS		4			
ALVO DE ARREMESSO DE OBJECTOS		PSP	EQ. ARB.	JOGADOR	OUTROS
	INT. REC. DESP.	5	1	1	4
	EXT. REC. DESP.	2	1	1	0
TENTATIVA DE INVASÃO		DO RECINTO DESPORTIVO		DA ÁREA DE COMPETIÇÃO	
		3		2	
INCITAMENTO À VIOLÊNCIA POR PARTE DOS ADEPTOS		7			
OUTROS/DIVERSOS		5			